ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS, NA SUA SESSÃO DE ABERTURA EM 15 DE MARÇO DE 1952, PELO GOVERNADOR ALVARO MAIA.

MANAUS
D. I. O.
1952

SENHORES DEPUTADOS

Na fórma do que preceitua o número dez do artigo trinta e sete da Constituição do Amazonas, venho dar-vos conta da situação do Estado, no primeiro ano da minha administração, iniciada a trinta e um de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e um.

Como assunto de maior importância, pois releva entre todos, sabido que da tranquilidade pública dependem precipuamente a marcha regular da administração e o progresso regional em todos os ângulos das atividades, é-me grato ressaltar que a ordem se manteve inalterada em todo o vasto território amazonense, não devendo ser considerados, como quebras do seu rítmo, pequenos incidentes de ordem política nos municípios, prontamente solucionados pelo Govêrno, ou pelos órgãos judiciários, quando a êstes pertinentes.

Até mesmo a comoção popular que agitou os espíritos em nossa Capital e se derivou de crimes de homicídio praticados em pontos dis-

tantes da cidade, respectivamente no último dia de Janeiro e nos começos do mês seguinte; até mesmo essa natural efervescência de ânimos perante delitos que se revestiram de perversidades inéditas — foi sem demora serenada pela autoridade pública, achando-se os culpados sob a ação da Justiça, como impunham as severas prescrições da Lei.

Em nenhum período, aliás, do ano que findou, o povo amazonense — o que deve ser dito em honra sua — sentiu os efeitos contagiantes das perturbações que, de quando em quando, abalam a vida do País, concretizadas noutros quadrantes em gréves contínuas irrompidas sob pretextos de aumento de salários por incomportáveis padrões de vida. Não se registaram aqui movimentos reivindicatórios de qualquer ordem, sofrendo nosso povo com resignação as agruras do presente, cônscio, de certo, de que o fenômeno que dá origem aos clamores é de âmbito universal, neutralizando a boa vontade e o esfôrço dos mais enérgicos e previdentes governos. Bastará assinalar-vos a temerosa crise de vários aspectos em que se debate nosso País, mero reflexo da convulsão cósmica em que imergem outras nacionalidades, a braços com gravíssimos problemas análogos aos nossos Apesar da vontade máscula, da atitude viril do benemérito Presidente Getúlio Vargas, criando órgãos repressores da especulação ga-

nanciosa que traz as massas em constante angústia para sobreviverem, teima a exploração em alçar o colo no frenesí dos ganhos ilícitos, gerando a intranquilidade nos ânimos e pondo em sérios embaraços a política econômica do Govêrno Nacional, orientada, como todos sabemos, no sentido do bem público e do desafôgo geral da situação premente de tôdas as classes sociais.

E' de esperar todavia que o impatriotismo dos máus, nesta hora de cruciais amarguras, os revoque ao sentimento nobre de colaborarem com os poderes da Nação para conjurar a tremenda crise que assoberba o País, abrindo desarte nas almas conturbadas clareiras de esperanças, afim de que a Nação possa prosseguir, serena e confiante, a marcha dos seus gloriosos destinos.

Processaram-se em todo o Estado as eleições municipais, dentro de uma atmosfera de confiança mútua entre as agremiações políticas pleiteantes dos cargos comunais, sob a supervisão do Govêrno como fiador da liberdade do voto e do egrégio Tribunal Eleitoral, que ainda uma vez se afirmou digno de sua elevada missão. Convocando-vos, senhores Deputados, extraordinariamente, para regular por um diploma a posse dos eleitos e assentar outras providências correlatas, ainda antes de vos pronunciardes, como sabeis, vários Prefeitos e Ca-

maras Municipais se empossaram nas suas funções, sem atritos nem choques alarmantes de partidarismo, o que dá alta idéia da compreensão política da nossa gente e do notável espírito conciliador da magistratura eleitoral.

Da atitude do Govêrno ante o escrutínio de 16 de Dezembro passado, fala com imparcialidade e retidão de espírito o íntegro Desembargador Arnoldo Carpinteiro Péres, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, nos seguintes têrmos do telegrama que enviou ao senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e foi comunicado por cópia ao Governador do Estado:

> "Tenho a honra de comunicar a êsse colendo Tribunal que, segundo notícias até agora recebidas das zonas do interior, o pleito municipal ontem decorreu normalmente, sem incidentes de maior importância. Nas duas zonas desta capital funcionaram tôdas as mesas receptoras; entretanto, houve abstenção acentuada, estimada em sessenta por cento. Cumpre-me salientar que Sua Excelência doutor Governador do Estado, prestigiando Justiça Eleitoral, colocou tôda a força militar e policia cívil às ordens desta presidência para direta-

mente providenciar o policiamento das eleições e apuração sob nossa responsabilidade. Êsse gesto governamental que me parece singular nos entreveros cívico-democráticos de nosso país, servirá de exemplo aos porvindouros para que ajudem com lisura e dignidade aqueles que se desvelam pela verdade das urnas. Até então, o máximo que se conseguia era a presença de providências, frente a cada caso concreto. Jamais uma autoridade governamental se alheou de sua própria autoridade para transferí-la por inteiro á Justiça Eleitoral. Atenciosas saudações — Desembargador Arnoldo C. Péres, presidente do Tribunal Regional do Amazonas".

Passo a informar-vos agora, senhores Deputados, das atividades dos departamentos estaduais, no ano que vem de encerrar-se.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

Órgão controlador de todo o movimento administrativo, na fórma do que estatuem as leis que regem sua estrutura orgânica, e orientando suas atividades pelas determinações expressas do Governador do Estado, teve a Secretaria Geral grande movimento no ano pretérito, como, aliás, ordinariamente sucede no início das adminis-trações. Dirige a Secretaria com esclarecida inteligência o Dr. João Nogueira da Mata, que além das suas funções normais, outras exercita como integrante de órgãos criados pelo Govêrno para o bom andamento dos negócios públicos, tais como: Comissão Revisora da situação em que se encontram numerosos funcionários estaduais, a qual se compõe do Secretário Geral, na qualidade de presidente, e dos srs. drs. Felix Valois Coêlho, Rionegro Franco, Geraldo Pinheiro e Adriano Queiroz, já tendo realizado 85 reuniões e emitido 159 pareceres; Comissão de Concorrências Públicas, instituida para opinar e decidir sôbre propostas de fornecimento

de materiais às repartições do Estado, com rigoroso cumprimento do Código de Contabilidade, fazendo parte da mesma, sob a presidência do Secretário Geral, os doutores Alberto Dáu, diretor da Fazenda Pública e Mário Jorge Couto Lopes, procurador fiscal da mesma, e srs. Pancrácio Ferreira Nobre, representante da Associação Comercial e Mario Costa Covas, representante da Associação dos Retalhistas; e, finalmente, Comissão das Escolas Rurais, funcionando tôdas no Palácio Rio Branco. Além dessas Comissões, já está em atividade também a de Compras e Concorrências Públicas, criada pela lei estadual número 228, de 6 de Dezembro de 1951, e composta, além de técnicos, de um representante da Associação Comercial e outro das classe operárias.

Relativamente à Comissão de Escolas Rurais, transcrevo, a título de explicação necessária, o seguinte tópico do relatório do senhor Secretário Geral do Estado:

"Desde o início do atual Govêrno, vêm as autoridades federais, encarregadas da campanha a pról da construção de escolas por todo o "hinterland" brasileiro, insistindo pela prestação de contas referentes às primeiras unidades aquí edificadas, ainda sob a responsabilidade de passados administradores, escolas que, embora concluidas, deixaram de ser exibidas, através de flagrantes fotográficos, àquelas autoridades superiores, na capital do País, bem assim os

comprovantes das respectivas despesas efetuadas, agora reiteradamente solicitadas. Tornado-se essa prestação de contas **conditio si ne qua non** para a remessa de novas parcelas, em prosseguimento ao grande plano, consoante esclarecem ofícios ultimamente recebidos, foi então baixado o Ato designando os membros da Comissão das Escolas Rurais, cujos trabalhos estão confiados ao Secretário Geral, na presidência, e aos doutores João Martins da Silva, diretor do Departamento de Educação e Cultura, Jatir Pucu' de Aguiar, diretor dos Serviços Técnicos e senhora Lucí Cardoso, chefe da Secção de Contabilidade da Fazenda Publica".

Anuindo a uma solicitação da Assembléia Legislativa, em Outubro de 1951, afim de exporem a situação financeira do Estado, perante ela compareceram o Secretário Geral e o diretor da Fazenda Publica, que prestaram informações cabais, jogando principalmente com o argumento insofismável das c i f r a s. A atitude constitucional da Assembléia, convocando os dois titulares, e a pronta aquiescência dêstes ao convite, bem demonstram que estamos longe do regime de irresponsabilidade de outrora, e que o povo, soberano concessor que é dos mandatos populares , tem o direito de cientificar-se dos negócios públicos.

Prestou a Secretaria Geral no ano findo, . . . 2.722 informações e anotou 1.194 títulos de funcionários.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Respeitando como um dogma o princípio constitucional da independência dos poderes, não hesitando jamais em acatar-lhe as decisões, salvante, em relação ao Legislativo, o direito do veto às deliberações dêste quando contrárias aos interêsses da coletividade, o Govêrno mantém com êles a inalterável harmonia que se faz mister para que se exercite a administração pública num ambiente de ordem e de paz.

Na vigência do meu govêrno, obedecendo rigorosamente às indicações das listas que enviou o Tribunal de Justiça para provimento de cargos de magistratura, nomeei juizes de direito, por antiguidade, os doutores Teodoro Gonçalves Neto e Orlando Soares Monteiro, e, por merecimento, os doutores Oyama Cesar Ituassú da Silva, Azarias Menescal de Vasconcelos e Raimundo Ribeiro da Silva. Ainda em data recente, promovi a desembargadores, por antiguidade, os juizes de direito Armando Teixeira e Teotônio

Martins Coimbra e, por merecimento, os juízes de direito Artur Araujo e Oyama Cesar Ituassú da Silva.

Funciona a Secretaria do Tribunal com absoluta normalidade, achando-se atualmente em obras o pavilhão anexo ao Palácio da Justiça.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Foi intenso o trabalho neste setor de amplo raio de ação social e judicial, consoante se verifica do relatório apresentado pelo respectivo titular, Dr. Amadeu Soares Botelho. São palavras suas nesse substancioso documento:

> "Apraz-me afirmar que o índice da criminalidade em muitas Comarcas se tem mantido inalterado, sempre em reduzida proporção, o que vale por eloquente atestado em favor da índole pacífica das respectivas populações e do zêlo das autoridades, a quem incumbe a manutenção da ordem pública, para a qual contribue preciosamente a ação desvelada dos Promotores de Justiça, na repressão dos crimes e consequente punição dos criminosos".

No respeitante à Penitenciária Central, manifesta-se assim o Dr. Amadeu Soares Botelho:

"A Diretoria da Penitenciária Cen-

tral do Estado faz salientar a deficiência em que de há muito se encontra aquele estabelecimento, que está a reclamar reformas e melhoramentos imprescindíveis, afim de que se possa tornar, pelo menos, mais satisfatoriamente adaptável à finalidade social a que se destina.

Demonstrando esclarecida competência e perfeita intuição acêrca do magno assunto, que constitue o objeto do seu relatório, o digno Diretor da Penitenciária, Dr. Paulo de La Cruce de Grana Marinho, aduz longas considerações, que bem merecem a desvelada atenção dêsse govêrno, no sentido de se objetivarem, com a brevidade possível, as medidas e providências, que judiciosamente reclama, tão necessárias e indispensáveis à melhoria das atuais condições do referido estabelecimento. Refere-se o zeloso funcionário a quase todos os aspectos, em que podem ser encarados, os problemas relacionados com os serviços a seu cargo, fazendo ainda ponderadas sugestões, como sejam, entre outras, a da criação de um serviço médico e de enfermagem, bem como de um gabinete dentário, que poderão ser mantidos, conforme alvitra, pelas verbas do Departamento de Saú-

de do Estado, e a designação de profissionais do quadro daquela repartição. Indica também o Diretor da Penitenciária a conveniência de ser restabelecida a antiga enfermaria, aproveitando-se para isso materiais e utensílios, ao presente disponíveis em outros estabelecimentos hospitalares. Êsses melhoramentos, além de outros igualmente importantes, de que faz destacada menção o relatório em aprêço, uma vez realizados, contribuiriam manifestamente para atenuar a precariedade de condições, em que se encontra aquele próprio do Estado, possibilitando de algum modo a sua readaptação ao fim que é destinado a preencher".

Na classe dos promotores de justiça houve grande movimentação, não só em virtude do preceituado na lei número 883, de 30 de Dezembro de 1 950, mas também por conveniência da Justiça, que aconselhava a mudança de alguns daqueles funcionários para comarcas diferentes das em que serviam.

Com referência à indébita intromissão na política de autoridades judiciais, manifestou-se dêste modo o Procurador Geral do Estado em seu citado relatório.

"Às vésperas das eleições municipais, que se realizaram neste Estado, a

16 de Dezembro último, na fase da respectiva propaganda, Promotores de Justiça de algumas Comarcas do interior foram acusados de estar exercendo atividades políticas em suas circunscrições. Esta versão chegou a repercutir na Assembléia Legislativa, havendo dois dos seus ilustres membros requerido que se pedissem informações sôbre o fato a esta Procuradoria, como efetivamente aconteceu. Em vista disso, esta Procuradoria, tomando o assunto na devida consideração, dirigiu-se a todos os Promotores de Justiça do interior do Estado, por meio de ofício-circular, cuja cópia se junta a êste relatório, concitando-os a se absterem por completo de quaisquer manifestações de natureza político-partidária, evidentemente contrárias e detrimentosas ao serviço da Justiça, além de incompatíveis com a nobreza de suas funções. Assim procedi, antes mesmo de obter comprovação daquela grave denúncia".

Durante o ano de 1 951, a Procuradoria Geral do Estado emitiu 54 pareceres jurídicos, 15 administrativos e despachou 137 requerimentos.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Marcado o dia 16 de dezembro para as eleições municipais, realizaram-se elas sob amplas garantias em todo o Estado.

Interpretando os sentimentos populares, o Govêrno encaminhou, naquele mês, o seguinte ofício ao Desembargador ARNOLDO PÉRES, Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:

> "MANAUS, 15 de dezembro de 1951 — N.º GE — 4.326/51 — Senhor Presidente: Tenho a honra de comunicar-lhe que, reconhecendo o verdadeiro caminho democrático da Justiça Eleitoral, em todos os pleitos do regime, foram expedidas instruções à Chefia de Polícia e ao Comando da Fôrça Policial, no sentido de receberem instruções de Vossa Excelência para melhor execução das eleições de 16 de dezembro corrente, sob ampla garantia das liberdades pú-

blicas e dos direitos de todos os cidadãos. A Chefia de Polícia dirigiu-se, a êsse respeito, a todos os delegados e sub-delegados, que lhe são subordinados, transmitindo a deliberação do Govêrno. Apresento a Vossa Excelência e ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral as minhas homenagens de elevada consideração e mui distinto aprêço. (a) ALVARO MAIA — Ao Excelentissimo Senhor Desembargador ARNOLDO CARPINTEIRO PERES, Digníssimo Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL — Presente

Foi a seguinte a honrosa resposta do Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL:

"MANAUS, 15 de dezembro de 1951 — N.º 517/51 — Senhor Governador: Acuso com viva satisfação o expediente n.º GE — 4.326/51, de ontem, de Vossa Excelência, hoje recebido, no qual me comunica que "reconhecendo o verdadeiro caminho democrático da Justiça Eleitoral, em todos os pleitos do regime, foram expedidas instruções à Chefia de Policia e ao Comando da Fôrça Policial no sentido de receber orientação desta Presidência para melhor execução do policiamento das eleições de 16 de dezembro corrente, sob ampla garantia

das liberdades públicas e dos direitos de todos os cidadãos." II — Em resposta, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que, em sessão extraordinária de hoje do Egrégio Tribunal Regional, dei conhecimento dessa louvavel iniciativa do Govêrno aos eminentes juizes e ao procurador dêsse sodalício, fazendo divulgar pela imprensa e rádio difusão êsse e idêntico expediente da Chefia de Polícia. III — O Tribunal Regional Eleitoral, e esta Presidência em particular, sentem-se bem em manifestar a Vossa Excelência o seu penhorado reconhecimento ao eminente Chefe do Executivo estadual amazonense por haver tomado essa atitude de alta compreensão cívica e democrática que, segundo me parece, é singular nas pugnas eleitorais de nosso País, pois, até agora, os órgãos da Justiça Eleitoral, na melhor das hipóteses, eram garantidos mediante requisições dos tribunais e juizes sempre que se apresentavam casos concretos de perturbação dos seus serviços ou das franquias dos cidadãos. Agora ,porém, vem o atual Govêrno amazonense, — para melhormente demonstrar a sua isenção e imparcialidade — despir-se de certa parcela de sua auto-

ridade para transferí-la por alguns dias, e por inteiro, à Justiça Eleitoral. IV — Esta demonstração de apreço e consideração, homenagem das maiores à Justiça especializada, merece altamente destacada, porque, amanhã, quando forem processados diferentemente os prélios democráticos, os orientadores da opinião pública e os responsáveis pela lisura e segurança dos sufrágios, terão nesse magnífico exemplo de Vossa Excelência seguro e alentador argumento para exprobrar os sabotadores do regime e os opressores da vontade popular. As homenagens do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas — (a) Desembargador ARNOLDO C. PÉRES, Presidente.

Após intensa propaganda, em que foram asseguradas as liberdades individuais e públicas, os partidos encaminharam às urnas os seus colégios eleitorais, sem perturbações da ordem, a não serem exaltações comuns a todos os pleitos dessa natureza. Recompostos os quadros e postos eletivos, tributou-lhes o Govêrno o máximo apoio para a execução dos seus programas administrativos, sem perquirir as idéias e convicções políticas dos prefeitos e vereadores.

A arrecadação pertence aos municipios, aos munícipes interessa um clima de ordem e res-

peito, que não poderia ser completo sem o prestígio das autoridades estaduais às autoridades municipais.

ATIVIDADES DO GABINETE DO GOVERNADOR

Timbrando em estabelecer contatos diretos com o povo para conhecer as suas imensas necessidades e tentar amenizá-las na medida do possível, deferi ao Gabinete do Governador a incumbência especial e humanitária de ouvir atenciosamente as pessoas menos favorecidas, em suas legitimas aspirações. Posso asseçurar-vos que essa diuturna assistência, não só vulgarmente democrática, mas profundamente cristã, oferece e continúa a oferecer resultados consoladores, que assim se concretizaram no relatório que me apresentou o Chefe do Gabinete do Palácio RIO NEGRO, dr. Paulo Flávio Vasconcelos de Castro:

"Trabalho exaustivo se tornou, no decurso de 1951, o atendimento a todos, de vez que, diàriamente, quer nas horas de expediente normal, quer fóra delas, às tardes, centenas de pessoas acorriam ao Palácio RIO NEGRO a solicitar os mais diversos auxílios e a tratar dos mais diferentes e intrincados problemas materiais, fisi-

cos e morais. Atendidas foram, seguramente, em média alta de 150 pessoas, mais ou menos vinte mil partes, de Maio a Dezembro de 1951. Não obstante o Govêrno não ser um órgão de Assistência e Amparo Social, foram auxiliadas umas oito mil pessoas, quer com receitas médicas aviadas, hospitalização, passagens, cadernetas de trabalho, livros e material escolar, material agrícola, gêneros, leite, fazendas e dinheiro".

CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES DA AMAZÔNIA

Motivos imperiosos têm obstado a realização em nossa capital da Conferência dos Governadores da Amazônia. Marcado primeiramente para a segunda quinzena de Agôsto e depois sucessivamente adiado para Outubro e Novembro do ano findo, êsse importante conclave, que debateria em plenário nesta capital os maiores e mais urgentes problemas da região, continúa a viger nas cogitações das entidades interessadas como inflexivel imperativo.

Notadamente agora que a situação econômico-financeira da Amazônia declina visivelmente na sua prosperidade pela queda quase brusca da cotação dos produtos de que vivemos, a conjugação de esforços e energias se impõe com fôrça incoercível para que sejam ouvidos nossos clamores no vasto âmbito da Nação.

Nesse compasso de espera para concretização da grande idéia, já pusemos em ordem to-

dos os elementos de que dispomos, pela nossa parte, aguardando o avultar do acêrvo com as contribuições que nos virão de fóra, trazidas pelos representantes de Estados e Territórios que hão de participar do certame.

Conhecido de todos e por todos aprovado, constituirá o seguinte Temário a base dos trabalhos da Conferência: I — Educação; II — Saúde; III — Comunicações, transportes; IV — Fôrça motriz, exploração de petróleo e combustíveis em geral; V — Aproveitamento dos recursos naturais , racionalização das atividades florestais, industrialização, plano de investigação científica e tecnológica; VI — Regime de terras; VII — Agricultura e pecuária; VIII — Cooperativismo e crédito, política econômica da borracha; IX — Ajustamento da legislação federal aos característicos sociais e geográficos da região, exame das leis em curso no Congresso Nacional, relativas à economia amazônica e legislação tributária regional; X — Municipalismo, fortalecimento do tonus econômico e social dos municípios; XI — Problemas de intercâmbio com as repúblicas limítrofes; XII — Definição de objetivos e hierarquia dos problemas amazônicos; articulação das conclusões da Conferência ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia; XIII — Carta econômica da Amazônia.

A Comissão Organizadora da Conferência, dentro da sua tarefa específica de lhe dispôr os preliminares, cometeu às várias comissões técnicas, integradas de elementos locais de reconhecida competência, o encargo de elaborarem o conjunto de sugestões sôbre a matéria distribuida a cada uma, o que representará subsídio oficial do Estado a ser submetido à consideração do plenário do conclave.

Em essência, quase tôda a matéria constante do Temário aqui elaborado e com o qual se acham de acôrdo todos os futuros conclavistas, conforme já vos observei, senhores Deputados, foi versada com ágil e brilhante objetividade no seio da ilustre Comissão de Planejamento Econômico da Amazônia, em boa hora instituida pelo insigne Presidente Getulio Vargas, em cumprimento das suas reiteradas promessas de amparo à região, para arrancá-la, definitivamente, às terríveis crises periódicas que lhe entibiam e estorvam o progresso. Mas as conclusões a que porventura chegar a Conferência dos Governadores nos patrióticos propósitos que a animam, longe de empecerem ou prejudicarem a notável e para nós gratíssima iniciativa presidencial, antes valerão como modesta quota do nosso esfôrço para consecução de objetivos comuns, podendo, pelo menos, elucidar, esclarecer e aplainar dúvidas sôbre pontos controversos.

E foi a essa pretensão de moldes assaz singelos que se limitou a Comissão Organizadora da Conferência dos Governadores, ao enunciar o seguinte na sua "Exposição de motivos":

"Precisam as administrações dos Estados e Territórios amazônicos ajudar a prestigiar, de maneira definida, o referido movimento de valorização amazônica, levando-lhe, como responsáveis diretos pelo progresso da região e bem estar do seu povo, o concurso da sua experiência e do seu íntimo e maior conhecimento dos problemas fundamentais da região.

"Faz-se urgente robustecer êsse movimento vitalizador por meio da cooperação direta dos governos dos Estados e Territórios que se enquadram no benefício constitucional, os quais detêm, inegavelmente, a maior soma dos elementos para esclarecer as necessidades de seus governados, visando a melhor e mais pronta aplicação das disponibilidades monetárias, asseguradas pela Constituição Brasileira.

"Para isso, entretanto, há que admitir-se a necessidade de um prévio exame em conjunto do panorama econômico e social da Amazônia em sua situação presente, como ponto de partida

para determinação de suas carências e possibilidades, tanto no que concerne às justas aspirações de seus habitantes, quanto no que respeita aos interêsses nacionais de maior vulto".

Diante dessas razões, senhores Deputados, é que considero imprescindível a realização da Conferência dos Governadores da Amazônia.

BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro

BANCADA FEDERAL

Cumpro o dever de exalçar a vigilância ininterrupta da Bancada Federal aos problemas do Estado, multiplicando-se em atividades para atender aos apêlos do Govêrno, das associações de classe e de simples homens do povo.

As questões de numerário para a energia elétrica, pista internacional, abastecimento dágua, hospitais, escolas, majoração de preços da borracha, estabilização da juta, educação, transportes constituiram o programa diuturno dos nossos ilustres representantes, além da assistência, que souberam prestar, com elevação e brilho, aos assuntos nacionais e internacionais.

Coube à Bancada Amazonense, no Senado da República, a designação de dois ilustrados membros seus para as Conferências da ONU, em París, e da CRUZ VERMELHA, em Stambul, nas quais elevaram os nomes do Brasil e do Amazonas — os senadores WALDEMAR PEDROSA e VIVALDO LIMA FILHO.

Na Câmara dos Deputados, enorme tem sido o trabalho da Bancada e a escolha do deputado PEREIRA DA SILVA para Presidente da COMISSAO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, no ano em que o projeto tramita em fase executiva, representa um galardão para o nosso Estado.

PREFEITURA DE MANAUS

De gravidade é a situação financeira da PREFEITURA DE MANAUS, que impõe uma revisão tributária com bases técnicas e seguras. O seu orçamento, enleado em disposições dos anos anteriores, não exprime as verdades claras da Comuna. Não constitue surpresa a derrocada das finanças de 1 951, anunciada pela então Prefeito EDSON EPAMINONDAS DE MELO, em exposição à CÂMARA MUNICIPAL:

> "A situação financeira para 1951 apresenta-se sobremaneira angustiosa. Haja vista que, prorrogado para êste exercicio, conforme Decreto n.º 1, de 2 de janeiro do andante, o Orçamento de 1950, êste não se enquadra de fórma alguma, nas responsabilidades assumidas pelo Municipio, principalmente no que diz respeito a Pessoal. Quanto aos outros encargos, necessitando a Comuna enfrentar problemas inadiáveis, fica o Executivo Municipal, face a situação defici-

tária, no dilema de equilibrar um orçamento que está completamente fóra da realidade."

"A Despesa a ser executada em... 1951, não oferece melhores possibilidades, porquanto o orçamento prorrogado fixa Cr$ 17.420.543,70 (dezessete milhões quatrocentos e vinte mil quinhentos e quarenta e três cruzeiros e setenta centavos) que, somada a esta cifra a importância dos encargos não satisfeitos, durante a execução orçamentária de ... 1950 — já neste primeiro trimestre, recém findo, apresenta um total de Cr... 24.873.708,10 (vinte e quatro milhões oitocentos e setenta e três mil setecentos e oito cruzeiros e dez centavos) o que atesta ser o Exercício de 1951 um período difícil para o erário municipal, cujo equilíbrio relativo vai depender, unicamente, da ação rigorosa dos órgãos arrecadadores e duma eficaz redução nas despesas autorizadas."

Em ofício de 10 de setembro de 1951, digno de ser conhecido pela rudeza sincera das expressões, o Diretor da Secção de Contabilidade TEODORO PEDRO DE AZEVEDO SOARES, assim se exprime:

"Com relação à Receita, podemos afirmar que se nos afigura não arrecadarmos 80% do

previsto, mesmo porque, no exercício de 1950, êsse orçamento, na sua execução, acusou a cifra de Cr$ 12.241.773,90 (doze milhões duzentos e quarenta e um mil setecentos e setenta e três cruzeiros e noventa centavos) de Receita arrecadada, ou sejam 72% do total estimado.

— **Se, na parte da Receita, a situação é crítica, a Despesa é o cáos administrativo.** Vejamos, em primeiro lugar, o que se refere a Pessoal. O Orçamento para 1949 determinou uma Despesa fixa e variável, de Cr$ 6.797.434,40 (seis milhões setecentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta centavos). No último trimestre dêsse exercício, foi concedido um abono provisório que, em média, alcançou 25% de aumento nos proventos e vencimentos do funcionalismo em geral. O Orçamento para 1950 fixou essa mesma Despesa de Pessoal em Cr$ 7.686.626,40 (sete milhões seiscentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) que, somados ao abono provisório incorporado, de Cr$ 1.698.358,60 (um milhão seiscentos e noventa e oito mil trezentos e cinquenta e oito cruzeiros e sessenta centavos), e mais o Salário-Hora — 30% — também incorporado aos vencimentos, na importância de Cr$ . . . . 2.256.288,80 (dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), totalizou Cr$ 11.641.273,80 (onze milhões seiscentos e quarenta e um mil duzentos

e setenta e três cruzeiros e oitenta centavos). Para ilustrar êsse jôgo de números, fazemos a demonstração que se segue:

PESSOAL:

Orçamento 1950....	7.686.626,40
Abono provisório incorporado 25%.	1.698.358,60
Transporta	9.384.985,00
Salário-Hora incorporado — 30% incluindo — 15% aos inativos ..	2.256.288,80
	11.641.273,80
Gratificação de 30% aos funcionários que trabalham em serviços externos	480.000,00
	12.121.273,80

— Recebeu, portanto, esta administração, um orçamento prorrogado que foge à realidade, tanto assim é que o mesmo consigna verbas para funcionalismo em Cr$ 7.986.626,40 (sete milhões novecentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta centavos) quando a responsabilidade verdadeira é de Cr$ . . . . 12.121.273,80 (doze milhões cento e vinte e um mil duzentos e setenta e três cruzeiros e oitenta centavos).

— Arrecadou a Prefeitura, até 31 de Agôsto p. passado, a importância de Cr$ 11.054.173,50 (onze milhões cinquenta e quatro mil cento e setenta e três cruzeiros e cinquenta centavos); saldou compromissos do ano de 1950 num total de Cr$ 2.690.854,90 (dois milhões seiscentos e noventa mil oitocentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa centavos), ficando, portanto, dessa arrecadação Cr$ 8.363.318,60 (oito milhões trezentos e sessenta e três mil trezentos e dezoito cruzeiros e sessenta centavos), saldo êsse que, em vista dos esforços empreendidos, pôde manter, mais ou menos em dia, Serviços de Utilidade Pública de natureza inadiável e, bem assim, o pagamento do funcionalismo até o mês de Junho, cujas folhas ainda não foram totalmente saldadas.

— Chegando neste ponto, podemos demonstrar o seguinte:

DESPESA:

Pessoal Fixo e Variável..	12.121.273,60
Material Permanente	486.200,00
Material de Consumo....	635.000,00
Despesas Diversas.	8.612.717,30
Créditos Especiais, até 31/8...	1.453.542,80
	23.308.733,90

Saldo da Receita arrecadada, conforme está descrito no parágrafo 6..	8.363.318,60
DIFERENÇA....	14.945.415,30

— Quanto ao funcionalismo, podemos colocar a situação do seguinte modo:

Pagamentos efetuados até o mês de Maio..	5.051.140,00
Folhas de Junho liquidadas...	650.228,00
	5.701.368,00
FOLHAS A PAGAR:	
Resto de Junho	350.000,00
Julho e Agosto	2.020.456,00
TOTAL A RESGATAR....	2.370.456.00

— Nada mais resta esperar da Receita municipal, pois que a mesma não irá além de.... Cr$ 13.000.000,,, (treze milhões de cruzeiros); como sabemos, um lançamento tolerante, as isenções continuadas, o aumento desmesurado de pensões e auxílios, os créditos especiais em demasia, colocaram a Prefeitura num estado de completa insolvência e sómente com um auxílio pecuniário de grante monta, no presente, poderemos aguardar para o exercício de 1 952, uma estabilidade para o Orçamento que já foi envi-

ado à Câmara Municipal, embora até esta data, não haja merecido aprovação".

Devido a essas anormalidades, a Prefeitura não tem recolhido as taxas comprometidas ao erário estadual:

— "Quanto ao recolhimento de taxas devidas ao Estado, referentes a exercícios anteriores e do corrente, é o seguinte o seu movimento, até o presente:—

6.19.0 — CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICIPIOS

Instrução — Lei n. 1.140, de 25/11/943.

Recolhido até o 1.° trimestre de 1947.

A Lei acima mencionada, teve vigência até o exercício de 1949.

6.19.0 — Contribuição do Municipio de Manaus para que o Estado custeie os serviços de higiene e saude:

Recolhido até o 1.° trimestre de 1947.

1.15.4 — TAXA DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA SOCIAL.

Custeio do Serviço de Bombeiros:

Recolhido até o 1.° trimestre de 1947

c) — Taxa s/o consumo de carne verde, à razão de Cr$ 0,10 por quilogramo, destinado a auxiliar o custeio dos Leprosários:

Recolhido até o mês de junho de 1950.

É esta a situação da Prefeitura Municipal de Manaus, para com a Diretoria da Fazenda Pública do Estado, até o presente.

E' o que tenho a informar.

Secção de Contabilidade da Diretoria da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em Manaus, 22 de setembro de 1951.

João Torquato Lemos

Escriturário

Foram construidos, supervisionados pelo ex-Prefeito EDSON EPAMINONDAS DE MELO, os seguintes prédios, já entregues à serventia pública:

— Pavilhão para jardim da infância anexo à escola PROFESSORA TEONILA PESSÔA, na Praça 14.

— Pavilhão para a escola DOM BASILIO PEREIRA, na Matinha;

— Pavilhão para a sub-delegacia do PARQUE 10;

— Pavilhão para a sub-delegacia da Matinha;

— Pavilhão para o Pôsto Médico da Praça 14;

— Prédio para o Grupo Escolar PRIMEIRO DE MAIO, no Bairro da Praça 14.

— Prédio para a delegacia de Adrianópolis.

Incumbiu-se da construção o Senhor EDUARDO COSTA LIMA; correram as despesas por conta do Estado.

Oficiais da POLICIA MILITAR cederam, mediante indenização sem lucros, os terrenos e alicerces da sub-delegacia em Adrianópolis.

PREFEITURAS DO INTERIOR

Renovaram-se os quadros diretivos das Prefeituras do Interior, cuja vida administrativa se desenrola na maior ordem de acôrdo com os respectivos orçamentos.

Extinto o DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES, nódulo entre os governos estadual e municipais, começou a DIRETORIA DA FAZENDA a realizar parte da arrecadação das comunas, entregue mediante requisições aos seus prefeitos ou delegados na Capital.

Mantêm-se, na maior parte, em equilíbrio financeiro e algumas vão executando melhoramentos, como energia elétrica nas sédes e escolas no interior.

Solucionados os recursos no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, de que decorrerão as posses de todos os prefeitos, é pensamento do Govêrno convocá-los, na devida oportunidade, para uma Conferência em Manaus, afim-de serem

estudados os problemas do Interior, que interessem a municipios ou grupos de municipios.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL

A precariedade do material que ora serve as oficinas dêste setor administrativo faz com que êle, em lugar de constituir uma fonte de renda para o Estado, se converta em puro objeto de elevada despesa, agravando-lhe os já numerosos compromissos. Como outras repartições, também a Imprensa Oficial teve suplementação de verbas em 1951, por esgotamento das orçamentárias, afim de atender ao pronto funcionamento de seis máquinas paralisadas, o que impôs a necessidade de admissão de tipógrafos tarefeiros para que não cessasse sua publicação o "Diário Oficial"..

Por motivo ainda da imprestabilidade das máquinas, não podiam ter prosseguimento várias obras encomendadas pelo Estado e pelo Municipio de Manaus, tudo convergindo para avolumar prejuizos e aumentar preocupações

Dar-vos-ei uma idéia exata, senhores Deputados da situação presente da Imprensa Oficial,

pondo-vos sob os olhos êste rápido quadro demonstrativo:

RECEITA:	Cr$
De Janeiro a Dezembro de 1951 . . .	442.028,00
Despesa, no mesmo período.	1.685.000,00

É de notar que essa própria receita reduzidíssima como foi, não se arrecadou integralmente visto como a sua maior parte, representada por Cr$ 292.301,00 figura na escrita da repartição sob a rubríca: "Contas a Receber".

Apesar dos recursos com que foi dotada, diz o diretor da Imprensa Oficial, Dr. Manuel José Antunes da Silva, em seu relatório: "Não foi possível a esta diretoria dar execução ao seu programa de trabalho pela carência de material, o que entretanto espera poder realizar no corrente exercício de 1952".

BIBLIOTECA PÚBLICA

Após o lamentável incêndio que a destruiu há poucos anos, restaura-se vagarosamente, mas com perspectivas alentadoras, a nossa Biblioteca Publica, que tanto contribue para a instrução do povo e para a cultura geral em nossa terra. Favorecida generosamente com a remessa de livros por parte de entidades culturais de todo o País e por inumeráveis pessoas, que têm porfiado em restabelecer o magnífico patrimônio desaparecido nas chamas, a Bibliotéca Pública, dirigida inteligentemente pelo sr. Genesino Braga, enriquece dia a dia as suas excelentes coleções de obras, tôdas bem dispostas na sua séde do Palácio Rui Barbosa, em estantes modernas, obedecendo a um sistema de catalogação que nada deixa a desejar, tão pronto é no atendimento de consultas.

Nos seus 290 dias de funcionamento em . . . 1951, no horário regulamentar de 10 às 22 horas, a Biblioteca teve 27.513 consulentes, sendo a mé-

dia diária de 94,87. A maior frequência registada foi a da classe estudantal, imediatamente seguida por comerciários, funcionários públicos, e operários, verificação essa devéras consoladora, porque revela o interêsse cultural dos nossos conterrâneos. E' desejo do Govêrno estimular êsse interêsse, dotando a Biblioteca de mais abundante material bibliográfico, o que fará quando forem mais folgados os recursos do Tesouro.

DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO

Durante o ano de 1 951, funcionou normalmente a Diretoria do Arquivo Público, e, cumprindo as recomendações expressas às repartições, procuraram seu diretor e funcionários sempre proporcionar às partes tôdas as facilidades no trato de seus interêsses àquela vinculados. no correr do exercicio encerrado, foram elaboradas vinte e três informações e expedidas cento e quatro certidões, sendo destas vinte e três de Títulos Definitivos e Memoriais relativos a lotes de terras do patrimônio particular.

Repartições outras da administração estadual reccolheram documentos ao Arquivo Público, sendo: SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA, trinta e dois pacotes com peças diversas; DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA, mil trezentos e vinte volumes, incluidos livros, pacotes e encapados de peças diversas; RECEBEDORIA DE RENDAS, mil duzentos e quinze volumes; e POLÍCIA

CIVIL, mil trezentos e vinte e quatro volumes, desde logo incorporados ao acêrvo do Serviço.

Seguindo a linha de compressão de despesas, o Senhor HERCULANO DE CASTRO E COSTA, Diretor do ARQUIVO, conduziu-se com a máxima parcimônia na aplicação das respectivas verbas orçamentárias, de Material Permanente de Consumo e Despesas Diversas, e assim lhe foi possível, ao encerrar-se o exercício financeiro passado, apresentar saldos apreciáveis em todas elas, sendo:

Material Permanente — dotação de .... Cr$ 60.000,00
saldo .... Cr$ 25.120,00

Material de Consumo — dotação de .... Cr$ 24.000,00
saldo .... Cr$ 13.784,80

Despesas Diversas — dotação de .... Cr$ 36.000,00
saldo .... Cr$ 28.080,60

E ainda: na proposta orçamentária para 1 952, enviada à DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA, as verbas do ARQUIVO foram consideravelmente reduzidas e assim incluidas pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, na lei de meios do corrente exercício.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Êste setor de alta responsabilidade social por sua atuação direta no ensino popular em suas fases elementares, está entregue à operosa capacidade do Dr. João Martins da Silva, e oferece um panorama promissor de amplas reformas, afastando-se com decisão da rotina que o entorpecia. Não exorbitando seu titular da esfera das suas atribuições, dentro dela o progresso escolar é evidente e o diz com satisfação o diretor do Departamento, acentuando que "a máquina administrativa trabalha com mais regularidade sobretudo com menos desperdício de energias e de material, apresentando, inequivocamente, um padrão de serviço e uma produção muito melhores do que os que vinham mostrando anteriormente".

Fiscalização do ensino mais apertada, quer na capital que no interior, aplicação experimental de testes no derradeiro mês do ano letivo e outras providências que se faziam mister, contri-

buiram para o bom resultado dos exames, a que se submeteram, na Capital, 4.115 alunos, sendo 646 de finalistas.

Sugere o diretor do Departamento, em seu minucioso relatório, o seguinte: —

> "A séde do D.E.C. já não acomoda bem os serviços da repartição, cujo volume aumentou consideravelmente. Como disponha o edifício de um terreno contíguo, sugiro a Vossa Excelência a ampliação do prédio, quando a situação financeira do Estado o permitir".

O ensino no Capital é mantido por 247 cadeiras de primeira classe, distribuidas assim: em grupos escolares diurnos, 181; em grupos escolares noturnos, 46; em escolas isoladas diurnas, 16, e noturnas 4. O ensino noturno abrange 50 cadeiras de primeira classe, distribuidas por grupos escolares e escolas isoladas. Algumas cadeiras de segunda classe e distritais completam as aulas noturnas, que foram prejudicadas em sua frequência pela irregularidade de energia elétrica.

A respeito de material didático, assim se exprime o diretor do Departamento:

> " O suprimento de material didático às escolas apresenta-se como despesa de vulto pelo fato de confundir-se com o suprimento de material didático aos seus alunos, pobres em sua maior parte. Re-

almente, se nos limitássemos a fornecer material didático apenas às escolas, de certo que a dotação orçamentária para êsse fim bastaria. Mas aqui não é possível fugir ao imperativo de atender ao estudante pobre, e eis porque a verba se consome rapidamente, por mais parcimoniosos que sejam os gastos".

As matrículas nas escolas da Capital totalizaram 17.270 alunos contra 15.431, registadas no ano anterior. A frequência foi de 13.355, equivalendo a 77% das matrículas.

O ensino no interior ministrou-se em escolas de segunda classe em número de 319, às quais se juntam as distritais numerando 375. A distribuição de umas e outras apresenta uma anomalia, que o Govêrno pretende corrigir em breve. Assim é que um município de 22.000 habitantes, como Eirunepé, possue apenas 7 escolas, ao passo que Itapiranga, com 4.000 habitantes, tem nada menos de 16. Urge dessarte um sistema de distribuição mais equitativo, tomando-se por base a densidade populacional das comunas.

Nas escolas do interior, em 1 951, as matrículas atingiram a 18.541, com uma freqüência regular de 14.499 alunos.

Prossegue no Amazonas, como em outros Estados brasileiros, a Campanha de Alfabetização de Adultos, promovida pelo Govêrno Federal. No ano findo, funcionaram aqui 120 cursos.

E' inexpressivo, entretanto, o resultado da patriótica e salutar Campanha. Vários fatores concorrem para isso, entre êles os seguintes, enumerados pelo titular do Departamento de Educação e Cultura: indicação de pessoas incapazes para a regência das classes: irresponsabilidade de candidatos às nomeações, que abandonam os postos, às vêzes sem comunicação, sequer, ao Departamento; atraso com que começou a vigorar, em 1951, o acôrdo firmado no Rio de Janeiro e, finalmente, a demora na remessa das quotas monetárias para o pagamento do professorado.

Todos os cursos da Campanha de Alfabetização em Manaus foram divididos em dois agrupamentos, nos quais se revesam as entidades fiscalizadoras. Pensa o D.E.C. em reduzir, no ano corrente, os citados cursos em nossa Capital por considerá-los em quantidade excessiva.

As comissões nomeadas para elaborar o novo Regulamento da Instrução Pública e os novos Programas do Ensino Primário estão prestes a concluir êsses necessários trabalhos.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Dirigido êste estabelecimento de ensino pela provecta professora, senhora Eunice Serrano Teles de Sousa, são consideráveis os progressos que apresenta êle, de ano para ano, subindo sempre o número das suas mátriculas. Em 1951, foram de 483 alunos no curso ginasial, 121 no de formação de professores e 252 no Grupo Escolar (anexo) Princesa Isabel.

Verificaram-se os exames rigorosamente dentro das normas regulamentares, sob a inspeção federal do Dr. Agenor Ferreira Lima.

Além de algumas cadeiras providas em caráter interino, uma, a de Geografia, se acha vaga por demissão a pedido do respectivo titular, e será preenchida por concurso, na forma do que dispõe a legislação federal.

Por conveniência do estabelecimento, que se desenvolve sobremodo, com visíveis resultados para a educação popular, foram contratados seis auxiliares de disciplina.

Realizou-se em Dezembro, como é de praxe, a entrega de diplomas a duas turmas de concludentes, sendo uma de 19, de acôrdo com a lei orgânica do Ensino Normal, de Janeiro de 1 946, e outra de 37, conforme o preceituado na lei estadual número 53, de Outubro de 1 947. O anel simbólico, oferecido habitualmente pelo Govêrno do Estado, coube à diplomada Maria do Carmo Frazão.

É, pois, com legítimo desvanecimento que a diretora do Instituto de Educação observa "manter-se o estabelecimento no rítmo de trabalho e de harmonia, que é o seu apanágio".

O Govêrno autorizou, pelo Departamento dos Serviços Técnicos, dois melhoramentos no edifício — o auditório, cuja construção fugiu às linhas pedagógicas, e um restaurante para refeições ligeiras dos professores, alunos e serventuários.

COLÉGIO ESTADUAL DO AMAZONAS

Êste estabelecimento de ensino secundário, sob a direção do professor Antenor Sarmento Pessoa, prossegue em curva ascendente, quer em matrículas, quer em frequência, requerendo assim gastos paralelos para a sua regular manutenção. Ascenderam as matrículas, no ano recém-findo, a mil trezentos e oito alunos, constituido seu corpo docente de professores catedráticos, efetivos, suplementares e interinos, desempenhando todos suas funções pedagógicas com muito proveito para os estudantes. Dada a crescida frequência dêstes, tornou-se imperioso o desdobramento das turmas, o que ocasionou o pedido da diretoria de suplementação de verbas orçamentárias no total de Cr$ 105.500,00, não só para aquele efeito, mas também para acudir às despesas com o aumento de funcionários, contratando-se por isso quatro auxiliares de secretaria, um protocolista e um encarregado do material e serviço de estatística, e preenchendo-se, si-

multaneâmente, em caráter interino, três cargos de inspetores de alunos, três de serventes e três de bedéis. Ressente-se atualmente o edifício do Colégio Estadual do Amazonas de vários reparos, além de carecer de ampliação algumas dependências do antigo prédio para preleções de algumas disciplinas, como desenho, trabalhos manuais, canto orfeônico e geografia. O Govêrno atenderá a essas necessidades, a bem da eficiência do ensino ministrado no Colégio Estadual, tão logo apresentem melhoras as precárias condições das nossas finanças.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT

As abnegadas irmãs da Ordem de SANTANA, que, há muito anos, dirigem o Instituto BENJAMIM CONSTANT, foram obrigadas a retardar o funcionamento do internato, em 1951.

O prédio não oferecia condições de segurança nos dormitórios, refeitórios, cozinha, salões de aulas e prendas.

As obras, atacadas pelo Dr. JATYR PUCÚ DE AGUIAR, já se encontram em fase terminal. Crescentes são os pedidos para internamento de órfãs, na capital e no interior, sem que a Superiora possa atendê-los, pela carência de acomodações e restrições de verbas para alimentação.

Continúa a funcionar o Curso Normal, estipendiado particularmente pelas economias do próprio estabelecimento: em 1 950, turma já numerosa recebeu os diplomas legais para o exercício da profissão nas escolas do Estado.

FACULDADE DE DIREITO

Dirigida pelo Doutor ANÁLIO DE REZENDE, às vêzes substituido pelo Doutor ARIOSTO ROCHA e Doutor ADERSON MENEZES, a FACULDADE DE DIREITO atravessa uma fase áurea de frequência, com rigor de programas e, portanto, de aproveitamento geral.

O seguinte boletim de matrícula e conclusão demonstra o movimento da FACULDADE:

MATRÍCULA E CONCLUSÃO DO CURSO EN 1951

ANO	MATRÍCULA GERAL						DIPLOMADOS			Observações
	1. ano	2. ano	3. ano	4. ano	5. ano	TOTAL	1.a época	2.a época		Homens 195
1951	M F	M F	M F	M F	M F	M F	M F	M F		Mulheres 41
	34 11	49 9	32 14	46 2	34 2	195 41	20 2	8 —		Tot. geral 236

Matrícula geral em 1952

1. ano	12
2. „	39
3. „	32
4. „	39
5. „	49
Total geral	171

CLASSE ESTUDANTIL

O Govêrno tem proporcionado aos estudantes, individualmente ou por intermédio dos seus órgãos de classe, a necessária cooperação, tanto em Manaus, como nas viagens ao sul do País. Atendeu também a estudantes enfermos, carentes de tratamento em outros climas; forneceu livros e uniformes; amparou as iniciativas culturais e desportivas.

Avultam as solicitações para internamento de órfãos e meninos pobres, enquanto decrescem as possibilidades de educandários, particulares e públicos, sob aperturas financeiras que apenas cobrem as despesas com os alunos internados em 1951.

Se o permitissem as rendas estaduais, seria de grande utilidade a construção de pavilhões do INSTITUTO "BENJAMIN CONSTANT", para que pudesse receber maior número de órfãos.

A rede assistencial do JUIZADO DE MENORES ressente-se de falhas, corrigíveis com recur-

sos financeiros, ocorrendo o mesmo com a ESCOLA MARIA MADALENA e a ESCOLA MELO MATOS, destinadas a meninas e meninos desajustados.

A ESCOLA MONTESSORIANA, em Adrianópolis, que honra o Amazonas e o seu fundador deputado ANDRE' ARAUJO assinalando sua passagem pelo JUIZADO DE MENORES, continúa a espalhar benefícios pelas crianças oligofrênicas. E' incontestavelmente, um dos mais eficientes institutos do Brasil.

As obras assistenciais têm grandes pontos de apoio na ação da Igreja e do eminente Arcebispo D. ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS, Missões e sacerdotes espalhados na Capital e no Interior.

CLASSES TRABALHISTAS

Obediente às normas traçadas pela Constituição e ao programa do Senhor Presidente da República, o Govêrno vem prestigiando os trabalhadores, os sindicatos, as associações de classe, de acôrdo com as suas aspirações.

Instalou-se o novo prédio da UNIÃO OPERÁRIA, à Avenida Sete de Setembro, em que funcionarão escolas e ambulatórios. Aumentam os benefícios já proporcionados pela CASA DO TRABALHADOR e suas cooperativas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

E' esta uma das repartições que têm a seu serviço numeroso corpo de auxiliares, totalizando nada menos de trinta e três. Ainda assim, declara a sua diretoria que "muitas vezes se torna impossível cumprir, dentro do prazo estabelecido por leis e resoluções, os trabalhos afetos a cada secção". Como sucede em outros setores administrativos, ainda nossa angustiada situação financeira não permitiu a aquisição de aparelhagem moderna para imprimir sistema prático aos trabalhos estatísticos, conforme o possibilitam atualmente os métodos de Hollerith, usados em muitos Estados. Mais para diante e logo que se ofereça oportunidade, procurará o Govêrno instalar mais comodamente o Departamento de Estatística, que funciona em prédio de acanhadas dimensões, tratando outrossim de o prover de material mais prestadio e mais abundante.

Apesar dessas deficiências, justo é acentuar a atividade reinante no Departamento. Só a secção de Estatística Militar levou a efeito 2.700 in-

quéritos, relacionados em várias classificações, sendo as de ordem econômica 1.350.

SAÚDE PÚBLICA

As despesas com o Departamento de Saúde elevaram-se com os créditos suplementares, a Cr$ 19.135.437,80, aplicados em suas várias secções. A maior ação desenvolve-se na capital e arredores onde se concentram 2|5 da população do Amazonas. Felizmente, não houve surtos epidêmicos em 1951, e, assim, tal calamidade não deu cuidados ao DEPARTAMENTO, que se desdobrou, entretanto, em atender aos prefeitos, quando lhe solicitavam ambulâncias.

A grande assistência às populações da hinterlândia é, incontestavelmente, realizada pelo SESP, pelos ambulatórios e hospitais das missões religiosas. O DEPARTAMENTO DE SAÚDE do Estado não estendeu sua rede assistencial ao interior, sem médicos e enfermeiros.

* o * o *

O Purús e o Juruá tiveram a inspeção rigorosa do Doutor MILTON JANUÁRIO PESSOA DE MELO, Chefe do SERVIÇO DE FEBRE AMARELA, que percorreu todos os seringais, vacinando os

moradores com desvelado carinho. Houve apenas a denúncia de um foco silvestre, logo combatido e extinto.

* o * o *

Aos enfermos de Hansen, em número de... 1.440, no SANATÓRIO BELISÁRIO PENA e no SANATÔRIO DO ALEIXO, não faltou a proteção do Govêrno Federal e do Govêrno do Estado.

Avulta diariamente a procura daquelas casas por doentes que procedem dos rios interiores, Territórios e faixas limítrofes.

Os sanatórios, administrados pelos leprólogos, Doutores JOÃO DE PAULA GONÇALVES e MENANDRO TAPAJÓS, precisam de novos pavilhões e alojamentos.

O Educandário GUSTAVO CAPANEMA, pertencente à cadeia organizada pela benemérita Doutora EUNICE WEAVER, continúa a cargo de Dona IZABEL NOGUEIRA, que dedicou sua vida à vigilância maternal de crianças entregues ao internato. Foi inaugurado, em janeiro do ano corrente, o grupo escolar MURILO BRAGA, moderno e suficiente às necessidades educacionais.

* o * o *

A assistência infantil, na cidade encontra na Casa DOUTOR FAJARDO, de MARIA DE MIRANDA LEÃO, os mesmos cuidados de sempre, e dispõe de uma enfermaria na SANTA CASA DE

MISERICÓRDIA, subvencionada pela LEGIÃO BRASILEIRA.

A maternidade enriqueceu-se com enfermarias novas: a Maternidade DARCY VARGAS, em articulação com o Estado, no antigo hospital BEATRICE BERLE.

Não se deve esquecer a CASA DA CRIANÇA e a CRECHE CIRCULISTA "MENINO JESÚS", e outras casas, que também recebem a cooperação do Govêrno estadual.

* o * o *

O número de pessoas doentes atendidas atingiu a 337.890 em comparecimentos, sem contar as que o foram pelas ambulâncias fornecidas a particulares.

Como se vê, só com assistência e medicamentos inverte o D.S.A. um capital bem representativo, que onera bastante as suas despesas.

Com exceção dos comparecimentos aos diversos serviços do Centro de Saúde e aos Dispensários dos Serviços Especiais, as pessoas atendidas nos diversos Postos Médicos da Capital e Interior somam 193.016, assim distribuidos:

Postos Médicos de Manaus	137.172
Postos Médicos do Interior	45.986
Postos volantes (viagens às regiões sem postos)	6.490
Consultórios de assistência dentária ...	1.709
Consultório de higiene pré-natal	1.659

Quanto à espécie dos serviços prestados, estão assim distribuidos:

Consultas	116.881
Injeções diversas	62.896
Curativos diversos	15.632

Do total de consultas: 79.322 foram nos Postos Médicos de Manaus; 29.848 nos Postos Médicos do Interior; 4.530 nos chamados Postos Volantes; 1.709 nos Consultórios de Assistência Dentária (fóra do Centro de Saúde) e 1.472 no Consultório de Higiene Pré-natal (Pôsto do Boulevard Amazonas).

Do total de injeções 48.006 foram aplicadas nos Postos Médicos de Manaus; 12.077 nos Postos Médicos do Interior; 690 nos Postos Volantes; 67 no onsultório de Higiene Pré-natal e 2.056 nos Consultórios de Assistência Dentária, sendo de salientar que êste número é maior que o de pessoas atendidas, porque se trata de injeções anestésicas aplicadas naquelas.

A frequência dos Postos Médicos de Manaus está assim distribuida:

1 — Praça 14 de Janeiro	22.481
2 — Labor (Educandos)	14.589
3 — Boulevard Amazonas	13.352
4 — Cachoeirinha	7.162
5 — Matinha	5.560
6 — Cruzeiro (Educandos)	5.348
7 — São Raimundo	5.154

8 — Giráu (Beco do Macedo) 3.096
9 — Santa Luzia (Imboca) 2.867
10 — Flôres e Colônias dos Franceses e Sto. Antônio 1.819

Além dêsses Postos existem mais quatro, que, embora não pertençam ao D.S.A., são entretanto "Postos em Colaboração" com diversas entidades religiosas a maioria, e para os quais contribue êste Departamento com ambulâncias de medicamentos e outros auxílios. A frequência dêsses Postos foi a seguinte:

1 — Aparecida (Bairro de igual nome.. 24.960
2 — S. Geraldo (Bairro do mesmo nome 16.437
3 — Adriano Jorge (Bairro de Adrianópolis) 9.823
4 — Vivaldo Lima (Colônia Oliveira Machado.. .... 4.520

A frequência dos chamados Postos Médicos do Interior está assim distribuida:

1 — Vila do Careiro... .... 5.036
2 — Iranduba 4.122
3 — Curarí Grande 3.875
4 — Costa do Passarinho 3.252
5 — Rosarinho.... .... 3.073
6 — Coarí (Cidade) 2.867
7 — Maués (Cidade) 2.392
8 — Manacapurú (Cidade)... .... 2.334
9 — Caapiranga.. .... 2.384
10 — Paraná da Eva 2.315

11	— Ambrósio Aires (Autaz-açú)..	2.111
12	— Autaz-Mirim..	1.997
13	— Borba (Cidade)	1.794
14	— Anamã..	1.675
15	— Vila Nova de Tonantins.	1.248
16	— Carauarí (Cidade)	1.240
17	— Terra Nova...	1.204
18	— Boca do Careiro...	788
19	— Humaitá.	771
20	— Quarimirí (Autaz-Açú)	433
21	— Janauacá (Lago)...	344
22	— Codajás (Cidade)..	222
23	— Axini	166
24	— Foz do Ampuanã..	156
25	— Marco divisório Brasil-Colômbia . .	——

Quanto às pessoas atendidas pelos elementos volantes dêste Departamento, assim estão distribuidos pelas regiões visitadas e mês correspondeste:

1	— Fevereiro	— Itapiranga	217
2	— Março	— Silves	264
3	— "	— Barreirinha	371
4	— "	— Lago do Anorí..	414
5	— "	— Urucurituba	227
6	— Abril	— Itapiranga	561
7	— Maio	— "	280
8	— "	— Silves.	105
9	— Junho	— Itapiranga.	516
10	— "	— Silves.	393

11 —	Julho	— Parintins	24
12 —	"	— Paraná de Parintins .	111
13 —	"	— Serra de Parintins ...	33
14 —	"	— Paraná do Espírito Santo.	86
15 —	"	— Ilha Afonso de Carvalho	351
16 —	"	— Paraná do Ramos ...	125
17 —	Setembro	— Itapiranga e Silves.	631
18 —	Outubro	— Itapiranga	452
19 —	"	— Silves.	312

MORTALIDADE GERAL — O coeficiente geral de mortalidade referente ao ano de 1951 foi o mais baixo de todos os tempos. Calculado na base da estimativa da população para 1.º de julho do ano em referência, por mil habitantes, apresentou a cifra de 14.5 para a cidade de Manaus, contra 16.2 no ano de 1 950.

SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS — Os Serviços de Laboratórios do D.S.A. compõem-se de Chefia, Laboratórios de Bacteriologia e Laboratório Químico-Bromatológico. Anexo a êste último, funciona uma Secção de Produção. Também, quando é solicitado, realiza pesquisas toxicológicas. Pelas dificuldades de diversas ordens, êsse setor não produz o que dele poderia esperar a Saúde Pública.

O Laboratório Bacteriológico em 1951 realizou um total de exames de 19.494 entre os quais:

sôro-diagnóstico para sífilis (Reação de Kahn); Fezes (ovo-helmintoscopia); Urina (pesquisa de elementos anormais); Escarro (pesquisa de Bacilo de Kock); Muco-nasal (pesquisa de Bacilo de Hansen); Secreções (pesquisa de Diplococos de Neisser e do Corynebacterium diphiterae); Sangue (pesquisa de hematozoários, Hemocultura para febres tifóide e paratifóide, Reação de Widal).

Pela Farmácia, que também está afeta aos Serviços de Laboratórios, foram atendidas . . . 12.027 pessoas. O número de fórmulas despachadas, inclusive para os diversos Postos, somou 3.908.330 gramas, aproximadamente QUATRO TONELADAS!

SERVIÇO DE PROFILAXIA DA LEPRA — Este setor pela sua organização é composto de Chefia, Dispensário, Sanatório-Colônia "Antonio Aleixo" e Vila "Belisário Pena", competindo-lhe ainda a fiscalização dos Preventórios. E' um dos mais importantes do D.S.A., não só pelo valor epidemiológico de sua ação, dada a alta prevalência que entre nós atinge a endemia leprótica, como também pelo ponto de vista médico-social, pois a êle compete, visando a erradicação da leprose no Estado, executar e fazer cumprir tôdas as medidas tendentes a êsse fim.

Nos dois leprocómios que lhe estão subordinados, em janeiro do ano corrente, existiam iso-

lados 1.442 doentes, distribuidos assim: 591 na Vila "Belisário Pena" e 851 no Sanatório-Colônia "Antonio Aleixo".

O movimento desenvolvido em 1 951 pode ser assim resumido: ficharam-se 277 novos doentes, dos quais 232 foram isolados; receberam-se 32 notificações de casos suspeitos dos quais 29 confirmadas como positivos; faleceram 64 doentes fichados; foram fichados e examinados 930 comunicantes; realizaram-se 163 exames de laboratórios; compareceram ao Dispensário 499 doentes; aplicaram-se em doentes no Dispensário, ainda, 601 injeções, em domicílio, 290, e, nos leprosários, 25.422; reinternados 14 doentes; enviados para internamento em preventório 132 crianças, filhos ou comunicantes de hansenianos; foram feitas 631 extrações dentárias, nos internados na Colônia "Antônio Aleixo" e 325 na Vila "Belisário Pena"; também se fizeram 260 curativos dentários em internos da Colônia "Antônio Aleixo" e 326 ditos nos da Vila "Belisário Pena".

Quanto à medicação pelas sulfonas, foi a seguinte: na Colônia "Antônio Aleixo":

47.087 empolas de Promin,
16.022 comprimidos de Diazone,
59.937 comprimidos de Diamidin;

Na Vila "Belisário Pena":

392 empolas de Promin,
26.357 comprimidos de Diazone,

4.390 comprimdos de Diamidin;

No Dispensário Central:

29.808 comprimidos de Diazone.

Foram, pois, empregados 153.514 comprimidos e 47.479 empolas de Sulfonas.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA — É êste também um dos setores de importância capital do D.S.A. Infelizmente não corresponde ainda às suas principais finalidades, que podem ser resumidas:

a) realizar inquéritos e estudos relativamente à situação em que se encontra, em todo o Estado, o problema social da maternidade, da infância e da adolescência;

b) divulgar tôdas as modalidades de conhecimentos destinados a orientar a opinião pública sôbre o problema da criança, quer com o fim de formar uma consciência social de necessidade dessa proteção, quer como fim de dar os convenientes ensinamentos àqueles que tenham o encargo da execução de medidas relativas a êste mesmo problema;

c) estimular e orientar a organização de estabelecimentos públicos e particulares, destinados à proteção, à maternidade, à infância e à adolescência;

d) fiscalizar em todo o Estado a realização

das atividades que tenham por objetivo a proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Em data de 7 de Março corrente, foi assinado entre o Govêrno do Estado e o Departamento Nacional da Criança um Convênio, afim de que o Amazonas possa participar dos benefícios concedidos às crianças, às gestantes e nutrizes pelo Fundo Internacional de Socorro às mesmas.

ALEIXO — VILA BELISÁRIO PENA — Com os 1442 internados nos dois sanatórios do "Aleixo" e Vila "Belisário Pena", o Estado tem uma despesa forçada de Cr$ 7.000.000,00 para a sua manutenção. Aumenta o número dos que povoam os dois sanatórios: procedem dos rios interiores, evadidos dos seringais, ao sabor das correntezas. Todos pobres, sem roupas, sub-alimentados. Continúa a ser êsse o maior problema do Amazonas, irmanado à tuberculose e ao paludismo.

* o * o *

O Educandário "Gustavo Capanema" para filhos de hansenianos, está a cargo de dona Isabel Soares Nogueira, devotada a essa instituição. Hospeda umas dezenas de crianças e adolescentes em suas atuais instalações e inaugurou em Janeiro dêste ano, o Grupo Escolar "Murilo Braga".

CAMPANHA CONTRA A TUBERCULOSE

O Amazonas deve ao General EURICO DUTRA, então na Presidência da República, durante a administração LEOPOLDO NEVES, um grande benefício — a construção do Sanatório ADRIANO JORGE, com 430 leitos, ainda sem funcionamento, por falta de verba. Como expressão oficiosa, para solucionar tantas dificuldades, continúa a prestar assistência, com os seus 30 leitos para homens e mulheres, o Hospital SÃO SEBASTIÃO, pertencente à SANTA CASA DE MISERICÓRDIA.

Não fôsse a abnegação da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE, em que prestam assistência, sem remuneração, os tisiólogos DJALMA BATISTA, CARLOS MELO e MOURA TAPAJÓS, e maiores dificuldades se apresentariam, sem solução, mesmo de emergência.

Dezenas de funcionários, estudantes, criaturas de tôdas as profissões apelam diariamente para a assistência oficial — medicamentos, exa-

mes, alimentação adequada, passagens, diárias em pensões e sanatórios.

A Bancada Federal movimentou-se para atender tão delicada questão — e o deputado RUI ARAUJO apresentou um projeto, ainda em tranmitação no Palácio Tiradentes, abrindo um crédito de Cr$ 5.000.000,00 para o custeio do Sanatório.

Transcreva-se, por elucidação à campanha, o ofício do Dr. MARIO JORGE COUTO LOPES, Presidente da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE:

SENHOR GOVERNADOR:

Atendendo a solicitação constante do ofício número 423/51 GE, de 30 de março último, de Vossa Excelência, tenho a honra e a satisfação de transmitir o pensamento da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE em relação ao funcionamento do SANATÓRIO recem-construido nesta capital pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Reza o CONVÊNIO firmado entre a Campanha e o Estado, em sua cláusula QUINTA: "As obras construidas pelo Serviço Nacional de Tuberculose em terreno cedido pelo Estado e para o Estado do Amazonas, à conta do crédito destacado para essa unidade da Federação, que, uma vez concluídas, ao fim de um ano não tenham sido utilizadas no programa, passarão ao

domínio do Serviço Nacional de Tuberculose, que as administrará diretamente ou por intermédio de entidades outras, oficiais ou não, integradas na "Campanha Nacional contra a Tuberculose", através de Convênios firmados na fórma do Decreto--Lei Federal n.º 9.387, de 20 de Junho de 1946".

Não tendo o Estado do Amazonas recebido o SANATÓRIO, depois de concluido, sob o fundamento de não dispôr de recursos financeiros à sua manutenção, não é admissível a espera de um ano, prazo estipulado na cláusula QUINTA, transcrita, e período em que o próprio e suas instalações sofrerão o natural deterioramento, enquanto cada vez mais imperiosa se evidencía a utilização do prédio e o preenchimento de suas finalidades.

Tratando-se de um estabelecimento com a capacidade para 430 leitos, devemos calcular o seu custeio na base mínima de Cr$ 50,00 por leito-dia, o que importará no dispêndio diário de Cr 21.500,00, ou sejam Cr$ 645.000,00 por mês e 7.740.000,00 por ano.

E' evidente que só o Govêrno Federal, por administração direta ou indireta, poderá tomar a seu cargo as responsabilidades dessa despesa de tão alta envergadura, mobilizando recursos orçamentários ou os das instituições de previdência, sugestão que fazemos nesta ocasião.

O telegrama firmado pelos parlamentares Antônio Maia, Rui Araujo e André Araujo, cuja cópia Vossa Excelência enviou em anexo ao ofício em resposta, informa, preliminarmente, que o Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose, sob o fundamento das dificuldades oriundas das medidas compressivas tomadas pelo Govêrno, alegou a impossibilidade do Ministério da Educação ou do Serviço, atender ao funcionamento do SANATÓRIO. Era evidente que esperávamos o início das atividades, no corrente ano, em face das verbas consignadas no Orçamento de 1951 para o prosseguimento da Campanha.

Nesta oportunidade, depois da inversão de somas tão elevadas em uma construção que honra a engenharia hospitalar do país, resta-'nos apelar:

1.º — para o pretendido entrosamento da Campanha com as instituições de previdência e assistência social, que, a nosso ver, poderão arcar, no mínimo, com a responsabilidade de custeio de um terço dos leitos, sejam Cr$ 2.500.000,00, anuais;

2.º — para um crédito especial, a ser pleiteado pela bancada amazonense, na quantia excedente, sejam Cr$ 5.490.000,00, na conformidade dos nossos cálculos.

São bem conhecidas as dificuldades de tramitação de projetos dessa natureza nas casas do Parlamento, especialmente quando originários de pequenas bancadas, porém, contamos com o patriotismo de Vossa Excelência e dos nossos representantes nas duas Casas do Congresso, não faltando certamente o interêsse do Chefe da Nação, que poderia ser solicitado ainda por Vossa Excelência.

Um ponto essencial deverá ser firmado, em tôrno dêste assunto de tamanha relevância, que resulta da prática dos nossos eficientes colaboradores, os ilustrados clínicos que formam nos quadros da LIGA, na direção do Dispensário "Cardoso Fontes" e no Ateneu de Tisiologia "Clemente Ferreira", aos quais, prazeirosamente, submetemos a matéria. O SANATÓRIO para ser realmente eficiente e não se transformar em obra de fachada, precisa funcionar com os seus diversos serviços médicos, de enfermagem, administrativos, etc., devidamente organizados, de modo a proporcionar maior rendimento na luta anti-tuberculosa e o mínimo de ineficiência nas suas instalações, que, ressaltamos, são primorosas.

Aproveito a oportunidade que se me oferece para renovar a Vossa Excelência os agradecimentos dos corpos dirigentes da LIGA AMAZONENSE CONTRA A TUBERCULOSE pelo interêsse sempre demonstrado em auxiliar o fun-

cionamento desta instituição, com a segurança de que, mais uma vez, Vossa Excelência prestará ao ESTADO DO AMAZONAS e ao seu povo, na consecução do funcionamento do SANATÓRIO, um grande e inestimável serviço.

Atenciosas saudações.

Mário Jorge Couto Lopes
Presidente

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

É com pesar que trago ao vosso conhecimento que êste nosocômio de tão humanitárias tradições, onde sempre depararam e deparam ainda carinhoso tratamento quantos a êle recorrem combalidos por doenças, vive em difícil e consternadora situação financeira, não sendo infelizmente possível ao Estado correr-lhe em auxílio, como desejaria, neste momento de grave crise.

Ainda em Maio do ano passado, oficiou ao Governo o ex-provedor da instituição, sr. Agesilau Araujo, apelando com instância para o pagamento da vultosa dívida de Cr$ 900.000,00 que o Tesouro deixou acumular no período de 1947 a 1950 e declarando que êsse fato lamentável originou "a diminuição da assistência às pessoas pobres na terceira classe, acarretou o descrédito junto às firmas fornecedoras e obstou aos melhoramentos materiais na Santa Casa".

Hospital de larga beneficência gratuita, da qual lhe deriva o mais pesado ônus, acolhendo sob o seu teto caridoso ricos e pobres, sem distinção de nacionalidades ou de credos religiosos, ainda assim não pôde conhecer a Santa Casa, para abençoá-la, a filantrópica floração dos altruistas que, noutras terras, sentem o júbilo de socorrer com o que lhes sobeja nos cofres a penúria quase radical das casas, que abrigam e tratam enfermos de tôdas as categorias. Foi, pois, a bem dizer singular a comunicação que recebeu o Govêrno, de que, recentemente, o Banco de Crédito da Amazônia doara à Santa Casa de Misericórdia a espórtula de Cr$ 25.000,00.

Lutando com tôda a sorte de desconfortos e desempenhando sua missão cristã no meio das maiores necessidades, a abnegada instituição, em 1951, a despeito de tantos elementos adversos, pôde oferecer êste índice de fecundo trabalho:

Operações realizadas, 1006; curativos no ambulatório externo, 7665 e injeções aplicadas ... 3.650; 263 extrações no gabinete dentário e 181 análises clínicas. Passaram pela Maternidade 1.577 clientes e aos 1.931 doentes que remuneraram o seu tratamento corresponderam 2.433 que nada dispederam.

Para fazer face a todo êsse enorme labor, pôde apenas contribuir o Estado, dada a melindrosa situação das suas finanças, com Cr$ . . . 546.569,60 de subvenções, auxílios e contas de hospitalização.

O atual corpo clínico da Santa Casa se compõe de 21 médicos, dos quais sómente seis não recebem estipêndio. Graças ao esfôrço do Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Melo, dispõe hoje o estabelecimento de uma tenda de oxigênio. Também a Santa Casa assinou contrato com a Escola de Enfermagem do S.E.S.P. para instalação dêsse serviço sob bases técnicas, estando já em pleno funcionamento em sala bem aparelhada.

Consoante informação do atual Provedor, sr. Ermindo Fernandes Barbosa, a Santa Casa ainda não está integralmente paga do prédio que vendeu à futura Faculdade de Medicina.

S E S P

Digna de admiração é a rede assistencial do SESP, articulando os principais pontos do interior a um esquema real de amparo aos habitantes, com segurança técnica e sem influência de grupos partidários. A ação é de todos para todos.

As obras programadas para o Amazonas, além do abastecimento dágua de Manaus, estudado em capítulo à parte, determinam, de fato, o amparo do homem do interior, beneficiado, nas pequenas cidades e nos seringais, pelos médicos e enfermeiros do SESP.

A Escola de Enfermagem, sediada em Adrianópolis, sería bastante para recomendar o serviço: dentro em breve, o problema da enfermagem, sob cursos rigorosos, estará solucionado no próprio Amazonas. A Escola de Enfermagem de Itacoatiára foi o ponto inicial. O doutor AMINTAS BASTO, Diretor do Programa da Amazônia,

apresentou ao Govêrno do Estado uma relação das obras programadas:

Maués, Manacapurú, Tefé e Benjamim Constant — Os projetos já estão em elaboração.

Coarí, Itacoatiára e Parintins — A serem projetados. Os de Itacoatiára e Parintins serão obras de ampliação do atual sistema.

Para essas sete localidades o SESP dispõe das seguintes verbas:

1950 — Cr$ 2.082.500,00
1949 — Cr$ 4.905.000,00

Cr$ 6.987.500,00

Construção de Hospitais

Parintins — em construção. Já havendo ... 54% da obra executados. E' um hospital para 50 leitos.

Benjamim Constant — Hospital para 25 leitos. Em construção. 45% da obra já executados

Borba — Hospital de 25 leitos. Estão feitas apenas as fundações.

Humaitá, Eirunepé, Boca do Acre, Lábrea e Manicoré — Projetos em estudo.

Barcelos — Por ordem do Senhor Presidente da República foi entregue a verba e o material já adquirido à Prelazia de Barcelos, para executar a construção.

Para a construção dêsses hospitais o SESP recebeu as seguintes verbas:

1948 — Cr$ 5.600.000,00
1949 — Cr$ 5.600.000,00
1950 — Cr$ 4.313.750,00

Cr$ 15.513.750,00

Construção de Sub-Postos de Saúde

Codajás — Construção ultimada. Já entrou em funcionamento, devidamente equipado e abastecido de medicamentos, em março dêste ano, estando entregue a um guarda de sub-pôsto, sob a responsabilidade e supervisão do médico chefe do Distrito Sanitário de Tefé.

Manacapurú — Construção terminada. Estamos equipando e abastecendo de medicamentos êsse sub-pôsto. O guarda está em treinamento. Essa unidade ficará subordinada ao Distrito Sanitário de Itacoatiára.

Urucará e Urucurituba — Já foi iniciada a construção dêsses dois sub-postos, que deverão ser ultimados em junho e setembro dêste ano, respectivamente.

Carauarí, Canutama, Fonte Bôa, S. Paulo de Olivença, Uaupés e Manicoré — A executar.

O SESP recebeu a seguinte verba:

1949 — Cr$ 1.250.000,00

Unidades Sanitárias em Operação

No Estado do Amazonas há, presentemente, as seguintes unidades sanitárias em funcionamento:

Parintins — Pôsto de Higiene, dispondo de um médico sanitarista, um médico assistente, uma enfermeira e mais 14 funcionários entre pessoal técnico e administrativo.

O prédio foi construido pelo SESP.

Itacoatiára — Pôsto de Higiene, com um médico sanitarista, um médico assistente, uma enfermeira, além de 14 funcionários, entre pessoal técnico e administrativo.

O prédio foi construido pelo SESP.

O sub-pôsto dee Manacapurú é subordinadc a essa unidade.

Eirunepé — Pôsto de Assistência Médica, com 1 médico e mais 6 funcionários.

Lábrea — Pôsto de Assistência Médica, com 1 médico e mais 4 auxiliares.

Dispõe de 1 sub-pôsto — Boca do Acre.

Manicoré — Pôsto de Assistência Médica com 1 médico e 5 auxiliares.

Maués — Pôsto de Assistência Médica, ocupando prédio especialmente construido pelo SESP, dispondo de 1 médico e 5 auxiliares.

Tefé — Pôsto de Assistência Médica, tendo 1 médico e 7 funcionários.

Há um sub-pôsto — o de Codajás — subordinado a essa unidade.

Benjamim Constant — Pôsto de Assistência Médica, com 1 médico e 6 funcionários.

Instalado em casa de madeira, pré-fabricada, e armada pelo SESP.

O pessoal lotado nessas unidades sanitárias é representado por médicos sanitaristas, médicos clínicos, enfermeiras, visitadoras sanitárias, auxiliares hospitalares ou atendentes, guardas sanitários, guardas de sub-pôsto, laboratoristas, secretário-caixa, arquivista, hortelão e servente.

SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA

Instalado em 1943, em simples enfermaria da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, o SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA impôs-se à população e precisa ser estruturado em bases amplas, de molde a estender-se a todo o nosso território.

O Doutor CARLOS FREDERICO ARAÚJO DA SILVA, seu Diretor, submetendo um plano de organização ao estudo do Govêrno, demonstra que o SERVIÇO, funcionando em casa residencial, "não pode ainda ser reestruturado de fórma a suprir integralmente a sua finalidade, visto as condições econômica e financeira do Estado não permitirem a consecução de um plano capaz de resolver, em definitivo, a situação em que se encontra êsse órgão da administração pública".

São precárias as condições exigidas para uma organização completa de PRONTO SOCÔRRO — salas de operações, sala de Raio X,

sala de oftalmo-oto-rino-laringologia, gabinetec dentário, ambulância e automóvel.

Sugere o referido Diretor a construção de edifício apropriado, de acôrdo com a técnica moderna, o que se poderia conseguir com auxílio federal, destacadas as despesas do fundo da VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA.

O doutor CARLOS FREDERICO ARAUJO DA SILVA prevê um edifício para uma cidade de 200.000 habitantes, assediada, por acréscimos, resultantes dos êxodos da hinterlândia, quando os trabalhadores se refugiam na Capital.

A sugestão, uma vez possíveis as ampliações, merece raios de ação ainda mais amplos: as pequenas cidades do interior não poderão dispôr de serviço de pronto socorro por algum tempo. São procuradas suas secções por acidentados dos seringais, mordidos por jacarés e cobras, além de outros acidentes naturais às terras em exploração. Morrem, por falta de assistência médica imediata.

O SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO deve estender-se a todo o nosso território: articulado ao AÉRO-CLUBE, quando houver táxis aéreos, poderá irradiar os seus benefícios, tornando-se, na realidade, uma obra assistencial insubstituível na vida amazonense. E' uma idéia a objetivar, em conexão com as prefeituras e os próprios seringalistas.

Êste Serviço teve bastante movimento em... 1951, explicável pelo aumento da nossa população. Foram numerosos, infelizmente, os acidentes registados, nos quais avultou a cifra dos de viação urbana. Pelos tratamentos de emergência e curativos levados a efeito, nada se cobra às pessoas desprovidas de recursos e mesmo as que podem pagar estão sujeitas a uma pequena taxa, representada na renda módica de Cr$ 450,00, recolhida ao Tesouro.

Fizeram-se 3.024 transportes de doentes e socorreram-se 4.361 acidentados.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

As obras assistênciais enfrentaram duríssimas dificuldades em 1951, pela redução ou mesmo córte das dotações federais, previstas em orçamento passado. Construções foram paralisadas, abrangendo colégios e hospitais, sem esquecer o próprio movimento diário dos internatos.

A LEGIÃO BRASILEIRA não executou seus planos, principalmente no interior, que ficou entregue às missões religiosas e parcos auxílios prefeiturais. A PREFEITURA DE MANAUS, abalada na arrecadação, não teve crédito para simples hospitalizações, concessões de passagens a necessitados, auxílio de livros e material didático a estudantes.

Recaiu assim a responsabilidade assistencial sôbre as finanças do Estado: raro o dia em que as portas do Palácio RIO NEGRO não sejam procuradas angustiosamente para ordens de internamento nos hospitais e nas maternidades, para medicamentos urgentes nas farmácias.

Livros, uniformes, fazendas para os casais pobres, aquisição de palha para cobertura de barracas em zonas suburbanas, enterramentos, passagens para enfermos são pedidos de tôdas as horas, naturais em moradores desajustados, sem profissões especializadas, egressos dos seringais e castanhais.

Sucedem-se as intervenções cirúrgicas, na maior parte gratuitas, por operadores devotados da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA e da SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE.

Essas ocorrências motivaram excessos nas dotações assistenciais do Estado, que não pode desatender aos enfermos, aos pobres, aos vencidos na luta pela existência.

JUIZADO DE MENORES

Foi construido, na administração LEOPOLDO NEVES, um edificio, na linha de Flôres, próximo ao Hospício EDUARDO RIBEIRO, destinado ao funcionamento da Escola MELO MATOS, ora um departamento da PENITENCIÁRIA. Inaugurado, tomou o nome de LEOPOLDO PÉRES, em homenagem ao ilustre parlamentar amazonense, já falecido.

Urge dotação para sua instalação — luz, água, mobiliário.

Poderá ser construido, vizinho a essa Escola, um pavilhão, em que sejam internadas as menores da ESCOLA MARIA MADALENA, ora em desaconselháveis condições, em prédio impróprio e insuficiente.

Providência de caráter urgente, irá solucionar duas situações difíceis.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Permanece à frente desta Corporação, à qual vem prestando bons serviços por sua rigorosa ação disciplinadora, o sr. coronel Manoel Corrêa da Silva.

Não houve alterações relevantes no pessoal administrativo. Previsto o efetivo da Polícia Militar em 334 homens, no ano findo, ao terminar o exercício verificou-se no quadro de oficiais um excedente de 5, sendo 2 capitães, 1 primeiro tenente e 2 segundos tenentes.

Continúa o regime da época indeterminada para as inclusões, as quais se verificam à medida que ocorrem os licenciamentos. Não recebeu a Polícia Militar, em 1951, contingentes de outros Estados.

Engajamentos e reengajamentos obedeceram aos dispositivos da lei estadual número 82, de 25 de Novembro de 1947.

A confecção de uniformes está a cargo da alfaiataria da Corporação que emprega, para auxiliar os artífices, costureiras particulares, Essa

medida de que resulta apreciável economia, atende plenamente as necessidades da Polícia Militar.

Quanto ao Serviço de Saúde, funciona sem atropelos. A enfermaria atendeu a todos os casos de hospitalização por moléstias não transmissíveis, Não tendo a Corporação Serviço de Veterinária organizado, os animais que utiliza foram tratados por um veterinário civil, mediante gratificação paga com as economias da instituição.

Funcionaram durante o ano de 1951 a Escola Regimental e outra de Alfabetização de Adultos, com excelentes resultados. De um modo geral, informa o Comandante da Polícia Militar, "foi bem elevado o espírito de disciplina da tropa, não se registando nenhum fato que lhe afetasse a boa marcha".

Apesar da vultosa dotação orçamentária que teve o ano findo, no valor de Cr$ . . . . . 4.442.940,00, afóra os créditos suplementares que lhe foram concedidos, a Polícia Militar carece de melhoramentos urgentes no seu quartel, além de nova aparelhagem nos serviços de água e luz, não sendo pequeno o número de seus credores por fornecimentos de diversas espécies.

CORPO DE BOMBEIROS

O CORPO DE BOMBEIROS, entregue aos cuidados e pago pela Prefeitura, está praticamente extinto em Manaus: restam os oficiais e algumas praças, estas em ocupações civis.

Capital de 100.000 habitantes, com usinas e bairros operários, onde avultam casas de madeira e palha, precisa reorganizar urgentemente o seu CORPO DE BOMBEIROS, ora sem maquinários, sem mangueiras, sem quartel apropriado.

Pretende o Govêrno comissionar dois oficiais para estudarem, no Rio ou qualquer cidade mais próxima, a organização moderna do CORPO DE BOMBEIROS; já iniciou entendimentos preliminares com as companhias de seguro contra o fogo; autorizou, por medida de emergência e pelas dificuldades financeiras do Estado e da Prefeitura, a aquisição de três máquinas extintoras, pagas pela COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, para seu serviço e auxílio em qualquer emergência.

Em dois grandes incêndios, que devoraram casas comerciais às ruas Marcílio Dias e Henrique Martins, conseguiu-se debelar o fogo, após enormes prejuizos, mediante a conjugação de esforços das Fôrças do Exército e Polícia, da Guarda Civil, das mangueiras da MANAUS HARBOUR e de populares.

O último e mais pavoroso incêndio ocorrido em Manaus, o de maiores proporções e o que produziu mais vultosos prejuizos, foi, sem nenhuma dúvida, o da noite de 9 do corrente no edifício da Companhia Nacional de Borrachas.

Desapareceram nas chamas, não só êsse valioso patrimônio, mas também importantes haveres do Banco de Crédito da Amazônia, representados em goma elástica, um e outros num montante superior a vinte milhões de cruzeiros, conforme as primeiras avaliações. Não podemos continuar à mercê de tão calamitosas surprêsas e precisamos agir sem demora para obstar a tamanhos perigos.

POLÍCIA CIVIL

Dividida por seus diferentes órgãos de repressão, hierarquicamente subordinados ao Chefe de Polícia, vão êles exercendo suas árduas funções com a precisa regularidade, vigiando pela segurança pública e principalmente alertados contra elementos suspeitos que professam ideologias perigosas, contando todos com o auxílio prestimoso, nesse particular, do 27.º Batalhão de Caçadores. Graças a isso é que a cidade e o interior gozam de tranquilidade, só se havendo registado, recentemente, os crimes bárbaros a que já aludí e que sob a ação repressiva da Polícia se acham devidamente esclarecidos em inquéritos minuciosos já enviados à Justiça para a punição dos culpados.

Máus elementos em grande número se insinuam, infelizmente, entre a população pacata e ordeira da capital, exercendo suas atividades nocivas, em geral nos assaltos à propriedade alheia. Passaram pela Delegacia de Investiga-

ções e Capturas nada menos de 351 indivíduos, acusados principalmente de crimes de furtos, dos quais 174 foram apreendidos e restituidos a seus legítimos donos. A repressão inflexível ao uso de armas proibidas, igualmente não esmorece como o atesta a enorme quantidade delas, tomadas aos seus portadores na vía públiia ou nas dependências policiais.

E' mantido ainda com o efetivo de 190 homens o Corpo de Segurança, já deficiente para manutenção da ordem no âmbito citadino, que cada dia se alarga, continuando, além de outros, o inconveniente que deve ser removido, da utilização dos guardas para serviço das repartições estaduais. Necessita também o Corpo de Segurança de reforma no seu armamento, pois o de seu uso, além de antigo, se acha em máu estado.

Satisfatórias são as atividades do Gabinete de Identificação e Estatística, onde o movimento durante o ano passado foi como se vê dêste resumo: 340 identificações criminais, 1580 identificações civís, 140 legalizações de residência de cidadãos estrangeiros para efeito de permanência no território nacional. Registaram-se ainda oito incêndios com prejuizos totais, mas sem vitimas, nove suicídios e nove tentativas de suicídio.

Um índice da densidade populacional de Manaus, contrastando com a deserção do interior, pode ser encontrado nestas indicações da

Inspetoria da Polícia do Porto: — em 1951, entraram aquí, por vía fluvial, 19.835 pessôas e por via aérea 6.127, havendo saído no mesmo período, por ambas as vias, 16.074, do que resulta terem ficado em nossa terra 9.888 pessoas.

O Regulamento da Polícia Civil precisa de ser modernizado, pois o vigente data de Dezemzro de 1926.

FÔRÇAS FEDERAIS

A cooperação das Fôrças Federais tem sido valiosa, por várias vêzes, no patrulhamento da cidade. O Govêrno oficiou, nesse sentido, ao Comando da Região Militar, enaltecendo a ação das unidades, aquí acantonadas, desde os respectivos comandantes até aos oficiais e soldados.

E' sobretudo assaz louvável, como já vos ponderei, a colaboração das forças do Exército com a Polícia Civil, na vigilância da escusas manobras comunistas, as quais, constituindo um perigo para a tranquilidade nacional, jamais terão aquí a audácia de ostentar-se a céu aberto, certos como se acham os vermelhos de que serão imediatamente reprimidos.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Em 1 951, as atividades desta repartição, dirigida pelo Dr. Jatir Pucú de Aguiar, convergiram, principalmente, para os consertos que requeriam com urgência inúmeros edifícios do patrimônio do Estado, desde muito desatendidos na sua conservação interna e externa. Assim é que se levaram ávante grandes e pequenas restaurações, notadamente em prédios escolares, alguns dos quais não se achavam em condições de abrigar os alunos nêles matriculados. Despendeu o erário público nêsses serviços a soma total de Cr$ 2.702.357,30. Expediu a repartição 47 títulos definitivos; foi de 72.908.397,46 a área total dos terrenos titulados, e as guias expedidas somaram 133, no valor de Cr$ 8.487,60.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS

Apesar das dificuldades com que luta pela insuficiência de material, atendeu êste departamento, na medida das suas possibilidades, ao abastecimento da cidade nas zonas urbana e suburbana, reaparelhando inúmeras linhas com profusa metragem de canos e concedendo novas derivações em número de 434 nas redes nova e velha. Arrecadou de taxas de expediente Cr$ 31.727,50, subindo sua arrecadação por consumo dágua durante o ano passado a Cr$ . . . 2.045.079,20.

Os dois reservatórios que suprem a cidade, o do Mocó com capacidade de 5.400.000 litros dágua e o da Castelhana com capacidade de 5.200.000, apesar de seu funcionamento regular no curso do ano que vem de findar, precisam todavia de reparos, principalmente o segundo, calculados em soma não pequena, esperando a diretoria do departamento que o S.E.S.P. tome

a si êsse encargo, dada a ampliação do programa que se traçou.

Na Usina de Bombeamento, realizaram-se as seguintes obras: montagem com revisão geral da máquina número 2; revisão das três caldeiras existentes com substituição das paredes internas, em tijolos refractários e tubulação respectiva; obras de impermeabilização e conservação dos porões, onde se encontram as bombas de baixo levantamento; muro de proteção à Usina, o qual foi demolido pela enchente anterior.

ABASTECIMENTO DÁGUA

Segundo informações do SESP (SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA), o abastecimento dágua melhorará consideravelmente no ano vigente, devendo abranger a cidade inteira.

São palavras do engenheiro UBIRAJARA SEVALHO, chefe do projeto de abastecimento:

> "Foram construidos 3.622.000 metros de linha (ramal de Constantinópolis) — Trabalha-se na experimentação dessa linha, impermeabilização dos porões das bombas de sucção, demolição das obsoletas cubas de dosagem da instalação antiga e projeto das estações de Tratamento e Bombeamento — Já recebemos Cr$ 8.135.428,90 de materiais, na maior parte máquinas e equipamentos, como sejam, grupos DIESEL-elétricos, 3 bombas elétricas de recalque, com os respectivos motores, 2 de sucção, idem, tubos, conexões, dosadores, misturadores, etc.

Para a estação de Tratamento faltam, apenas, os floculadores que, entretanto, já estão comprados e conexões especiais já encomendadas. Para a de Bombeamento faltam conexões especiais que ainda dependem do projeto em elaboração, devido a modificações decorrentes dos entendimentos havidos com o Governador e Técnicos do Estado."

A demora tem sido motivada pela falta de numerário, agora solucionada, por determinação do Senhor Presidente GETÚLIO VARGAS, mediante a cessão de Cr$ 7.000.000,00 para êsse fim. Esforçaram-se para conseguir essa medida os membros da Bancada Federal, a administração do SESP e o Govêrno do Estado.

O projeto será realizado em duas etapas — 1948 - 1953, Cr$ 20.500.000,00, e 1954, Cr$ . . . . 4.000.000,00.

O SESP recebeu apenas:

1948 — Cr$ 2.000.000,00
1949 — Cr$ 2.500.000,00
1950 — Cr$ 3.920.000,00

Cr$ 8.420.000,00

Poderão apressar-se, com o adiantamento de Cr$ 7.000.000,00, as obras já iniciadas.

CONGRESSO EUCARÍSTICO
E ARCEBISPADO DO AMAZONAS

Sob a orientação do nosso culto Arcebispo, o Excelentissimo Senhor Dom Alberto Gaudêncio Ramos, iniciaram-se os preparativos para o segundo Congresso Eucarístico em Manaus, fixado para o próximo mês de Julho.

O primeiro, levado a efeito, vae em dez anos, pela dinâmica personalidade episcopal do nosso então prelado, Dom João da Mata e Amaral, hoje Bispo de Niterói, revestiu uma imponência que ficou memorável nos fastos católicos e certificou a crença robusta dos fiéis, diuturnamente estimulada por aquele alto representante da Igreja, com a abnegação de um verdadeiro levita.

Repetir-se-á em breve essa majestosa demonstração de fé, cabendo a feliz idéia, desta vez, ao Senhor Arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos, cujas preclaras virtudes e capacidade empreendedora no realçar a fôrça e o pres-

tígio da Igreja Católica entre nós acabam de ser reconhecidas pelo Sumo Pontífice, com a justa elevação de Sua Excelência à dignidade arquiepiscopal.

ESCOLA TÉCNICA DE MANAUS

A diretoria dêste prestimoso estabelecimento de ensino técnico, ora exercida pelo Dr. Sylvio Serra de Menezes, tem se revelado à altura da sua melindrosa missão de preparar a juventude para os labores das artes e ofícios.

Único instituto no gênero que possuimos na capital, a Escola Técnica, ministrando ensino industrial e recebendo alunos de todos os pontos do Estado e dos Territórios federais, já faz jús a títulos de benemerência e, se não é mais eficiente a sua ação, é porque lhe tem faltado a pontual assistência do ministério a que é imediatamente subordinada.

Do seu corpo docente, fala nestes têrmos abonadores o diretor Sylvio Menezes:

> "Há neste estabelecimento professores, tanto de cultura geral como técnica, em condições de transmitir os seus

ras. No período de Abril a Dezembro de 1 951, orçaram em Cr$ 14.858.641,90 os pagamentos a empregados por folha, mensalistas e diaristas, cifra pela qual se poderá avaliar a enorme despesa que acarretaram os serviços materiais já executados, postos à margem os dispêndios que ainda se hão de fazer com os múltiplos trabalhos em projéto.

São, porém, auspiciosos os resultados dêsses dispêndios, dado o aspecto novo que vae tomando Manaus. Transformou-se o arcáico Boulevard Amazonas em larga avenida com duas pistas ajardinadas; remodelou-se a praça Ajuricaba, no entroncamento do Boulevard Amazonas, com a estrada de São Raimundo e avenida João Coêlho; pavimentou-se, ajardinando-a, a praça Chile, à entrada de Adrianópolis; está prestes a concluir-se a avenida Getúlio Vargas, com a cooperação da Prefeitura Municipal, de acôrdo com o contrato desta com a C. E. R. A.; receberam melhoramentos ou foram restauradas: a praça Taumaturgo de Azevedo, hoje Adalberto Vale, em homenagem a êsse dinâmico pioneiro do progresso amazonense; a praça Floriano Peixoto, atualmente pavimentada em concreto com duas pistas a gramado; a avenida Airão, o bairro de Santa Luzia, a rua 24 de Maio, a antiga Passagem Cabral e a avenida Eduardo Ribeiro, tradicional sala de visitas, onde recebemos os que vêm conhecer a nossa terra.

Simultaneamente, reconstruiram-se parte da estrada Circular, uma das pistas da avenida João Coêlho e diversos trechos do Boulevard Amazonas para melhor servirem ao tráfego de veículos, levando-se ainda a efeito a pavimentação da estrada que conduz a São Raimundo e a conclusão da ponte "Engenheiro Lopes Braga". No plano de obras já traçado para o ano em curso, inclue a C.E.R.A. a abertura da estrada Humaitá-Lábrea, visando o aproveitamento dos campos gerais do Madeira e Purús para criação de gado, e também a estrada do Aleixo, que, possivelmente, será pavimentada a solo cimento.

A atividade realizadora do sr. Xenofonte Antony não se limitou à estética urbana e suburbana. Abrangeu igualmente os setores internos da C.E.R.A. com a organização de um Serviço de Estatística, indispensável ao grande movimento das suas várias secções, com a aquisição de uma biblioteca para leitura domiciliar dos funcionários, com a concessão de benefícios aos trabalhadores na fórma da legislação trabalhista, inclusivé férias remuneradas e indenizações nos casos de dispensa do serviço, e com a reorganização da assistência médica para os empregados e pessoas das respectivas famílias, prevista até a hospitalização gratuita em casos de cirurgia. Tôda a despesa decorrente dessas realizações é, presentemente, coberta

com a soma de pouco mais de um milhão de cruzeiros, diferentemente de outrora, quando a improficuidade da C.E.R.A. custava um milhão e oitocentos mil cruzeiros, quase o dôbro dos gastos atuais.

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

Os SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO foram encontrados em condições de verdadeira calamidade, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro, alarmando e justificando a grita de tôdas as classes sociais, que se sentiam feridas nos seus legítimos interêsses.

A incúria e a desídia da antiga Manaus Tramways, que práticamente havia abandonado a emprêsa à sua sorte, a bem dizer esfacelada em sua total aparelhagem, legaram ao Estado um acêrvo colossal de responsabilidades e compromissos, não agindo também com eficiência, para pôr alguma ordem nesse cáos, a administração que lhe sucedeu na direção dos Serviços.

Nomeada a 1 de Fevereiro de 1951 a Comissão Administrativa presidida pelo engenheiro Jatír Pucú de Aguiar, entrou ela desde logo em ação para averiguar a desordem e o tumulto reinantes nesse importante setor. Recebeu a Comissão, mal iniciava seus trabalhos, a notificação

da C.A.P.S.P.E.A., para, dentro de trinta dias, recolher ao Banco do Brasil Cr$ 1.455.085,70, de arrecadações efetuadas em Novembro e Dezembro de 1949 e Janeiro de 1950 pela Manaus Tramways e Serviços Elétricos do Estado, êstes de Fevereiro a Dezembro de 1950 e Janeiro de 1951. A essa enorme dívida juntava-se a de Cr$ . . . 1.472.000,00 à praça de Manaus e a várias entidades, afóra Cr$ 424.344,30,, de que se achavam em desembôlso os fornecedores de lenha.

Isso, no que respeita ao estado financeiro dos Serviços Elétricos. No referente a material, seis batelões transportadores de lenha se achavam de tal sorte avariados, que se impôs a urgência da sua remodelação mediante a despesa de Cr$ 79.732,40, fazendo-se mister ainda a aquisição de vinte canoas, que custaram Cr$ . . . . 70.000,00.

Não existia no Almoxarifado, sequer, material para atender ao reacondicionamento dos motores de bondes, que se mantinham no quase estado de ferro velho.

Técnicamente, dará uma idéia geral do descalabro dos Serviços Elétricos a exposição que em ofício de 19 de Fevereiro de 1951, fez o presidente da Comissão Administrativa ao presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a qual aquí traslado em resumo:

"As instalações dos Serviços Elétricos do Estado, constituidas de duas usínas, uma central

com cinco máquinas, produzindo dois mil kw., e a sub-usina com 2 máquinas a gás pobre e com a capacidade de novecentos e dez kw., estiveram arrendadas a Manaus Tramwys até 11 de Fevereiro de 1951. Acontece, porém, que a situação se agrava pelas exigências do consumo e necessidade de rever e reformar as máquinas primitivas, que trabalham desde 1911. Torna-se, pois, urgente a aquisição de dois grupos Diesel-elétricos, de emergência, de quinhentos kw. cada um."

Rematava o presidente da Comissão Administrativa, solicitando deferimento a essa pretensão e, ao mesmo tempo, oferecendo ao Conselho Nacional o plano de reforma completa das instalações elétricas de Manaus. Só em Novembro de 1951, porém, aprouve ao Conselho responder ao instante requerimento, reconhecendo a urgência do caso que precisava ser, de fato, solucionado com presteza, "para que não sofressem solução de continuidade os serviços de fornecimento de enérgia elétrica à capital", mas recomendando que o Govêrno do Estado "pedisse à União a ratificação do áto de rescisão com a Manaus Tramways", condição necessária para se poder tratar do assunto, dependente da prévia autorização do Govêrno Federal.

Diante dêsse adiamento do problema, impunha-se dar-lhe novos rumos com outras providências, que nos tirassem da situação vexatória

em que nos achávamos, com o crescimento contínuo de consumidores de luz, acompanhando lógicamente o aumento da população da cidade e as exigências sempre maiores das indústrias.

Assim, recebendo a verba de Cr$ .. .. .. 7.000.000,00, destinada ao Amazonas pelo plano SALTE e referente ao exercício de 1951, abriu o Govêrno concorrência pública para fornecimento de dois conjugados Diesel-Elétricos, com a capacidade, os dois, de mil kw, sendo vencedora a firma Wilson Sons & Co. Lt.

Não bastando entretanto essa providência, que apenas contornava o problema, o Govêrno, aceitando o parecer dos técnicos, que consideraram imprescindível a compra dos conjugados do "Madalena", para, em refôrço das máquinas existentes, proporcionarem à cidade mais abundância de luz, embora não ficasse definitivamente resolvido o problema, adotou o alvitre referido, para o que foi lavrado no Contencioso Fiscal o seguinte contrato:

"Termo de contrato que entre sí assinam o Estado do Amazonas e a sociedade "Jumar" Engenharia e Co., do Rio, nas bases seguintes: Aos dezessete dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, na sala do Contencioso Fiscal, na Diretoria da Fazenda Pública, presentes os senhores doutores Mário Jorge Couto Lopes e Oldeney Bagnero Fa-

rias de Carvalho, respectivamente Procurador e Sub-Procurador Fiscal, comigo Delmira Loureiro Belota, auxiliar do Contencioso Fiscal, compareceu o senhor Haroldo Estrela, brasileiro, casado, industrial, residente na capital da República, à rua Alberto de Campos, número cento e dezessete (117), na qualidade de procurador da emprêsa "Socital" — Sociedade Continental, Indústrial e Engenharia Limitada, do Rio de Janeiro, em procuração bastante passada nas Notas do Tabelião do décimo sexto (16.*) ofício daquela cidade, pelo tabelião interino Manuel Leitão Netto, aos vinte três (23) dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um (1951), procuração essa passada no Livro número duzentos e trinta e sete (237), a folhas vinte e dois (22) e apresentada por certidão, de vinte e sete (27) do mesmo mês e ano, devidamente reconhecida a firma do notário pelo tabelião doutor Milton Nogueira Marques, do terceiro (3.*) ofício desta capital, poderes conferidos em conjunto ou separadamente com a sociedade Jumar-Engenharia e Comércio Limitada, síta à rua da Igrejinha número dois (2), bairro de São Cristovão, na Capital Federal, e declarou que, em data de seis de dezembro do ano passado em nome desta última emprêsa, de que é representante, conforme instrumento também anexo, do notário já citado lavrada no Livro número duzentos e trinta e sete (237) a folhas cento e sete (107), devida-

mente autenticado e reconhecida a firma pelo tabelião doutor Milton Nogueira Marques, propôs ao Senhor Governador do Estado do Amazonas venda, para os serviços de fôrça e luz do mesmo Estado, denominados "Serviços Elétricos do Estado", de dois grupos Diesel-Elétricos que equipavam o navio "Madalena", da Mala Real Inglesa, que foram objeto de transação anterior pela firma Socital — Sociedade Continental Industrial e Engenharia Limitada, tornada sem efeito pelo govêrno estadual por decreto número dois (2), de cinco (5) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), situação com que se conformam as firmas interessadas e tendo em vista o despacho do mesmo Senhor Governador do Estado, na nova proposição já aludida, despacho êsse publicado no "Diário Oficial" de quinze, vinha assinar o presente termo de contrato, mediante as claúsulas que se seguem: PRIMEIRA — a "Jumar", Engenharia e Comércio Limitada, firma registrada no Departamento Nacional de Indústria e Comércio — Divisão de Registro de Comércio sob número quarenta e três mil duzentos e cinquenta e dois, em doze (12) de Outubro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), daquí em diante designada pela expressão — primeira contratante, se obriga a fornecer ao mesmo Estado do Amazonas, para os seus serviços de força, luz e tração, denominados Serviços Elétricos do Estado, dois grupos Diesel-

elétricos, que equipavam o navio "Madalena", cada um dos quais apresenta as seguintes características: um (1) motor de fabricação inglesa **Harland Wolf,** tipo Diesel, com a potência de quinhentos e cinquenta barra seiscentos (550|600) cavalos de força (H.P.); número de cilindros: seis (6) — Rotações: trezentas (300) rotações por minuto — Ciclo: quatro tempos Partida — ar comprimido — Combustível: Óleo Diesel — Refrigeração: fôrças por bomba centrífuga, atraves de filtros e irradiador externo; um (1) gerador **Harland Wolf** — tipo de corrente: contínua — Voltagem — duzentos e vinte (220) volts. — Potência: trezentos e sessenta quilowates. Acessórios: Quadro de contrôle, chaves e demais elementos indispensáveis ao funcionamento dos motores. Acoplamento: Diretor, sistema luva elastíca. Pêso: trinta (30) toneladas, cada unidade. — SEGUNDA — A primeira contratante obriga-se a, sem mais qualquer ônus para o Estado do Amazonas, transportar para esta capital e montar na Sub-Usina da Cachoeirinha, os dois grupos a que se refere a cláusula anterior e entregar os aludidos grupos aos Serviços Elétricos do Estado em perfeito funcionamento e nas condições técnicas exigidas para o seu emprêgo, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias da assinatura do presente contrato, prazo êsse improrrogável. — TERCEIRA — Obriga-se ainda a prímeira contratante a garantir durante o prazo de um ano, a

contar da data da entrega dos grupos aos Serviços Elétricos do Estado, o perfeito funcionamento dos mesmos grupos e eficiência de seu funcionamento e produção de corrente, responsabilizando-se ainda por total avaria ou qualquer deficiência do material, verificada no decurso dêsse prazo, pela substituição das peças defeituosas ou avariadas, salvo caso de imperícia ou êrro operatório. — QUARTA — Obriga-se a primeira contratante a fazer tôdas as despesas com o transporte dos grupos até a cidade de Manaus, instalação dos mesmos no local designado, fazendo as fundações e demais obras indispensáveis ao seu assentamento perfeito, bem como fornecimento de dois tanques com capacidade para cinco mil (5.000) litros de óleo, cada um, num total de dez mil litros, e demais sobressalentes reclamados ao funcionamento da vida dos motores. — QUINTA — Obriga-se a segunda contratante, Estado do Amazonas, ao pagamento da importância de QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS (Cr$ 4.000.000,00) depois de comprovado o funcionamento perfeito dos motores e geradores, na fórma do Parecer da comissão designada para seu recebimento, condicionado êsse pagamento, de uma só vez, ao recebimento pelo Estado do Amazonas, da verba consignada no Orçamento da República, de mil novecentos e cinquenta e dois (1952), destinada ao equipamento elétrico da cidade de Manaus. — SEXTA — Os

trabalhos de construção das bases e demais instalações na Sub-Usina, e montagem dos motores e geradores, a cargo e responsabilidade da primeira contratante, na fórma da cláusula Segunda, serão fiscalizados pelo Governador do Estado, a cujo parecer se deverá submeter a primeira contratante. — SÉTIMA — O não cumprimento das obrigações assumidas pela primeira contratante, implicará na nulidade do presente contrato, decretada por mero despacho do Chefe do Poder Executivo na comunicação que lhe fôr feita pelo profissional encarregado da fiscalização ou pelo Procurador Fiscal, e consequente aplicação da multa contratual de DUZENTOS MIL CRUZEIROS (Cr$ 200.000,00), mandada inscrever como Dívida Ativa e consequentemente, cobrada em fórma executiva, ficando desde logo eleito o fôro desta cidade e Comarca para todos os procedimentos judiciais resultantes do inadimplemento das obrigações assumidas nêste contrato. — OITAVA — Para o fim de prioridade de praça os efeitos e demais materiais serão embarcados em consignações ao Govêrno do Estado do Amazonas que fica, desde logo, desobrigado de qualquer prejuizo que venha a ser ocasionado por avarias, perda total, armazenagens, taxas portuárias, desembaraço, fretes e outras quaisquer obrigações resultantes do transporte dos mesmos, até o local de montagem. Pelo doutor Procurador Fiscal do Estado foi declarado

que, em vista da autorização contida no ofício número um (1 — P.F.)), desta data do Senhor Secretário Geral do Estado que encaminhou o processo, e do alto despacho do Senhor Governador do Estado, referido no início dêste, aceitava as condições aquí estabelecidas, para os devidos efeitos. Pelo senhor Haroldo Estrela, foi dito que ratificava tôdas as condições oferecidas e as demais obrigações exigidas pelo Estado do Amazonas, constantes do presente têrmo, na qualidade de procurador da Jumar - Engenharia e Comércio Limitada, respondendo, desde logo, pela multa contratual, os materiais e demais aprestos que se encontram em Manaus. Eu, Oldeney Bagnero Farias de Carvalho, sub-Procurador Fiscal, o fiz escrever. Eu, Delmira Loureiro Belota, servindo no Contencioso Fiscal como auxiliar, o escreví. Paga de sêlos do Estado a importância de dezesseis mil cruzeiros (Cr$ .. .. 16.000,00) e a Taxa de Assistência aos Tuberculosos de sessenta cruzeiros (Cr$ 60,00) pela duração, e de Emolumentos a importância de nove mil seiscentos e vinte e oito cruzeiros (Cr$ .. .. 9.628,00) recolhida pela guía número sessenta e um (61) de dezessete (17) de Janeiro de 1952. Manaus, 17 (dezessete) de Janeiro de 1952 (mil novecentos e cinquenta e dois). Sôbre estampilha da taxa de Assistência aos Tuberculosos. (a) MÁRIO JORGE COUTO LOPES — (a) p.p. "Jumar" Engenharia e Comércio Limitada, HAROLDO

ESTRELLA. — Testemunhas: AZEMAR DAMASCENO DO COUTO e FRANCISCO JOSE' DOS REIS. — Pagou o sêlo por verba, pelo talão número cento e noventa e quatro (194), anexo ao contrato, da Recebedoria de Rendas do Estado, desta data. Era o que se continha no contrato lavrado a fls. oito (8) a dez (10) do Livro número nove (9) de Têrmos de Contrato. PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO, em Manaus, 18 de Janeiro de 1952. DELMIRA LOUREIRO BELOTA — Auxiliar. Confere: OLDENEY BAGNERO FARIAS DE CARVALHO — Sub-Procurador Fiscal. Visto: MARIO JORGE COUTO LOPES — Procurador Fiscal."

Da leitura dêsse contrato, verifica-se que consultou êle os interêsses do Estado melhor que o precedente, tornado sem efeito pelo Govêrno, não só pelo exagêro da cifra da transação .. .. (Cr$ 5.950.000,00), mas também pela preterição de formalidades legais em atos dessa natureza, e até pela falsa invocação de entidades federais, que, na realidade, não foram ouvidas no caso.

Em tempo breve, pois, espera o Govêrno que as deficiências atuais da iluminação pública e particular estejam corrigidas, pelo menos, por um período dilatado, amortecendo dessarte os justos clamores que se ouvem em todos os quadrantes de Manaus.

Os Serviços Elétricos do Estado registavam,

em 1 950, consumidores de energia em número de 11.135. No ano passado, subiu êsse número para 11.739, acusando assim um acréscimo de 604 consumidores. São palavras do relatório do atual administrador daqueles Serviços, engenheiro Leopoldo da Silva Loureiro:

"Para atender os consumidores particulares e a pequena indústria, exclusive portanto a indústria pesada, precisamos de três mil e quinhentos Kw. Atualmente, só dispomos de dois mil e quatrocentos Kw. dada a situação de uma das máquinas da sub-usina que, por falta de material para sua restauração, trabalha apenas com 3/4 da sua carga. Daí, deduzirmos um "defícit" diário e permanente de mil e cem Kw." Mais adiante, focando a complexidade do problema da luz entre nós, enuncia o engenheiro Leopoldo Loureiro:

"Mesmo após a instalação de todos os conjugados adquiridos, torna-se necessário o reequipamento de tôdas as máquinas já existentes as quais estão totalmente sacrificadas pelo exaustivo trabalho a que vêm sendo submetidas. Não devemos esquecer também que outro fato de grande importância para que alcancemos um objetivo comum é o do reforçamento da rede de distribuição de enérgia, através dos cabos já adquiridos, conforme concorrência pública, pelo Govêrno do Estado. Isso, em virtude dos cabos

atuais estarem com a sua capacidade de condutibilidade saturada, motivando expressivo desperdício de energia, com prejuizos igualmente expressivos para nossa gente. Com os cabos novos, será lançada uma linha de reforçamento da Usina Central ao Reservatório, fechando-se por uma linha também nova, dêsse ponto até a Sub-Usina da Cachoeirinha, o que restabelecerá o equilíbrio da voltagem para todos os consumidores afastados".

Como se vê, o Govêrno não tem economizado esforços para a solução de tão grave problema, a que estão ligados respeitáveis interêsses da coletividade amazonense.

COMISSÃO DE PREÇOS — ABASTECIMENTO

Substituindo a COMISSÃO DE PREÇOS, resta ao Govêrno aguardar o preenchimento do seu corpo diretivo, afim de prosseguir na fiscalização do abastecimento e sua colocação no mercado.

A Comissão extinta, supervisionada pelo Dr. MANUEL JOSE' ANTUNES, servido por auxiliares dedicados, enfrentou graves problemas, entre os quais a falta de carne verde, de leite condensado e acuçar, êstes últimos resultantes da crise de transportes.

A questão da carne verde, atravessando as mesmas restrições das demais praças do país, não foi resolvida. O fornecimento adistringe-se à produção do Rio Branco e às quotas do Baixo-Amazonas paraense, coadjuvado pelo nosso Baixo-Amazonas.

Muito se discutiu o problema. Enquanto não forem criadas novas fazendas e reservas, só poderá ser parcialmente resolvido pelos mesmos

dois pontos de apoio — Rio Branco e Pará.

Tentou-se a importação de carne por aviões ou em frigoríficos do LOIDE, mas nada se positivou, em definitivo, por falta de recursos financeiros. Foram determinadas providências, mas teremos, no ano vigente, as mesmas dificuldades anteriores.

O Ministério da Agricultura, em conexão com o Estado, instalou um frigorífico, vizinho ao MERCADO MUNICIPAL, administrado pelo Dr. JUSTINO de MELO, Diretor do SERVIÇ DE CAÇA E PESCA.

O frigorífico, ainda de reduzidas proporções, tem recebido pescado e legumes.

Por outro lado, o Dr. DIOCLÉCIO MIRANDA CORRÊA está ampliando o frigorífico da FÁBRICA DE CERVEJA, contribuindo para atenuar as necessidades de Manaus.

Estuda-se também a construção de armazens gerais, imprescindíveis ao comércio e à expansão dos negócios de abastecimento.

Está em organização uma companhia em Belém, com o capital de Cr$ 50.000.000,00 — COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS DA AMAZÔNIA, da qual são acionistas-fundadores altas personalidades do vizinho Estado, a começar pelo Governador General ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO.

Recebi o seguinte ofício do ilustre Chefe do Govêrno Paraense:

"GABINETE DO GOVERNADOR — Belém, 15 de fevereiro de 1952. — Exmo. Snr. Dr. ALVARO MAIA — D.D. Governador do Estado — MANAUS — AMAZONAS — Com êste, estou apresentando a V. Excia. o Senhor LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS, fundador da Companhia de Transportes e Armazens Gerais da Amazônia (em organização), recentemente lançada neste Estado com âmbito nacional. A jovem emprêsa se propõe sanar, em parte, as dificuldades que ora entravam o desenvolvimento do vale, pugnando por uma Amazônia progressista. Como, de perto, os planos dessa organização interessam aos nossos Estados, e êste Govêrno está proporcionando irrestrito apoio à emprêsa, inclusive subscrevendo suas ações, aproveito a oportunidade para solicitar de V. Excia. se digne também cooperar com a jovem organização, proporcionando meios para sua expansão, que só benefícios trará à Amazônia. Antecipando meus agradecimentos pela atenção dispensada ao assunto, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de alta es-

tima e consideração. (a) Gal. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO, Governador do Estado."

Respondi, em data de 25 de fevereiro, nos seguintes têrmos:

"Exmo. Sr. General ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO, D.D. Governador do Estado: Belém — Pará — Tenho a honra de acusar o ofício de Vossa Excelência, de 15 do corrente, apresentando o Senhor LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS, fundador da COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS DA' AMAZÔNIA (em organização), recentemente lançada nesse Estado com âmbito nacional. Reconhecendo o alto valor da apresentação, a projeção dos acionistas fundadores, os fins progressistas da nova Companhia, tive o prazer de conferenciar com o senhor LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS e os seus companheiros de embaixada, notadamente o senhor JOSE' BERNARDES FILHO. Compareci por outro lado, a uma reunião da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, em que foram discutidos os objetivos da Companhia, merecedores de atenção por parte das autoridades e comerciantes da Amazônia. Expostos os ângulos do problema,

ficou assente, em linhas gerais, que a COMPANHIA DE TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS DA AMAZÔNIA, movimentando o seu programa, contribuirá para solucionar as crises de abastecimento e transporte. As dificuldades econômico-financeiras do Amazonas, atingindo tôdas as classes, impedem, no momento, a cobertura de ações, até mesmo por falta de numerário, o que não impede novos estudos, em hora mais desafogada e oportuna. Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração."

A situação econômico-financeira do Amazonas impede subscrever ações neste momento, segundo atesta a Diretoria da Fazenda; êsse é também o pensamento das classes conservadoras, representadas pela ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, embora todos reconheçam os benefícios da emprêsa, ora em fase de organização. Concordam os técnicos, sem discrepância, na imediata necessidade de defender os rebanhos e incrementar a pecuária no Baixo-Amazonas, nos Autazes, no Careiro, nos campos de Humaitá e Lábrea, servidos em breve por estrada.

A COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM está abrindo os picadões para essa estrada, em

que poderão ser localizadas fazendas, sob planos técnicos de um pôsto pecuário.

O Govêrno do Território do Guaporé pretende cooperar para a utilização dêsses campos, aproveitando os terrenos, que lhe pertencem; solicitou o auxílio do Govêrno do Amazonas, na concessão de pequena área, nas extremas das campinas humaitaenses, próximas ao rio Mucuí, para o mesmo objetivo pecuário, em serviços de cooperação.

Os futuros rebanhos poderão minorar as dificuldades do Amazonas e Território do Guaporé. Diminuem as possibilidades de fornecimento pela Bolívia, Rio Branco e Pará, onde a população cresce, forçando a restrição das quotas para abater em nossos matadouros, onde os marchantes recebem e sacrificam até vacas prenhes, novilhas e bois sem pêso para o córte.

ATIVIDADES AGRÍCOLAS, VISANDO ABASTECIMENTO LOCAL

Estuda o Govêrno, com a atenção que lhe merecem os problemas agrícolas no Amazonas, o projeto da articulação dos nossos órgãos técnicos — Serviço de Fomento Agrícola Estadual e diretoria de Economia Agrícola — com a Secção do Fomento Agrícola Federal no Estado, objetivando, pela conjugação das suas atividades peculiares, estimular o abastecimento local de vários cereais que importamos em larga escala, quando é certo que possuimos terras assaz férteis para a sua cultura e bem podemos obstar à evasão das grandes somas que êles nos custam.

O Dr. Cesar Afonso do Nascimento Pinheiro, que exerceu com proficiência a direção do Fomento Agrícola Federal aquí, externando em relatório ao Departamento Nacional de Produção Vegetal o seu parecer neste ponderoso assunto, em Maio do ano passado, expendeu o seguinte:

"A nossa modesta experiência fortaleceu-nos cada dia a convicção de que a agricultura racional na Amazônia só é possível, tomando-se como ponto de partida a transformação da indústria extrativa em indústria agrícola".

No que nos diz respeito, de certo não será praticável semelhante metamorfose, repentinamente, considerados os velhos hábitos adquiridos por nossa gente, que elegeu a indústria extrativa, sofrendo-lhe resignada tôdas as vicissitudes, como base da nossa economia. Em lugar da brusca transição de uma para outra indústria, com grandes abalos econômicos decorrentes de nova adaptação, o ideal seria o consórcio das duas, posto de parte o tenaz exclusivismo do presente. E dêsse ideal mesmo, que se deveria acarinhar, parece que não está longe o diligente e culto planisador econômico, quando escreve, mais adiante, em seu substancioso relatório acima citado:

"Consorciar, quanto possivel, sob o critério geográfico de sua distribuição nativa, a seringueira em primeiro plano e as demais essências florestais de idêntico rendimento econômico e valor comercial, e, intercaladamente, culturas de ciclo vegetativo menos demorado, em especial cereais, leguminosas e quanto referente à alimentação pública."

Com êsse pensamento é que estamos acordes e à luz dêle é que cogitamos de um esfôrço comum do órgão do Fomento Agrícola Federal e das nossas entidades técnicas, sem esquecer a prestigiosa interferência da Associação Comercial do Amazonas — pioneira em todos os movimentos benéficos para a coletividade — no sentido de expandirmos as atividades agrícolas com o escopo de prover mais abundantemente a alimentação do povo, atualmente má, deficiente e alarmantemente cara.

Bem sei da perspectiva promissora das colheitas calculadas êste ano pela Colônia Agrícola Nacional no Amazonas (C.A.N.A.), na seguinte proporção: arroz, 458.750 quilos; milho, 366.000 quilos; feijão, 168.000 qs.; mandioca, 762.000 ls; mas é míster atentar em que a população ora concentrada em Manaus e esmada em um quinto aproximadamente da de todo o Estado, exige abastecimento alimentar cada vez maior para sua subsistência e, assim, todo o esfôrço ofícial nesse sentido jamais será demasiado.

E' uma idéia essa que preocupa o Govêrno e, sem dúvida, os legisladores amazonenses não se recusarão a refletir sôbre os fins que a inspiram e igualmente nos salutares efeitos que haja de produzir.

SERVIÇO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Apesar das condições pouco lisonjeiras das finanças do Estado, prossegue esta repartição realizando satisfatoriamente os seus objetivos, entre os quais se arrolam, como primordiais, a classificação e inspeção dos produtos da região, exportáveis e de largo consumo interno, abrangendo a fiscalização também os sub-produtos e matérias primas de valor econômico, não padronizados e industrializados, ou não.

Desempenham-se eficientemente dos seus encargos os Postos de Economia Agrícola de Itacoatára, Parintins e Nhamundá. A Secção da capital, até Novembro passado, expediu guias e certificados de classificação e inspeção em número de 4.370, com uma renda total de .. .. Cr$ 503.180,40. O Pôsto de Itacoatiára, por sua vez, expediu guias e certificados em número de 674, produzindo uma renda de Cr$ 53.497,70.

O de Parintins, até Junho de 1951, expediu guias e certificados em número de 366, com uma

renda de Cr$ 18.884,80 e, finalmente, o Sub-Pôsto de Nhamundá, que apresentou, até Junho, exíguo movimento, resumido em apenas 64 guias e certificados e uma arrecadação de taxas no valor de Cr$ 4.945,70. A estância fiscal de Nhamundá ressente-se de aparelhamento e de fiscalização mais rigorosa, inconvenientes que o Govêrno trata de remover com a maior brevidade.

Relativamente à juta, que tanto vem concorrendo para o nosso equilíbrio financeiro, a despeito dos entraves que últimamente lhe são postos ao desenvolvimento entre nós, assim se representa a estatística da safra do ano findo:

71.273 fardos e quilos 16.956.284

A cobrança de taxas de classificação e inspeção, realizada pela diretoria do Serviço de Economia Agrícola durante o ano findo, foi de Cr$ 733.261,70.

Essa repartição, que é dirigida pelo agrônomo Cloter A. da Gama Rodrigues, já tem organizado um plano de propaganda cooperativista, aguardando apenas a entrega das verbas federal e estadual consignadas para essa realização proveitosa. Nada obstante, foram fundadas, até agora, a Cooperativa de Consumo dos membros da Sociedade Beneficente de Dorcas do município de Manaus, a Cooperativa de Con-

sumo dos Rodoviários de Manaus Limitada e a Cooperativa Agrícola Mista de Bela-Vista, séde da Colônia Agrícola Nacional no Amazonas.

SERVIÇO DE FOMENTO AGRÍCOLA

Êste importante setor da administração pública, ora sob a direção do agrônomo Lourenço Faria de Melo, durante o afastamento do dr. Admar Thurí, continua a prestar apreciáveis serviços, no concernente à sua finalidade de desenvolver, dentro das verbas orçamentárias de que dispõe, a produção vegetal, como a animal e indústrial. Mantendo para a primeira contrato com a União, mediante quota contributiva de Cr$ 350.000,00, pontualmente paga, e, simultâneamente, um convênio com o Instituto Agronômico do Norte para expansão da cultura da juta, vae o Estado fazendo quanto lhe é possivel em face [illegible] aperturas financeiras do momento, no sentido de ampliar e incrementar as atividades do Serviço de Fomento Agrícola.

Infelizmente, no que se relaciona com a cultura da juta, não correspondeu o Instituto Agronômico aos esforços do Govêrno para o plantío em grande escala dessa fíbra, pois que, além de

faltar aquela entidade à entrega das 35 toneladas a que se obrigou, a pequena remessa efetuada últimamente o foi em época tardia e com péssimo teor germinativo, levando êsse fato lamentável o desânimo aos agricultores interessados, tão esperançosos, aliás, de bons lucros no suado labor juteiro em 1 951, dados os obtidos auspiciosamente, no ano anterior.

Quanto à produção animal, preocupação tenaz do Govêrno, considerada a crise de gado vacum que se faz sentir em tôda a parte, determinando a ascenção vertiginosa do preço da carne com justificável inquietação do povo, esbarram as providências oficiais mais enérgicas, não sómente na exiguidade dos nossos rebanhos, mas também nas deficiências financeiras, que não permitem alargamento de despesas nesse setor, antes sugerem a compressão nos gastos, do que é prova visível e palpável a economia forçada nas verbas do Serviço de Fomento Agrícola, as quais não puderam ser aplicadas na sua totalidade no exercício de 1 951, oferecendo assim um saldo de Cr$ 349.095,30, num montante de Cr$ 1.018.847,20.

HOSPEDARIA DE IMIGRANTES

Atendendo às reclamações constantes, formuladas pela Imprênsa sôbre as péssimas condições de segurança da Hospedaria de Imigrantes, e querendo pôr a salvo as responsabilidades do Estado, apesar de tratar-se de um estabelecimento federal, deliberei ouvir a respeito o Dr. Haroldo Jezler, que me respondeu, em ofício de 19 de Março do ano passado, nos seguintes têrmos:

> "A Hospedaria, desde sua fundação, constitue propriedade do Departamento Nacional de Imigração, sendo mantida e dirigida por funcionários daquela instituição. Quanto ao Hospital do Pensador, foi construido em 1945, com orientação técnica do S.E.S.P., com material fornecido pelo D.N.I., começando a funcionar no dia 15 de Março do mesmo ano, dirigido por êste Serviço".

Além dessa informação do chefe do Projeto de Abastecimento dágua de Manaus, determinei ao então diretor do Serviço de Fomento Agrícola que inspecionasse a citada Hospedaria de Imigrantes, apresentando-me o resultado da sua inspeção, havendo êle se pronunciado assim:

> "O primeiro pavilhão de alojamento dos imigrantes está quase completamente em ruinas, sendo que na parte central existe uma cobertura abrigando um reduzido número de familias, que estão alí localizadas. O segundo pavilhão acha-se completamente em ruinas. Das ruinas deixadas pelos desabamentos ali ocorridos, ainda poderão ser aproveitados caibros, linhas, telhas e tijolos. A' parte onde funciona a Administração acha-se em estado bastante precário".

PENITENCIÁRIA

O Doutor PAULO MARINHO, Diretor da PENITENCIÁRIA, oficiou ao Govêrno, solicitando mandar reparar o velho prédio, agora superlotado de encarcerados, na maior parte aguardando julgamento.

Muitos presos, no ano findo, trabalhavam no fornecimento de lenha para os serviços do Estado e na Colônia Agricola Federal. Desempenharam as suas funções com disciplina e obediência.

Sugeriu o Doutor PAULO MARINHO a dotação de meios financeiros para a instalação de oficinas, que já existiram com resultados econômicos — sapataria, alfaiataria, carpintaria.

Quanto ao interior, há necessidade de melhorar as delegacias e prisões.

SERVIÇO DE RECLAMAÇÕES E ASSISTÊNCIA POPULAR

Reconheço com pesar, senhores Deputados, que a maré montante da pobreza, em nossa terra, envolve em suas rôscas de compressão inumeráveis criaturas que o destino elegeu para tôda a sorte de sofrimentos. Impera a fome em muitos lares; há por aí desamparados incontáveis, sequer sem abrigo decente que os defenda contra as intempéries; há velhos e crianças combalidos que definham na mais impressionante penúria. As entidades assistenciais, por mais que façam na sua missão caritativa de proteger infelizes, sucumbem, não raro, nos seus impulsos altruísticos diante da exiguidade dos recursos de que dispõem. A compreensão dêsse drama, que se passa no silêncio das palhoças tristes, jamais visitadas por uma alegria embora fugaz, sugeriu-me a idéia de instituir mais um órgão de assistência popular, que se conjugue aos já existentes entre nós, para a mesma fina-

lidade de auscultar necessidades e removê-las com solicitude, dentro, infelizmente, das estreitas possibilidades do erário público.

Com êsse pensamento, foi que o Govêrno baixou o decreto número 6, de 31 de Outubro de 1951, instituindo o Serviço de Reclamações e Assistência Popular, tendo por séde uma dependência do Palácio Rio Branco. Não grava êsse instituto o orçamento estadual, visto que seus componentes prestam serviços absolutamente gratuitos, e dos seus resultados benéficos, no curto período de Novembro a Janeiro último, falam os algarismos neste ligeiro resumo estatístico:

Queixas apresentadas ao Serviço e atendidas, 31; solicitações de assistência social atendidas, 40; pessoas que solicitaram palhas e madeira para reconstrução de suas moradas, 36; pedidos de passagens para fóra do Estado, atendidos, 11; idem para o interior do Estado, atendidos, 2; solicitações para internamento de menores, 16.

Para ilustrar êsse quadro, aquí transcrevo o seguinte trecho do relatório do atual supervisionador do Serviço de Reclamações e Assistência Popular:

"Verdade que se atendemos a uma centena de casos, outros novos surgem num crescendo espantoso, verificando-se aí a impossibilidade de resolver as dificuldades que assoberbam as famí-

lias pobres de Manaus e até mesmo do interior, que nos têm procurado".

A assistência social é dogma do regime democrático e, adivinhando-o há três séculos, já dizia o padre Vieira — "o que se tira do povo com o povo se deve gastar". Além de liberal e humano em sua essência, êsse conceito se fundamenta em justa restituição, porque o povo, em última análise, é o inexaurivel manancial dos tributos de que se nutrem os Estados.

REPARTIÇÕES FEDERAIS

Permanecem boas as relações entre o Govêrno, as repartições e bancos. Não foi possivel normalizar as dívidas com a CAIXA ECONÔMICA. O Doutor ALDEMIR DE MIRANDA, seu Diretor no Amazonas, estuda um esquema de amortização, que submeterá à consideração da DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA e da PREFEITURA DE MANAUS.

Êsse atraso tem perturbado a carteira de empréstimos ao funcionalismo público, pesando, diretamente, sôbre o erário estadual. Ficam gravados os vencimentos pelas consignações à CAIXA ECONÔMICA, resultantes de antigos empréstimos, e dos adiantamentos da DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA.

Repetem-se idênticos atrasos com outras autarquias. O Estado satisfaz algumas prestações, mas pelo "deficit" de 1951, não conseguiu normalizar totalmente os seus compromissos.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Os quadros do funcionalismo público precisam ser revisionados, obedecendo a um plano geral: designada uma comissão especializada, preparam os seus técnicos um esquema, anotando imperfeições de funções e vencimentos, para orientação posterior do Govêrno.

Suspensos os empréstimos da CAIXA ECONÔMICA, por impontualidade de atrasos, oriundos de consignações em folhas de pagamento, procura o Govêrno minorar as dificuldades dos serventuários, adiantando-lhes passagens, na maior parte aéreas, e até mesmo pequenas importâncias, descontáveis no decurso de cada ano financeiro.

Ainda como auxílio a funcionários enfermos, na impossibilidade de licenças, concedeu-lhes o Govêrno determinados favores de disposições, que gravam as finanças públicas, mas representam cooperação à classe.

As passagens são caras e os nossos funcionários, quando doentes, procuram sempre a Capital da República.

A Associação dos Funcionários tem recebido as suas taxas orçamentárias; dezenas de serventuários receberam assistência hospitalar, abrangendo intervenções cirúrgicas, na SANTA CASA DE MISERICÓRDIA e na BENEFICENTE PORTUGUESA.

REPRESENTAÇÃO CULTURAL

Os órgãos de maior evidência na representação cultural do Estado, — ORDEM DOS ADVOGADOS, ACADEMIA DE LETRAS, INSTITUTO GEOGRAFICO E HISTÓRICO, ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES, UNIÃO DOS ESTUDANTES, — receberam constantemente o acatamento do Govêrno, que lhes prestigiou todos os empreendimentos no Amazonas e em representações no exterior.

Nenhum apêlo foi desatendido, apesar da precariedade das rendas, mesmo das embaixadas que vieram ao Amazonas, em sentido mental ou desportivo.

O Estado recebeu também visitantes ilustres, que vieram cumprir missões ou conhecer Manaus.

Ampliando o seu edificio, à avenida Eduardo Ribeiro, a Associação de Professores, que presta assistência ao magistério e mantém curso de al-

fabetização, obteve auxílio financeiro, por lei especial da Assembléia Legislativa, a-fim de prosseguir as suas obras.

"CASA DO AMAZONAS"

A "Casa do Amazonas", estabelecida à rua México, na Capital da República, encerrou as suas atividades, por determinação do Govêrno, que, por essa medida, economiza Cr$ 120.000,00 anuais, em gratificações a funcionários, aluguel e outras despesas.

Os móveis foram embarcados para Manaus e distribuidos entre as repartições públicas. O Govêrno agradeceu os serviços valiosos prestados pelo então representante Raul de Azevedo, tão devotado ao Amazonas, e ao Senhor ODRY CORRÊA, encarregado de proceder ao despacho e transporte do material, constante da seguinte relação:

ARROLAMENTO DO MOBILIÁRIO E OBJETOS
INVENTÁRIO — SALÃO

4 fotografias sôbre o Amazonas
4 capas de brim claro (1 divan e 3 poltronas)
1 retrato com moldura dourada, vidro, etc., do

Dr. JULIO DE CARVALHO FILHO

1 escudo do Estado do Amazonas, com a respéctiva moldura

1 retrato do General EURICO GASPAR DUTRA, ex-Presidente da República

1 retrato do criador da Representação, ex-Interventor Federal, Doutor JULIO JOSE' DA SILVA NERY

1 retrato do Te. Cel. SYSENO SARMENTO, sucessor do Dr. JULIO JOSE' DA SILVA NERY na Interventoria Federal

1 retrato do Dr. JOÃO NOGUEIRA DA MATA, sucessor do Te. Cel. SYSENO SARMENTO na Interventoria Federal

1 retrato do Dr. LEOPOLDO NEVES, ex-Governador do Amazonas

1 conjunto de fotografias sôbre os principais produtos do Amazonas

1 grupo estofado em sêda vermelha, de madeira de lei, estilo colonial, sendo: um sofá e duas poltronas

1 poltrona estofada de couro

1 mesa para telefone, estilo colonial

2 catálogos da companhia telefônica de Manaus

1 mesa de centro, estilo colonial

2 mesas-carteiras, de madeira de lei, desmontáveis, estilo rústico

2 poltronas para as mesas-carteiras

1 cinzeiro grande

2 cinzeiros pequenos

2 pesos de vidro
2 tinteiros
2 berços para mata-borrão
1 espátula
2 pastas grandes, de côr vermelha
2 coletores de papel, em madeira (para lixo)
2 bandeiras, sendo uma brasileira e outra amazonense, com os respectivos suportes de madeira
1 bandeja de madeira
6 copos de vidro
1 tapete vermelho, tamanho grande
1 cortina com as respectivas galerias
2 reposteiros com as respectivas galerias
1 calendário
6 mostruários em cartões da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

INSTITUTO AJURICABA

Uma idéia que, infelizmente, ainda não foi possível ao Govêrno tirar do domínio da concepção abstrata para o da realidade concreta, e que, entretanto, se me figura utilíssima como revelação do nosso adiantamento cultural, é a fundação do INSTITUTO AJURICABA, mais ou menos nos moldes dos institutos que já funcionam em diversos Estados com evidentes proveitos de tôdas as classes sociais.

O INSTITUTO AJURICABA reuniria em prédio próprio, construido expressamente para o fim colimado, não sómente instituições de alta relevância espiritual, como a Academia Amazonense de Letras e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, mas também Secções especiais onde se instalasse, à guisa de Museu, o copioso material indianista que possue o último e o que se viesse a adquirir posteriormente, para estudos de etnologia e etnografia, hoje tão cultivados em nosso País.

Dotado que fôsse o INSTITUTO AJURICABA de um salão de conferências, aí seriam recebidos os intelectuais que nos trouxessem o concurso das suas lucubrações mentais, e, semelhantemente, todos os nossos estudiosos que visassem o mesmo objetivo.

Não se alhearia o INSTITUTO AJURICABA, naturalmente, da função cometida a outros órgãos de propaganda econômica do Estado, antes haveria de colaborar com êles na organização de mostruários dos produtos regionais, com a grande vantagem de divertir o visitante o seu espírito noutras curiosidades que seguramente o cativariam: exposições de quadros, por exemplo, dos artistas que frequentemente nos procuram e que, não raro, erram como andejos, em busca de lugar próprio para apresentação de suas telas.

E' uma idéia essa, a meu ver, merecedora de concretização e apenas adiável pelo arrôcho financeiro em que nos encontramos.

JUNTA COMERCIAL

Considerada a crise geral que oprime tôdas as classes e restringe, por isso mesmo, as atividades do Comércio e da Indústria, não foi tão pequeno em 1951, como se poderia imaginar, o movimento de capitais no decurso do ano, consoante o certificam os registos na Junta Comercial.

Com efeito, registaram-se, 158 firmas. O capital declarado das individuais alcançou a cifra de Cr$ 11.220.000,00. Os contratos sociais arquivados na Junta Comercial o foram com a declaração de capitais no montante de Cr$ .. .. .. 9.345.000,00. Totalizaram os arquivamentos de alterações de contratos, com capital anterior, .. Cr$ 36.260.000,00, representando-se a entrada e saída de capitais, respectivamente, por Cr$ .... 26.621.000,00 e Cr$ 3.943.000,00.

São êsses os dados que forneceu ao Govêrno em seu relatório o secretário consultôr jurídico da Junta Comercial, Dr. Lucio Fonte de Rezende.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Mantendo Delegacias no Rio de Janeiro e São Paulo, representantes em Belém e outras cidades, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL desempenha um notável programa de propaganda do Estado, centraliza o norteio das classes conservadoras, coopera nos variados empreendimentos e iniciativas que aceleram a exploração de nossas fontes econômicas.

Em ligações diretas com as autoridades e técnicos nacionais e estrangeiros, — o presidente ERMINDO BARBOSA e os diretores daquele instituto vêm proporcionando ao Estado os elementos consultivos de que necessita, na discussão e encaminhamento dos nossos problemas de base.

Os seus esforços para a majoração do preço da borracha, defesa da juta e outros produtos exportáveis tiveram notável influência para uma decisão justa e vitoriosa.

Contribuindo para a organização de comissões técnicas legislativas, pela experiência dos assuntos econômicos e farto material estatístico, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, órgão de colaboração, deve ser ouvida nas leis de meios que modifiquem providências já existentes ou criem novas providências. Harmonizados os interêsses do fisco e do contribuinte, seria mais fácil o cumprimeito da lei orçamentária, sem procrastinar direitos ou perturbar a normalidade do comércio.

Sem essa política de aproximação administrativo-econômica, maiores seriam os obstáculos à execução de um programa financeiro numa terra nova, que exige -compreensão -entre os homens do govêrno e da produção.

CONSULADOS

Confinando com cinco países, mantém o Govêrno as relações mais amistosas com os povos irmãos do continente-sul. Os seus representantes, credenciados em Manaus, são os primeiros a compreender a intensificação dessas relações culturais e comerciais.

Idêntico ambiente de simpatía mantém-se com os cônsules das demais nações européias e americanas.

Belonaves, que visitaram Manaus, foram recebidas com entusiasmo pelas autoridades e povo em geral.

Inaugurada a pista para aviões de grande envergadura, Manaus será uma das portas do Brasil, possibilitando a cobertura de nova rede comercial com os países banhados pelas águas amazônicas.

TRANSPORTES

Processou-se lenta recuperação dos meios de transporte para os portos do sul e do estrangeiro. A MANAUS HARBOUR esforçou-se em solucionar as reclamações das Companhias, no que tange ao retardamento de navios por falta de material portuário e estivadores.

A renovação dos SNAPP depende de investimentos, previstos pelo PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, segundo o parecer técnico do engenheiro EDIR DIAS DE CARVALHO ROCHA, seu atual Diretor.

Permanece, assim, a crise de transportes fluviais, apesar dos esforços de armadores particulares. Na realidade, as dificuldades são supridas por centenas de motores, alguns subvencionados que operam em zonas circunscritas às casas comerciais interessadas, ou em todo o Estado.

A falta de navios à companhia oficial,, SNAPP, está redundando em prejuizo nacional — a

queda do predomínio comercial na Bacia Amazônica.

"A SNAPP — depõe a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, em seu relatório de 1950 — viveu um dos anos mais difíceis, refletindo-se a sua penosa situação na Amazônia, como um problema quasi que insolúvel.

Os funcionários em atraso dos seus vencimentos, não pagas as contas provenientes de fornecimento de lenha e de gêneros alimentícios para os navios, tudo determinava reclamações constantes dos interessados."

O orçamento consigna subvenções a motores que facilitam o reboque dos agricultores e pecuaristas no transporte dos produtos para o abastecimento de Manaus.

Muitas linhas surgem ao arbítrio dos interessados.

Sería conveniente a organização de comissão técnica que opinasse sôbre a conveniência das subvenções consignadas em lei com a designação de um funcionário, destacado dos quadros de disponibilidade, para fiscalizá-las, ouvindo as populações beneficiadas nos próprios sítios e seringais.

As subvenções são pagas mediante simples requerimentos, às vezês sem comprovantes dos moradores ou autoridades das regiões favoreci-

das pelas dotações orçamentárias, enquanto são apresentadas reclamações ou pedidos para novos concessionários.

COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

Afastado do mar, das estações de cura, dos sanatórios, o Amazonas ressente-se de sérias dificuldades na movimentação dos seus funcionários, trabalhadores, sempre com os vencimentos reduzidos ou sacrificados, tôdas as vêzes que buscam temperaturas mais amenas no sul ou em outros Estados.

Explica-se por essas causas, o movimento de passagens no LOIDE BRASILEIRO, nos SNAPP, nas empresas aéreas. As passagens são pagas a longos descontos mensais e daí a concessão de uma verba, que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA aprovou, pard os pagamentos adiantados.

Devo salientar a solicitude dos Gerentes das emprêsas de navegação que atenderam ao Govêrno, mesmo durante o acréscimo de suas responsabilidades, como acontece neste momento.

AERO-CLUBE E PISTAS

Há, entretanto, no esquema geral, pequenas cidades, que não podem ser atingidas, ou dificilmente o são, pelos aviões maiores --- Urucará, Silves, Itapiranga, Barreirinha, Urucurituba, Manacapurú no primeiro eixo, Bôca-do-Acre e Carauarí, no segundo. Impõe-se a abertura de pistas menores, necessárias ao pouso de taxis aéreos. Carauarí e Bôca-do-Acre, quando baixam as águas, não oferecem segurança aos CATALINAS.

Estão sendo cuidados os serviços de derrubadas ou terraplanagem em Carauarí, Manicoré, Humaitá e Jauaretê.

O AERO CLUBE DE MANAUS, ora presidido pelo Deputado ARTHUR VIRGÍLIO FILHO, enviou, com o auxílio do Estado, três alunos ao Rio de Janeiro, onde se adestrarão em pilotagem avançada.

Temos de formar aviadores para as linhas menores, como, de resto, já formamos os práticos fluviais, nos grandes rios e nas cachoeiras.

A incorporação do Amazonas à nacionalidade exige êsse patrulhamento aéreo, que servirá ao povo e ao país inteiro.

COMUNICAÇÕES AÉREAS

Três grandes emprêsas, — PANAIR DO BRASIL, CRUZEIRO DO SUL, LOIDE AÉREO NACIONAL, — aproximam o Estado de tôdas as cidades brasileiras e estrangeiras. Realizados os trabalhos da Ponta-Pelada, nossas relações culturais e comerciais se estenderão a La-Paz, Lima, Bogotá, Caracas, além de outras cidades menores, influenciadas por águas e terras amazônicas. O aeródromo da Ponta-Pelada será um fator preponderante de projeção nacional, intensificando o comércio e o turismo.

Manaus está a seis horas, no máximo, de qualquer séde municipal, servida pelas admiráveis linhas dos CATALINAS, que a PANAIR utiliza, efetivando um dos maiores planos prestados à planície amazônica em todos os tempos por um corpo de aviadores com a vocação de voar para servir.

AEROPORTO

Firmou-se, a 9 de Abril do ano findo, um acôrdo para a construção do novo aeródromo da Ponta-Pelada, nas seguintes bases:

"Aos nove dias do mês de abril de 1951 foi lavrada esta ata de entrega pelo Estado de equipamento de terraplanagem ao Ministério da Aeronáutica, como cooperação para a ampliação e pavimentação do aeroporto de Manaus.

Presentes o Senhor Governador do Estado, Dr. ALVARO MAIA, Ministro NERO MOURA, Brigadeiro HENRIQUE FONTENELE, Diretor do D. A.C., Cel. JUSSARO FAUSTO SOUSA, Diretor de Engenharia, Engenheiro JOSE' MACHADO, Diretor de Infraestrutura, XENOFONTE ANTONY, Diretor da C.E.R., Dr. RAUL ANTONY, Assistente do Diretor da C.E.R., Dr. LEOPOLDO SILVA LOUREIRO, Chefe do Serviço de Máquinas da C. E.R., Engenheiros GERSON SKROBOT, JOSE' RODRIGUES PEREIRA, PEDRO MELO, da C.E.R. e o Sr. Dr. ADALBERTO FERREIRA VALE, acor-

daram como base para o empreendimento em vista o que se segue:

a) O Govêrno do Estado pelo seu órgão competente cede o equipamento necessário para terraplanagem.

b) o Dr. ADALBERTO VALE cederá combustivel e lubrificantes para o maquinário.

c- o Ministério da Aeronáutica executará as obras de pavimentação e construção da estação de passageiros.

Esta ata foi lida e assinam as autoridades presentes à solenidade de ínicio das obras.

(aa) ALVARO MAIA, NERO MOURA, HENRIQUE FONTENELE, JUSSARO FAUSTO SOUSA, JOSE' MACHADO, XENOFONTE ANTONY, RAUL ANTONY, LEOPOLDO DA SILVA LOUREIRO, GERSON SKROBOT, JOSE' RODRIGUES PEREIRA, PEDRO MELO e ADALBERTO FERREIRA VALE."

Executando o inciso a, por que se responsabilizará, o Govêrno do Estado, por intermédio da COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM, cedeu o equipamento necessário, compreendendo técnicos e trabalhadores; entregou ao Ministério da Aeronáutica, no começo de novembro de ... 1951, a terraplanagem da pista; providenciou o transporte do maquinário, que se encontrava em Santarém, pertencente ao Ministério da Aeronáutica.

Quando recebeu os serviços de terraplanagem, o Engenheiro TRAJANO COSTA MENDES, Encarregado das Obras do Aeroporto de Manaus, declarou à imprensa (O JORNAL de 15 de novembro):

"Tenho a satisfação de informar a V.S. que as autoridades do Ministério, especialmente o Diretor de Engenharia, a quem está afeta a Obra tomaram tôdas as providências, antecipadamente, para que não haja solução de continuidade, independente de qualquer pressão estranha.

Compreendendo a finalidade da imprensa de bem informar seus leitores, prazeirosamente esclareço os seguintes pontos:

a). — O Ministério está habilitado a levar avante a pavimentação da pista e construção da Estação de Passageiros.

b) — Já foi feito o contrato com a companhia KOTECA

c) — O Diretor de Engenharia, Coronel JUSSARO FAUSTO DE SOUSA. esteve em Manaus, em outubro, demorando-se uma semana em companhia dos Diretores da firma contratada.

d — O Diretor de Engenharia ficou bem impressionado com o trabalho dos

operários da C.E.R., achando que o serviço estava caminhando rápido.

e) — Prevendo o término da terraplanagem, foram tomadas as providências para inicio da pavimentação.

Conferenciei pelo telefone com o Cel. JUSSARO FAUSTO DE SOUSA e estou autorizado a tornar pública a garantia do cumprimento, pela Aeronáutica, da parte que lhe coube no acôrdo."

Executada a parte final, — pavimentação e construção da Estação de Passageiros, — o Amazonas terá um dos melhores aeródromos do país, a seis horas do Rio de Janeiro, em ligação com o mundo inteiro.

As companhias aeroviárias, mesmo internacionais, acham-se interessadas na ultimação dos trabalhos, prometida pelo Ministério da Aeronáutica, para o ano corrente.

"Coração da Planície, — dizia eu, em Mensagem de 1951, neste mesmo dia — , Manaus poderá irradiar o sangue de seu comércio e de sua cultura às unidades territoriais brasileiras e a cinco países fronteiriços, para onde se abrem, tranquilas ou encachoeiradas, as comunicações dos rios.

Entrosar-se-ão em breve as linhas aéreas nacionais com as linhas da Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. As estradas fluviais carrei-

am a produção de algumas dessas regiões para o Atlântico e o Sul.

Já fruimos incontestável prestígio na movimentação comercial para algumas cidades dos territórios e do estrangeiro. Perdemos, porque perdemos também o domínio dos transportes."

COMBUSTÍVEIS

A restrição no abastecimento da gasolina e seus derivados perturbou a movimentação comercial do Estado, por um prazo de 20 dias, no ano findo. As providências do Govêrno, da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, das companhias fornecedoras, da COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM e Base Aérea modificaram o ambiente: os motores não estacionaram, graças a reservas de óleo em sédes municipais e seringais.

A instalação de tanques está sendo resolvida em caráter definitivo, pelos senhores J. G. ARAUJO & CIA., representantes da STANDARD OIL, e I. B. SABBÁ & CIA., pela montagem de tanques em São Raimundo e Paredão.

O Govêrno providenciou o desembaraço do terreno para a terminal de São Raimundo, onde operará a firma J. G. ARAUJO & CIA., tendo recebido de I. B. SABBA' & CIA. a seguinte carta:

"MANAUS, 27 de fevereiro de 1 952 — Senhor GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS — Temos a honra e satisfação de trazer ao conhecimento de

V. Excia. que, pelo vapor BRIGHAN VICTORY, em 15|2|52, foram embarcados com destino a Manaus, e à consignação de nossa firma, 5 tanques de aço para armazenamento de inflamáveis com a capacidade para cinco mil barrís cada um. A montagem dos tanques acima, a ser feita em nossa terminal do Paredão, e que esperamos ter concluida até Junho do ano corrente, dotará Manaus de capacidade de armazenamento suficiente para 3 meses, e enquadrada assim nas recomendações do Setor Transporte — da Comissão de Planejamento da Valorização do Vale Amazônico. Ficará assim definitivamente solucionado o problema de armazenamento de Inflamáveis, uma das preocupações do Govêrno de V. Exa. e para cuja conclusão nos sentimos satisfeitos de ter contribuido, em cumprimento à deliberação da 633.ª sessão ordinária do Conselho Nacional do Petróleo de 8 de Junho de 1 951, que nos foi comunicada pelo ofício n.º 5.924 de 12 de Julho do mesmo ano. Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos protestos de elevada consideração e respeito, e nos firmamos, atenciosamente (a) I. B. SABBA & CIA. LTDA."

PROBLEMAS DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO

O Govêrno examinou, acuradamente, os constantes problemas que surgem para a produção e o comércio, cooperando nas soluções dos mesmos, apoiado na autorizada contribuição informativa da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, órgão consultivo do Poder Público.

Participou, assim, com os diretores dos serviços públicos ligados à produção e ao comércio, de diversas reuniões na ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, onde foram equacionados problemas de abastecimento, transporte, crédito e aumento de produção.

BORRACHA

Examinando-se o mapa de produção geral do Estado, concluimos, de imediato, ser ainda a borracha silvestre o nosso principal produto e aquele que, por isso mesmo, oferece maiores recursos ao erário público.

Está, no entanto, a borracha incluida no programa protecionista do Govêrno Federal, que, desde 1942, na conjuntura de guerra mundial, chamou a si o encargo de disciplinar êsse setor da produção regional, na efetivação da politica de aumento de safras, para o atendimento de compromissos internacionais.

Criou-se, a essa altura, um plano de proteção à borracha natural da Amazônia, plano êsse que se baseava no monopólio de suas operações finais de compra e venda, possibilitando a fixação do respectivo preço.

Tal sistema vem se aperfeiçoando através de leis, que, à luz da experiência, o vão despojando de impropriedades, aprimrando-lhe o mecanismo. Após o término da última conflagração, o Congresso, inspirado nos resultados de conferências de técnicos do Govêrno, da produção e de representantes de classe, aprovou a lei n.º 86, de 8 de setembro de 1 947, que foi sancionada com grande e benéfica repercussão na economia amazônica. Mais tarde em 30 de agosto de 1950, foi aprovada a lei n.º 1.184, autorizindo a transformação de BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA em BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA, S/A, e ainda alterando e complementando a lei n.º 86.

No período de 1947 a 1949, como sabeis, o BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA debateu-se com a questão dos excedentes, pois a nossa

produção era superior ao consumo pela indústria brasileira e êsses estoques imobilizavam totalmente as disponibilidades daquele estabelecimento, gerando dias tormentosos para as praças de Manaus e Belém, por falta de numerário para o pagamento da borracha, que lhe era entregue por fôrça da lei.

A indústria de artefatos desenvolveu-se extraordinariamente e a historia da borracha, na década que se iniciou em 1 950, apresentou-se em têrmos inversos. Nesse ano, a produção da Amazônia não satisfazia mais as necessidades do consumo nacional e o "deficit" vem progressivamente aumentando.

O Brasil é, agora, importador de borracha e, de fontes autorizadas, sabemos que, no curso do presente ano, as necessidades normais dessa matéria prima são estimadas em 42 000 toneladas, e a produção prevista é de 30.000. Terá, pois, o país de importar 12.000 toneladas, para que as fábricas não venham a paralisar suas atividades.

E' constrangedor o quadro que se nos apresenta, suscitando debates acalorados, principalmente em face da noticia de que grupos de indústriais sulinos pretendem construir, no Brasil, uma fábrica de borracha sintética para cobrir as necessidades internas.

Surge, assim, como imperativo da hora presente, o problema da heveicultura.

O Estado, pobre, sem técnicos, pouco pôde fazer, embora o Govêrno, consciente de suas responsabilidades, examine sinceramente a questão e, articulado no plano regional com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS e a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA EXTRATIVA DA BORRACHA, venha estudando essa questão.

A cultura racional da hévea exige técnica e capital. As emprêsas industriais de artefatos não afastam, ao que se sabe, a idéia de cooperar, fazendo plantações sistemáticas de seringueiras. Em princípio, o Govêrno do Estado está disposto a auxiliá-las, dentro de suas possibilidades

Mas a grande tarefa de assistência à borracha, em todos os planos, está entregue ao Govêrno do Presidente GETULIO VARGAS, que não faltará com a sua proteção à Amazônia.

A ação do Govêrno da República conta com o apoio valioso das bancadas do norte, na Câmara e no Senado, cumprindo destacar o trabalho coordenado e eficiente dos deputados federais e senadores pelo Amazonas.

Considerando a necessidade e a urgência em dar novos rumos à política da goma elástica, é que o ínclito Presidente da Republica dirigiu ao Congresso, há meses,, a mensagem n.º 361-51 com um projeto, contendo modificações nas leis que constituem o nosso sistema de proteção

à borracha. O projeto, oriundo do Executivo, inclína-se a modificar, substancialmente, o sistema monopolístico até agora em execução, optando por uma fórmula menos rígida, que se apoia na volta dos exportadores, como "firmas delegadas", a operarem na compra e venda dessa matéria prima.

O projeto governamental mereceu um substitutivo do deputado amazonense JAYME ARAUJO, que, mantendo os principios fundamentais do mesmo, o completou com dispositivos novos, que vêm cobrir algumas lacunas nessa legislação especial.

No plenário, o deputado FRANCISCO PEREIRA DA SILVA acaba de enriquecer essa proposição com oportunas modificações, visando emprestar maior autonomia funcional à Agência local do BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA, que passará a constituir uma categoria especial, permanecendo um dos membros da sua Diretoria em Manaus.

Com a breve aprovação dessa lei e a manifestação objetiva dos propósitos do Presidente VARGAS, através daquele Banco, relativamente a êsse problema, emergirá, certamente, uma era auspiciosa para a borracha amazônica.

"AUMENTO DE PREÇO"

O Govêrno do Estado assinala a fato animador de se ter conseguido, num movimento em

que se empenharam tôdas as fôrças vivas dos Estados amazônicos, o aumento de preço da borracha.

Êsse aumento foi de 19,69%, e representa 4 cruzeiros no preço da fina-acre, que é o tipo padrão, entrou em vigor em dezembro do ano passado.

"PRODUÇÃO DE BORRACHA"

São as seguintes as estatísticas oficiais (BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA, S/A.) de produção e valor da borracha do nosso Estado e do Estado do Pará e Territórios:

T. Federal Acre	1947	12.301.669	207.947.730,50
	1948	9.966.672	155 537.784,00
	1949	7.933.732	138.288.442,00
	1950	8.072.101	139.907.834,70
	1951		
T. F. Guaporé	1947	4.168.132	68.103.899,80
	1948	2.527.968	40.663.982,60
	1949	3.020.620	48.599.164 30
	1950	2.938.483	49.726.979,10
	1951		
T. F. Rio Branco	1947	93.513	1.613.112,00
	1948	735.011	8.046.701,10
	1949	14.392	234.887,90
	1950	28.255	476.735,50
	1951		
Est. Mato Grosso	1947	894.304	13.964.466,40
	1948	844.747	12.794.597,10

	1949	981.181	14.753.544,80
	1950	808.446	13.327.719,10
	1951		
Est. Amazonas	1947	7.133.023	93.357.330,00
	1948	5.516.318	87.330.432,60
	1949	7.091.824	110.892.007,20
	1950	5.632.824	92.656.858,50
	1951		
Est. Pará	1947	7.133.023	93.357.330,00
	1948	5.367.060	87.381.201,60
	1949	7.087.618	93.879.155,80
	1950	4.968.803	65.720.765,80

NOTA: — A produção do Território Federal do Amapá que anda em tôrno de 500.000 quilos, está incluida na produção do Pará.

* o * o *

O Amazonas, com exceção do ano de 1947, vem se colocando como segundo produtor de borracha, cabendo o primeiro lugar ao Território Federal do Acre.

Tenho o dever de chamar a atenção para o fenômeno de evasão de borracha estadual para os territórios federais, em virtude de ali não ser o produto onerado de impostos.

O assunto em aprêço está exigindo estudos acurados, a par de providências eficientes, pois as rendas do Estado estão sendo sangradas por êsse contrabando interno que se faz intensamente.

CONSELHO CONSULTIVO DO BANCO DE CRÊDITO DA AMAZÔNIA, S/A.

A Lei 1.184, de 30 de agosto de 1 950, que transformou o BANCO DE CRÊDITO DA BORRACHA em BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA, S|A, criou, também, como órgão dêsse estabelecimento, um Conselho Consultivo integrado pelos representantes dos governos e ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS e de produtores regionais.

Em julho do ano passado, verificou-se a primeira reunião dêsse órgão, que teve a presidí-lo o Engenheiro Doutor FIRMO DUTRA

O Estado do Amazonas, convidado, fez-se representar pelo Diretor da FAZENDA PÚBLICA, Doutor ALBERTO ABOUD DÁU.

A segunda reunião daquele órgão foi efetuada em novembro, tendo sido o Estado representado, também, pelo Doutor ALBERTO ABOUD DÁU.

1 9 5 0:		
MANAUS..	224.940	3.099.160.20
1 9 5 1:		
MANAUS	321.831	6.940.902.20

OBSERVAÇÃO: — O valor da exportação pelos portos de Itacoatiara e Parintins é oficial e não comercial.

A análise dos elementos estatísticos indica ter sido volumosa a safra de 1 951 e alcançou um

valor comercial que reflete alta cotação no mercado.

No entanto, os inquéritos realizados para orientar a estimativa da presente safra e seu reflexo nas rendas públicas levam a conclusões desconcertantes. A atual safra talvez não alcance a metade da anterior, pois, nesta altura, as entradas de castanha, em Manaus, não representam, percentualmente, mais de 15% das entradas no mesmo período de 1951. Agrava-se a questão, em face do desinterêsse do mercado internacional pela nossa amêndoa. A Inglaterra, tradicional compradora de castanha, em consequência de problemas internos que a afligem, não entrará no mercado, ficando, praticamente, como exclusivos compradores, os Estados Unidos.

JUTA

A producão dessa fibra continúa merecendo assistência do Estado e o seu crescimento pode ser apreciado pelos dados estatísticos abaixo:

EXPORTAÇÃO GERAL DE FIBRA DE JUTA DO ESTADO DO AMAZONAS, durante os anos de 1949/1951.

1 9 4 9:	Pêso	Valor
MANAUS	4.896.279	35.598.713,80
ITACOATIARA	2.045.697	7.159.939,50
PARINTINS	2.065.452	7.347.378,60
	9.007.428	50.106.031,90

1 9 5 0:		
MANAUS	3.496.382	24.973.559,00
ITACOATIARA	2.365.940	10.001.134,60
PARINTINS	3.463.208	14.936.127,00
	9.325.530	49.910.820,60
1 9 5 1:		
MANAUS	5.942.783	55.850.244,50
ITACOATIARA	3.085.567	14.446.307,20
PARINTINS	5.404.944	28.753.912,70
	14.433.294	99.050.464,40

A distribuição oficial de sementes é feita pelo INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE que, para isso assinou convênios com o Ministério da Agricultura. Não dispondo, entretanto, êsse órgão federal, de cultura própria, contrata com terceiros o fornecimento dessas sementes.

Em consequência da falta de chuvas, os campos de sementeira, destinados aos fornecimentos do I. A. N., tiveram produção reduzida. O Estado do Amazonas chegou ainda a receber dêsse Instituto 5 toneladas. Os testes, porém, revelaram o baixo índice de 45% do poder germinativo dessas sementes.

Em face disso, os juticultores com os seus campos preparados para semeadura ficaram

em situação angustiante. O Estado não mediu esforços para superar tão grave situação e autorizou a compra de sementes. Articulou-se com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS e fez vir de Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espirito Santo, 1.240 quilos, que foram imediatamente distribuidos pela DIRETORIA DO FOMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO.

Com tôda a escassez dêsse material, cujo preço no mercado negro atingiu até Cr$ 200,00, temos a impressão de que lograríamos uma safra compensadora e não muito aquém da anterior. Acontece, porém, que as águas dos rios continuam subindo e os agricultores vêem ameaçadas suas colheitas. Estima-se que os prejuizos infligidos pela enchente serão da ordem de 20%.

* * *

A juta alcançou, no ano passado o preço máximo de Cr$ 8,50 e mínimo de Cr$ 5,50 para o agricultor.

Os preços atuais, ao que tudo indica, não alcançarão os níveis dos obtidos na safra que findou.

* *

O Govêrno do Estado fixou a pauta de juta em Cr$ 4,50 por quilogramo, com objetivo de auxiliar o desenvolvimento dessa atividade agrícola.

1 9 5 0:		
MANAUS	3.496.382	24.973.559,00
ITACOATIARA	2.365.940	10.001.134,60
PARINTINS	3.463.208	14.936.127,00
	9.325.530	49.910.820,60
1 9 5 1:		
MANAUS	5.942.783	55.850.244,50
ITACOATIARA	3.085.567	14.446.307,20
PARINTINS	5.404.944	28.753.912,70
	14.433.294	99.050.464,40

A distribuição oficial de sementes é feita pelo INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE que, para isso assinou convênios com o Ministério da Agricultura. Não dispondo, entretanto, êsse órgão federal, de cultura própria, contrata com terceiros o fornecimento dessas sementes.

Em consequência da falta de chuvas, os campos de sementeira, destinados aos fornecimentos do I. A. N., tiveram produção reduzida. O Estado do Amazonas chegou ainda a receber dêsse Instituto 5 toneladas. Os testes, porém, revelaram o baixo índice de 45% do poder germinativo dessas sementes.

Em face disso, os juticultores com os seus campos preparados para semeadura ficaram

em situação angustiante. O Estado não mediu esforços para superar tão grave situação e autorizou a compra de sementes. Articulou-se com a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS e fez vir de Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espirito Santo, 1.240 quilos, que foram imediatamente distribuidos pela DIRETORIA DO FOMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO.

Com tôda a escassez dêsse material, cujo preço no mercado negro atingiu até Cr$ 200,00, temos a impressão de que lograríamos uma safra compensadora e não muito aquém da anterior. Acontece, porém, que as águas dos rios continuam subindo e os agricultores vêem ameaçadas suas colheitas. Estima-se que os prejuizos infligidos pela enchente serão da ordem de 20%.

* * *

A juta alcançou, no ano passado o preço máximo de Cr$ 8,50 e mínimo de Cr$ 5,50 para o agricultor.

Os preços atuais, ao que tudo indica, não alcançarão os níveis dos obtidos na safra que findou.

* *

O Govêrno do Estado fixou a pauta de juta em Cr$ 4,50 por quilogramo, com objetivo de auxiliar o desenvolvimento dessa atividade agrícola.

* * *

Agrava ainda o problema jutícolo certa dificuldade de ordem comercial para sua colocação no mercado interno, sob alegação, de parte dos industriais, de que a fibra amazônica, por falta de um tratamento mais rigoroso, não satisfaz as exigências de ordem técnica. Exatamente, com objetivo de dirimir dificuldades comerciais e técnicas, o CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA estuda o projeto criando a COMISSÃO EXECUTIVA DE DEFESA DA JUTA, nos moldes da COMISSÃO EXECUTIVA DE DEFESA DA BORCHA. Espera-se que, no correr dêste ano, essa matéria seja objeto de mensagem presidencial ao Congresso.

* * *

Diversos outros produtos que enriquecem a nossa economia entram, também, em crise, a exemplo da piassava, de tipos de madeira, da sorva.

Deve-se atentar bem em que, no último biênio, os nossos produtos alcançaram, de um modo geral, preços altamente compensadores no mercado internacional, em virtude do sistema de vinculação que os favorecia, influindo beneficamente na nossa balança comercial e possibilitando resultados alentadores para o tesouro estadual. Estiveram sob o regime de vínculos: madeiras, castanha, páu-rosa e sorva. No entanto,

a política financeira do Govêrno da República, por motivos especiais, não mais permitiu se prosseguisse no sistema de compensação, e os últimos negócios contratados nessa base já se efetivaram. Isso explica o fenômeno da baixa dêsses produtos amazônicos, com inquietantes reflexos sôbre a finança pública, que teve sua lei orçamentária baseada em dados otimistas, sem considerar, possivelmente, essas circunstâncias.

Não devemos ter ilusões. Estamos iniciando um ano sob signos das maiores apreensões. Será um ano a exigir sacrifícios e se, corajosamente, não encetarmos o saneamento da despesa pública, com a eliminação de gastos supérfluos, se não nos convencermos da dura realidade que se nos apresenta; se não pesarmos as nossas responsabilidades com o funcionalismo público, dias bem amargos nos estão reservados.

Essa é, em sintese, a análise da situação comercial dos produtos básicos da economia local, daqueles que drenam somas substanciais para o erário público; êsse é o quadro real de nossas possiblidades, convidando a quantos têm responsabilidades nos destinos do Estado a meditar sôbre essa paisagem sombria e a tomar a atitude conveniente aos interêsses públicos, sob vigilância de todos.

ESSÊNCIA DE PÁU-ROSA

Já, há alguns decênios, figura, entre as atividades produtoras do Estado, a indústria da essência do páu-rosa que, como tôda indústria extrativista, está sujeita mais frequentemente, a imprevistas oscilações de preços e consequente descirculação do negócio.

Em período anterior, o Govêrno do Amazonas interferira nesse setor de produção — que sofria os reflexos da crise mundial de 1 930 — 1 933, com o aviltamento de preços e ruína das emprêsas dedicadas a êsse ramo — reunindo-as em consorcio disciplinador da produção e do comercio da essência, o que possibilitou a sua sobrevivência.

Após a conflagração internacional, que mutilou a economia regional com a paralisação compulsória da extração de diversos produtos, sob a alegação improcedente de que isso diminuiria as safras de borracha, os produtores de óleo de páu-rosa reiniciaram suas atividades, mas iriam sofrer, nos anos de 1 947 — 1 949, sérias dificuldades, oriundas de complicações inerentes ao comércio internacional de após-guerra.

Em face dessa situação, o Govêrno do Estado, pela Lei n.º 152, de 27 de dezembro, criou, para efeito de controle da produção de óleo de páu-rosa, um registo de produtores e estabeleceu

um novo sistema de disciplina de comércio, através de uma Assembléia da CONFERÊNCIA DOS PRODUTORES DE ÓLEO DE PÁU-ROSA, cujas atribuições se resumem na fixação de:

a) Padrão de qualidade e tipo de embalagem do óleo produzido;

b) Preço mínimo a vigorar para a venda do óleo de páu-rosa até a Assembléia seguinte, que se realiza semestralmente.

Os resultados práticos dessas medidas esião evidentes pela melhoria dos preços e aumento da exportação.

Mas, a lei, no seu mecanismo de controle, prevê a exportação exclusiva do óleo de páu-rosa pelo pôrto de Manaus.

Pensando nas inconveniências dessa exclusividade, o deputado FRANCISCO DE ASSIS PEIXOTO apresentou uma proposição, que foi acolhida, alterando a Lei n.° 152, de 27 de dezembro de 1 947, para que os portos de Itacoatiara e Parintins pudessem fazer a exportação direta dessa matéria prima.

O Govêrno, embora reconhecendo que o legislador foi animado de um sentido de justiça, vetou êsse diploma e as razões do veto foram recebidas pela Assembléia Legislativa.

Acredita o Govêrno que seria temeroso o enfraquecimento do sistema de controle, no momento em que as perspectivas para os negócios

de páu-rosa não são das melhores, em virtude de apreciáveis estoques em poder dos consumidores da indústria internacional, interessados na baixa do produto.

Examinemos as estatísticas de exportação de óleo de páu-rosa:

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ÓLEO DE PÁU-ROSA

ANO	QUANTIDADE TONELADAS	VALOR EM MIL CRUZEIROS	PREÇO MÉDIO POR KG.
1 946	332	58.662	176,79
1 947	210	26.517	126,27
1 948	60	6.085	101,41
1 949	281	25.642	91.25
1 950	294	37.268	127,20
1 951 (*)	400	65.200	163,00

(*) Cálculos aproximados, até 31 de outubro.

A produção de 1 951, de 400 toneladas, alcançou o preço de Cr$ 163,00. O Estado arrecadou de impostos de entrada e saída cêrca de Cr$ 12.000.000,00, além dos impostos municipais.

Permito-me chamar a atenção do Poder Legislativo para o seguinte: em face de dificuldades do comércio, já referidas, a ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA DOS PRODUTORES DE ÓLEO DE PÁU-ROSA recomendou a limitação da safra para 1 952 em 150 toneladas e luta

tenazmente para que se não verifique nova queda nos preços. Dêsse modo, a arrecadação do Estado, proveniente de páu-rosa, sofrerá, evidentemente, diminuição superior a um terço da anterior.

O Govêrno continuará na execução da política de proteção e espera que os páu-rosistas ingressem em nova fase, beneficiando, em Manaus, o seu produto para que êste venha concorrer, em melhores condições, no mercado externo e se transforme em fonte normal de enriquecimento do Estado.

Impõe-se, igualmente, a organização, em têrmos exequíveis, do replantio da espécie.

CASTANHA

A castanha comparece na nossa economia com apreciável contingente de valor comercial.

A assertiva pode ser melhor avaliada pelos seguintes dados estatísticos:

Exportação de Castanha com casca e descascada pelos portos de Manaus, Itacoatiara e Parintins, durante os anos de 1 949|51:

CASTANHA COM CASCA

	Pêso (kg)	Valor (Cr$)
1 949:		
MANAUS	10.420.841	35.721.946,40
ITACOATIARA	1.305.100	4.203.321,60
PARINTINS	945.209	3.759.319,50
	12.671.150	43.684.587,50
1 950:		
MANAUS	6.363.215	42.175.395,20
ITACOATIARA	324.700	1.875.757,10
PARINTINS	20.650	111.876,30
	6.708.565	44.163.028,60
1 951:		
MANAUS	10.100.733	69.413.479,70
ITACOATIARA	947.358	6.265.657,90
PARINTINS	246.400	1.361.677,10
	11.294.491	77.040.814,70

CASTANHA DESCASCADA

1 949:		
MANAUS	488.080	6.685.549,40
PARINTINS	48.015	418.049,30
	536.095	7.103.598,70

GUARANA'

Normalizado pelo Consórcio de Produtores, o Guaraná também se ressente de crise na safra e nas cotações.

Os guaranasistas procuram manter o equilíbrio e o prestigio que sempre teve a produção, na balança comercial do Estado e do País.

E' o seguinte o quadro demonstrativo da entrada e exportação do Guaraná em rama e bastões, no pôrto de Manaus, durante o ano de 1951:

GUARANA' EM RAMA

Entradas (kg.)	Export. (kg).	V. Comercial
106.887	77.573	1.806.853,20
GUARANA' EM BASTÕES		
76.767	77.082	2.266.086,00

PARECER TÉCNICO

O Govêrno, preocupado com as dificuladades que ameaçam a nossa economia procurou analisá-las em maio de 1 951 em conferências técnicas.

O ofício apresentado pela ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS deve ser conhecido pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. E' do teor seguinte:

Of. n.º 128/51

Manaus, 14 de maio de 1951.

Exmo. Snr.

Dr. ALVARO BOTELHO MAIA

Governador do Estado do Amazonas

Palácio Rio Negro

Nesta

EXMO. SNR.

No exame a que V. Excia. fez submeter a presente situação de escassez de borracha coube, a esta ASSOCIAÇÃO e a ASSOCIAÇÃ DOS SERINGALISTAS DO AMAZONAS a incumbencia de oferecer ao seu govêrno uma relação das providências que urge tomar, afim de que se consiga elevar a produção dessa matéria prima, intensificando-se a atividade seringalista.

Tratando-se de assunto já estudado e debatido, passamos à enumeração e justificação das providências que julgamos necessárias.

No estágio atual, devemos considerar instrumentos da produção, ou seja aquilo de que necessitam seringueiros e seringalistas para trabalhar eficientemente, o seguinte:

1) — Finaciamento e crédito;
2) — Abastecimentos;
3) — Braços;
4) — Transportes;
5) — Combustiveis;
6) — Preço compensador.

Fundam-se na insuficiência ou fraqueza dêsses instrumentos ou agentes da produção as causas do aviltamento das nossas safras de borracha.

Sem financiamento e crédito suficientes oportunos ee adequados; sem regular suprimento ou abastecimento das mercadorias essenciais à subsistência dos seeringue'ros; sem abundância e facilidade de transportes; sem as quantidades de combustiveis liquidos requeridos para movimentar a inifinidade de embarcações, uue respondem pela circulação de produtos e mercadorias; sem a conservação e o enriquecimento da população dos seringais e, finalmeente, sem preço que compense o esforço de produzir borracha, jamais conseguiremos aumentar as suas safras, ou mesmo, como está acontecendo, impedir que estas diminuam.

Para que os nossos seringais aumentem seu rendimento, torna-se imprescindivel prover, urgentemente, aos deficits e lacunas existentes, em cada um dos mencionados agentes ou fatores da

produção, na forma por que passamos a detalhar.

1) — FINANCIAMENTO E CRÉDITO

Vêm os nossos seringalistas e aviadores trabalhando com relativa escassez de créditos e de financiamento. Para isto basta considerar-se tendo em vista os relatórios oficiais, que numa produção de borracha, no valor global de Cr$ . . . 450.000.000,00, qual o da última safra, foram seringalistas e aviadores financiados, apenas em cerca de Cr$ 54.000.000,00 pelo organismo que detém o respectivo monopólio. Essa cifra representa pouco mais de 10% do valor da referida safra. A parte maior, representando cerca de 85%, não recebeu financiamento oficial. Foi custeada por aviadores e seringalistas.

No momento, o Banco de Crédito da Amazônia proporciona a seguinte ajuda financeira:

Ao seringalista — 60% sôbre o valor da safra antecedente e aumento adicional de 10%, quando necessário;

Ao aviador — Cr$ 6,00 por quilograma de borracha a entregar, com base no seu movimento anterior e respectiva ficha creditária.

A seringalistas e aviadores — 20% sôbre o va-

lor da borracha em processo de entrega, para cobertura das despesas de impostos e fretes.

Êsses limites de financiamento já não satisfazem. O aumento da produção reclama o seguinte regime de assistência em dinheiro:

Ao seringalista — 70% sôbre o valor da safra antecedente e aumento adicional de 10% quando necessário;

Ao aviador — 50% sôbre o valor dos contratos de entrega;

A seringalistas e aviadores — quando financiados pelo Banco, até 30% sôbre o valôr da borracha em processo de entrega;

A seringalistas e aviadores — quando não financiados, até 50% do valôr da borracha em processo de entrega.

A nova modalidade eleva de 60 para 70% e adicionais o montante do financiamento aos seringalistas; atribue forma percentual ao financiamento dos aviadores, e majora, de um modo geral, os adiantamentos sôbre a borracha em processo.

No caso dos aviadores vale ter em conta que êstes substituem o Banco, no financiamento

ao seringalista. Seria licito, portanto, que os mesmos pudessem financiar aos seus clientes ou aviados em volume, tanto quanto possível, aproximado daquele que o Banco adota, quando empresta, diretamente, ao seringalista.

O aumento da percentagem de adiantamentos sôbre borracha em processo tem por fim habilitar aos entregadores do produto, na sua maioria armadores, com o dinheiro necessário ao pagomento, não só de impostos, como de fretes, folhas de tripulação e gastos outros, que devem ser cobertos, logo após a chegada de cada embarcação a Manaus.

Tôdas essas modalidades de financiamento tanto para seringalistas como para aviadores, deverão ser praticados aos juros de 7%, com exclusão dos adiantamentos sôbre borracha em processo de entrega, onde não serão cobrados juros, conforme o Banco vem procedendo.

Por sua vez, os métodos de ação do Banco de Crédito da Amazônia ainda se vinculam a sua tradição de órgão criado num regime de exceção, em periodo de guerra, ressentindo-se da necessária flexibilidade. Os processos de financiamento são demorados, em observância a exigências burocráticas e condicionados a garantias e precauções, que são menos opressivas em operações semelhantes, quando realizadas em outros estabelecimentos bancários ou comerciais.

Êsse retardamento torna, muita vez, inoperante a ajuda do Banco, sabendo-se que o fator oportunidade é decisivo na montagem do fabrico. Falta ao Banco a compreensão de seu verdadeiro papel, nesta emergência, que é o de correr em auxílio dos que desejam produzir borracha e não o de levantar obstáculos miudos a qualquer iniciativa nesse sentido. Há exemplos que ilustram, de maneira insofismável, essa lamentável conduta.

A própria política econômica do Banco de Crédito da Amazônia, baseada na exclusividade das operações finais de compra e venda da borracha, parece agir negativamente, no que tange ao aumento da produção, que, sob forma de controle, menos fechada e drástica, bem poderia adquirir maior velocidade de crescimento.

2) — ABASTECIMENTO

Entende-se por "abastecimento" todos os utensilios e mercadorias, tanto gêneros de alimentação como artigos outros, de uso corrente e indispensável nos seringais.

Alguns são de natureza essencial, a exemplo das tigelinhas, espingardas e suas munições, terçados, etc., na classe dos utensilios, e café, açúcar, farinha de mandioca e de trigo, etc., na dos alimentos, para só mencionar meia dúzia dêles.

Sem tigelinhas, não pode haver recolhimento de latex; sem armas municiadas para defesa e para caça, que constitue sua principal alimentação, o seringueiro não penetra a floresta, enfrentando os seus riscos; o café é sua primeira ração do dia, sem a qual, por habito e por carência orgânica, não se sente animado a iniciar o trabalho cotidiano.

Muitos dêsses abastecimentos vêm de portos nacionais e são produzidos no país, porém os mais necessários, a exemplo das tigelinhas, baldes, bacias, espingardas de boa qualidade, anzoes, motores para embarcações, etc., têm que ser importados pelo comércio local. E as licenças do Banco do Brasil para essa importação, quando não lhe são negadas, são insuficientes e demoradas. Agora mesmo existe absoluta escassez de tigelinhas, de armas e de combustíveis. Como apetrechar e transportar antigos e novos seringueiros para o aumento da produção da borracha, sem êsses elementos de trabalho? Vale lembrar que, durante a última guerra, jamais escasseiaram êsses artigos, cujo fornecimento era feito pelo govêrno americano.

Há a pleitear, neste caso e sob forma urgente, um regime de amplas facilidades para a importação de todos os produtos e mercadorias essenciais à vida do seringueiro e à movimentação dos seringais e de sua produção. Uma lista dêsses artigos, completa e discriminada, vai anéxa.

Reforma-se, neste momento, a legislação que regula a concessão das licenças prévias. É oportuno estabelecer na nova lei normas que facilitem a importação das mercadorias estrangeiras, indispensáveis à produção da borracha, em suas diversas etapas.

Havendo, porém, urgência em aumentar essa produção, deve o Executivo Federal ser solicitado a autorizar a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil a iniciar imediatamente, êsse regime de facilidades.

3) — BRAÇOS OU TRABALHADORES PARA OS SERINGAIS

Os seringais estão desfalcados pelo êxodo dos seringueiros que se transferem para outras atividades. Os seringais precisam recuperar os numerosos trabalhadores que os abandonaram e incorporar novos elementos. Os primeiros regressarão espontaneamente, ao seu primitivo gênero de vida, desde que êste volte a ser mais compensador de que seu novo ramo de trabalho, seja urbano, em tarefas de emergências, seja rural, na faina da juta, da sôrva ou da madeira.

Quanto aos novos trabalhadores, vindos do nordeste, somente através de um regime de facilidades e garantias, será possivel atraí-los em levas substanciais.

Constitue perigo e êrro falar-se em outra batalha da borracha. "Nova batalha da borracha" é criação sensacionalista da imprensa carioca. Precisamos, sim, de patricios para enriquecer e elevar os nossos índices demográficos. Não importa que êles venham para trabalhar na lavoura ou na pecuária, atividades de sua preferência. Sua presença aqui libertará os braços especializados que se deslocaram da faina seringalista. Todo aumento de poulação, como todo aumento de produção agricola ou simples e indeterminado aumento na disponibilidade de braços para o trabalho, constitue forma direta ou indireta de ensejar o aumento da produção gomifera.

São prividências nesse capítulo:

a) Gratuidade de passagens, do sertão nordestino ou de qualquer outra localidade do Brasil e da Amazônia, para os nossos centros de produção de materias primas ou de gêneros de alimentação;

b) Custeio de tôdas as despesas a serem feitas em transporte, hospedagem e assistência do trabalhador e sua familia, até seu desembarque nos seringais e demais centros de produção.

E' preciso que nem o seringalista nem o seu novo auxiliar corram riscos ou sejam onerados com a operação de transportar e instalar um novo seringueiro. Não é justo impôr êsse onus fi-

nanceiro ao seringalista, que cede a um apêlo da nação, e muito menos ao novo seringueiro, que nada possue de seu. Ademais êsses gastos serão, a pouco e pouco recuperados, pelo Banco e pelo govêrno, o primeiro através de lucros na rrvenda da borracha aumentada, e o segundo, na poupança de divisas e na arrecadação de impostos de tôdas as classes, para a qual o novo trabalhador, outrora peso morto, irá contribuir, produzindo e consumindo.

4) TRANSPORTES

De há muito a Amazônia e, particularmente, o Amazonas, aceitou como ponto pacifico e fato consumado a ausência da SNAPP como têrmo ponderável na execução dos transportes na região amazônica. Tôdas as firmas e todos os homens que lidam com a produção regional estão aparelhados com suas próprias embarcações, sem o que não poderiam trabalhar.

O muito que falta, neste setôr, pode ser configurado nas três providências abaixo:

1 — Melhor, maior e permanente distribuição de combustíveis líquidos em todo o território do Estado, inclusivé a instalação de tanques nesta capital e nos pontos chaves do interior, nos têrmos do memorial que V. Excia. teve oportunidade de apresentar ao Conselho Nacional do Petróleo;

2 — Reforma do regulamento de cabotagem, ajustando-o às injunções da navegação fluvial na Amazônia, afim de evitar que a mesma continue deficitária, onerando o custo das mercadorias e produtos transportados. Deverão constituir pontos cardiais nessa reforma:

a) — guarnições mais reduzidas, de acôrdo com o tipo e capacidade de cada embarcação;

b) — isenção de formalidades que seria justo eliminar, em se tratando de pequenas embarcações, cuja função se equipara aos animais de carga e de sela, utilizados pelos sitiantes, em qualquer outra zona do país, onde os caminhos não são as aquavias.

3 — Lei ou simples deliberação da Comissão de Marinha Mercante, determinando que a prova de quitação com a I. A. P. M., para efeito de venda, arrendamento ou hipoteca de embarcações fluviais, seja fornecida, como acontece com todos os outros Institutos, por sua Delegacia em Manaus e não pela séde dêsse organismo, no Rio de Janeiro.

A falta dessas duas providências é responsável pela ausência de linhas regulares de navegação para uso generalizado e pelo retardamento e inviabilidade de tôdas ou quase tôdas as operações de venda, arrendamento e hipoteca de embarcações.

5) — COMBUSTÍVEIS

Atravessamos, nêste momento, uma crise fatal de combustiveis. Inumeras embarcações permanecem em Manaus, aguardando suprimento para viajar. Sem combustivel liquido, para atender a centenas de pequenos e grandes motores, que substituiram o SNAPP na execução de transportes na Amazônia, e, sobretudo, no Amazonas. e para abastecimento aos seringais, não é possivel haver aumento de produção de borracha. Também seu elevado preço, como consequência de distribuição inadequada, é outro fator de empobrecimento e de retardamento do Amazonas e Territórios. No momento, não há vasilhame para embalagem dos combustiveis liquidos, que nos são fornecidos em latas e tambores e por isso não temos combustol, querozene e gasolina Houvesse tanques instalados, ao menos nesta cidade, semelhante impasse não ocorreria e o preço dos referidos combustiveis seria consideravelmente mais baixo. Isto sem falar no onus de sua redistribuição para o interior, agravado com a redução de praça util nas embarcações, problema que só será removido, por sua vez, com a instalação de depósitos menores, nos chamados pontos chaves da navegação da hinterlândia.

6 — PREÇO JUSTO PARA A BORRACHA

Quando se fez o ultimo reajustamento de preço da borracha, em setembro do ano passado, foi êste aumentado em cerca de 28%, quando pleiteavamos, tendo em vista o aumento do custo das utilidades, a majoração de 40%. Ao Estado, por sua vez, coube cerca de 1/3 dêsse aumento, no que tange à borracha amazonense.

De então para cá, o preço das utilidades subiu assustadoramente. As cotações atuais da borracha já não cobrem, em muitos casos, o seu custo de produção. Não há, para os seringueiros, qualquer vantagem em produzir borracha. Seu trabalho rende mais, plantando juta, colhendo sôrva, madeira ou castanha ou, simplesmente, plantando roçados de milho e de feijão, para o seu próprio consumo.

Ilustram e comprovam nossas assertivas os informes abaixo, estimando a receita dos que trabalham em outros ramos de produção, em confronto com o que os mesmos obtêm, produzindo borracha.

CASTANHA

Período de trabalho — 3 meses
Rendimento médio — 50 hect. a 150,00 7.500,00

PAU-ROSA
Periodo de trabalho — 7 meses
Rendimento médio — 35 tons. a 400,00 14.000,00

UCUQUIRANA
Periodo de trabalho — 7 meses
Rendimento médio — 1.400 kg. a 11,00 15.400,00

JUTA
Periodo de trabalho — 7 meses
Rendimento médio — 1.500 kg. a 6,00 9.000,00

SORVA
Periodo de trabalho — 7 meses
Rendimento médio — 2.100 kg. a 5,50 11.550,00

BORRACHA
Periodo de trabalho — 8 meses
Rendimento médio — 500 kg. a 14,00 7.000,00

Como se vê, tôda e qualquer ocupação na indústria extrativa ou agrícola na Amazônia e particularmente, no Amazonas, rende mais, para o trabalhador, do que a borracha. E' aliás, com o melhor resultado dessas outras produções, que o mesmo paga os prejuizos da extração da borracha.

Convém, ainda, ter em vista que o equipamento para a produção da borracha é, precisamente, o mais complexo e dispendioso de todos.

Enquanto as diversas atividades florestais mencionadas requerem, apenas, a posse de um machado, de um terçado ou de enxada, a tarefa de colher o latex e preparar a borracha exige uma diversificada aparelhagem, incluindo tigelinhas, a cerca de Cr$ 750,00 o milheiro, baldes, bacia e facas apropriadas, tudo contribuindo para diminuir os rendimentos dos reringueiros.

Como pretender chumbar essa gente aos defumadouros? Todos os que são livres largam-se para outras atividades. Daí, a queda de mais de 7.000 toneladas na produção da última safra e a impossibilidade de corrigí-la, na safra em curso. No interior do Amazonas, sobretudo, vive-se melhor não trabalhando em borracha. E há sempre em que aplicar os braços desviados dos seringais. De tal sorte que o aumento da produção gomífera deixa de ser um problema nosso, para converter-se num problema da indústria e, quiçá, da nação, que precisa dessa indústria. Daí não pretendermos nem apoiarmos "nova batalha da borracha", que tanta celeuma está causando nos Estado do sul e do nordeste. No Amazonas nenhum trabalhador fica sem ocupação quando abandona o seringal.

A revisão dos preços é medida que se impõe. Repugna-nos, a nós como ao govêrno federal, semelhante movimento, que vai encarecer a vida do país, quando todos pensam baixar-lhe os niveis, inslusive pela congelação dos preços

em seus têrmos atuais. Não há, porém como fugir a esse imperativo. E, para dar-lhe base honesta e lógica, encaminharemos a V. Excia., tão logo estejam concluidas, as nossas investigações, para determinar em que proporção ocorre o aumento do custo das utilidades consumidas nos seringais da Amazônia.

Essa revisão, para efeito de aumento teria, ainda, a virtude de evitar o contrabando da borracha brasileira, para as repúblicas limítrofes, justificado e alimentado pelos melhores preços alí vigorantes. A Corporacion Peruana del Amazonas, equivalente ao nosso Banco de Crédito da Amazônia, está pagando a borracha fina ao preço de onze soles e cincoenta (S.11,50), correspondentes a 23 cruzeiros em nossa moeda. Devido à modicidade dos impostos e incidência de fretes mais moderados, logra o extrator receber alí, pelo quilo de seu produto, cerca de 20 cruzeiros.

Enquanto isso ocorre além fronteiras, o seringueiro do Brasil aufere apenas 14 cruzeiros (Cr$ 14,00) liquidos pelo quilo da borracha que produz.

O confronto dêsses algarismos e da situação dos trabalhadores — o peruano e o brasileiro — dispensa qualquer comentário.

E' quanto nos cumpre levar ao conhecimento de V. Excia., no desempenho da tarefa que nos foi confiada.

Cordiais Saudações

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS

a) ERMINDO FERNANDES BARBOSA — Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS SERINGALISTAS DO AMAZONAS

a) JOSE' NEGREIROS FERREIRA — Presidente"

FINANÇAS PÚBLICAS

Agravou-se, no segundo semestre de 1951, a situação econômico-financeira do Estado: agravar-se-á mais no ano corrente.

Diminuiu a safra da castanha, mais ou menos em 60%; caiu a distilação do páu-rosa; a borracha esváe-se nos contrabandos, pelas fronteiras; as madeiras, péles e essências diminuem.

Refletem-se êsses acentuados desníveis na arrecadação, atingindo tôdas as rubricas. As despesas, face ao encarecimento geral, aumentam dia a dia, por maiores economias determinadas nos setores administrativos.

Há dificuldades para manter a pontualidade no pagamento do funcionalismo e fornecedores: ainda não saldamos totalmente a dívida do material para o DEPARTAMENTO DE ÁGUAS, encomendado e empenhado em 1950, inadiável ao seu funcionamento. Mais compromissos tem a Fazenda com os armazens de ferragens e comestíveis, cujos proprietários vêm demonstrando alto espírito de confiança e cooperação. E' um dever o pagamento dêsses compromissos: é um

ver não firmar novas compras sem cobertura de arrecadação.

Veja-se, de relance, o Orçamento para 1951:

Receita orçada.	68.070.000,00
Despesa fixada	100.989.119,60
Deficit orçamentário	32.919.119,60

No decorrer do ano, abriram-se os seguintes créditos: —

Suplementares	29.064.050,30
Especiais	25.584.022,10
	54.648.072,40

Que vieram aumentar o deficit de Cr$ . . . 32.919.119,60 para Cr$ 87.567.192,00, superior à receita orçada.

Para cobertura dos créditos foi anulado no orçamento, ou seja, na despesa fixada, o total de Cr$ 2.664.032,80.

Quanto à execução dêsse orçamento temos:

Receita Arrecadada	105.301.267,70
Despesa paga	107.036.350,60
Deficit financeiro..	1.735.082,90

Como não houvesse saldo de 1 950, teve o Estado que lançar mão de depósitos, para pagamento do "deficit" financeiro, apesar de ter um

"superavit" de Cr$ 37.231.267,70, entre a receita orçada e a arrecadada.

E' verdade que, pelo Crédito Especial, aberto pela Lei 118, de outubro de 1 951, para pagamento de contas referentes aos anos de 1 948 a 1 950, despendeu-se a quantia de Cr$ .. .. .. 2.166.898,90 assim discriminados:

de 1950..	1.986.313,80
de 1949..	123.085,30
de 1948..	57.499,80
	2.166.898,90

Também pela verba do orçamento — REGULARIZAÇÃO DE SERVIÇOS ANTERIORES, foi paga a importância de Cr$ 721.701,20.

Não se trata de surprêsas: analisando a situação gravissima, o Govêrno, apelandc para severas restrições de despesas, em março de ... 1951 aconselhava — "redução de gastos, fiscalização tributária impedimento de n.vas despesas, córte de despesas transferíveis, revigoramento dos postos fiscais, reestruturação da Fazenda Pública em moldes severos e capazes, policiamento tributário nas regiões fronteiriças e ao longo do Baixo-Amazonas, onde se tráe o Estado, se mercadeja o suor dos trabalhadores do interior, no desvio criminoso das rendas do povo. Em vez de receber assistência, êsse dinheiro, furtado ao erário público, canaliza-se para esbanjamento de

inescrupulosos, que não vacilam em constituir fortunas baseadas na miséria coletiva!

— " A situação financeira do Estado, — dizia o Dr. ALBERTO DÁU, Diretor da Fazenda, em maio de 1 951 — por maior e mais eficiente que seja a arrecadação, não comporta a continuidade de muitos compromissos, que atualmente oneram o seu orçamento. A situação é grave, exigindo uma revisão meticulosa de seus encargos, muitos dos quais podem ser revogados, em benefício de outras necessidades coletivas mais imperiosas."

* * *

A situação financeira do Estado, agravada por fatos econômicos e orçamentários, está explicada pelo dr. Alberto Dáu, diretor da Fazenda Pública, em relatório dêste mês. Escreve o técnico fazendário:

"Cumpre-me ressaltar, publicamente, em defesa do esfôrço dispendido por todos os que têm a seu cargo parcela de responsabilidade na Diretoria da Fazenda Pública, que a lei orçamentária de 1951 foi resultante de um estado tumultário na administração, sacudida pelas lutas políticas na transição dos pleitos eleitorais, não refletindo, no seu conteúdo, o trabalho elaborado pelos órgãos de fazenda e levado ao estudo, apreciação e aprovação do Legislativo.

"Ao sabor das correntes opinativas, não demoraram os legisladores em apreciações mais prudentes sôbre o real panorama financeiro do Estado e a situação econômica do vale, onde se vive ainda de uma indústria extrativa, em lances de primitivismo, como que a provar a resistência do indivíduo e a sua capacidade renovadora dos sistemas de trabalho. A crítica que ora s faz ao passado, não visa pessoas nem organismos partidários, porque, na realidade, é velha prática política em nosso país, onde os "deficits" se acumularam desde os albores da independência e a faculdade emissora constituiu a melhor reserva dos governos que se sentiam na dificulade de orientar a política financeira fóra dos moldes da partidária, fácil em atender situações personalíssimas em detrimento do interêsse nacional e do saneamento das finanças, palavra vã em nossa técnica administrativa.

"Não seremos nós os primeiros a emitir conceitos dessa natureza, nem os últimos; infelizmente, porém, seguindo a opinião dos melhores escritores, vasados na experiência e lição dos mestres, podemos transcrever: "Os nossos "deficits" nasceram, em regra, das alterações feitas na proposta governamental pelo parlamento, quase sempre, aumentando, por injunções políticas, a cifra da despesa. A Inglaterra e o Estados Unidos representam os extremos dessa política orçamentária. A Inglaterra subordinando o

orçamento à proposta governamental, os Estados Unidos concedendo ao parlamento todos os poderes e quase proibindo a interferência do poder executivo nessa elaboração. A França seguiu sempre o meio têrmo com a sua orientação eclética que também seguiu o Brasil nas Constituições de 1891, de 1934 e de 1946, sob a influência de um acentuado liberalismo romântico na revolução de 1 889 e mais prático nas Constituições subsequentes". (Augusto Alexandre Machado — "A Execução do Orçamento e a Eficiência da Administração", in Revista de Direito Administrativo, vol. XIII, pag. 27).

"Nestas condições, a lei de meios votada para o exercício de 1951, apresentava-se deficiente pela inexpressividade das suas rubrícas em face dos encargos ordinários, irreal pela contingência de novas obrigações votadas no apagar das luzes de um período administrativo e que não se encontravam consignadas no mesmo, algarismando-se os seus índices maiores pela seguinte fórma:

RECEITA	68.070.000,00
DESPESA	100.989.119,60

o que evidenciava um "deficit" a descoberto de Cr$ 32.919.119,60, sem qualquer autorização legislativa para o solver.

"Em face dêsses algarismos e da situação desesperadora do erário, nos primeiros dias do

govêrno de Vossa Excelência, assim nos reportámos (ofício n.º 45, de 3|3|1 951):

" A êsse desequilíbrio inicial devemos ainda acrescentar os novos compromissos, resultantes das leis votadas, sancionadas ou promulgadas, depois da publicação do orçamento, que mais agravam a atual situação financeira, embora as providências iniciais de Vossa Excelência, para que fôsse sustada a execução do que nas mesmas foi determinado, uma vez que não poderiam vigorar à falta de recursos para atender aos encargos nela previstos, pois êstes eram indicados como referência ao orçamento anterior, sem mais vigência".

"Prosseguindo nós naquela oportunidade, ainda em considerações outras sôbre o panorama financeiro, diziamos:

"Cumpre ainda salientar que, em virtude de créditos especiais abertos em 1950, com dupla vigência, passaram para o orçamento em execução encargos outros num total de Cr$ 5.183.153,40 que, somados ao DEFICIT orçamentário já referido, elevam o mesmo à importância de Cr$ 38.102.273,00, a qual seremos forçados a adicionar Cr$ 24.315.933,30, das obrigações antes discriminadas, perfazendo um total geral de Cr$ .. ..

62.880.615,30 o DEFICIT orçamentário do Aazonas,..."

"Conscientes dêsse estado geral, não tivemos receio de encetar obra saneadora do orçamento, ampardos na experência e patrioitsmo de Vossa Excelência, porque de antemão sabíamos, como ainda ilustra aquêle grande professor baiano, a que nos referimos anteriomente: "... sem equilíbrio orçamentário como norma fundamental de política financeira, não pode haver crédito nem continuidade na realização de todos os serviços e obras públicas e, não raro. a suspensão de determinados serviços ou de certas obras, cria prejuizos incalculáveis para o Estado". Fazendo funcionar articuladamente, sem vaidades, e aceitando sempre a opinião e os pareceres de nossos companheiros de trabalho, dos homens de mérito, dos representantes das classes conservadoras, preocupados sempre em elevar o crédito do Estado, estamos chegando ao final do exercicio com o resultddo que assim se enuncia:

Receita prevista		68.070.000,00
Despesa fixada	100.989.119,60	
Mais:		
suplementações de verbas	29.064.050,30	
Créditos especiais	22.299.868,70	
Créditos especiais		

abertos em 1 950, com vigência em ... 1 951 (saldo passado para o exercício,, deduzidas as anulações)	2.049.000,00	
	154.402.038,60	
Menos:		
anulações feitas	6.077.532,80	148.324.505,80
Deficit orçamentário previsível		88.254.505,80

"Êsse "deficit", porém, sofre ainda redução, em virtude de que vários créditos especiais, abertos no exerc,cio de 1951, tiveram dupla vigência, devendo-se ainda abater do total de ... Cr$ 88.254.505,80 a quantia de Cr$10.220.374,80, ficando, dêsse modo, o "deficit" orçamentário previsível em Cr$ 78.034.131,00.

"A arrecadação efetuada até 31 de janeiro do corrente ano, compreendendo portanto um mês do período adicional, atingiu a Cr$ .. .. .. 105.304.664,70, a qual tende a se elevar de mais ou menos Cr$ 5.000.000,00, verificando-se assim, um excesso de arrecadação sôbre a previsão de cerca de Cr$ 40.000.000,00.

"A despesa paga, até aquela data, ascendia a Cr$ 107.036.350,60, o que evidencía um "deficit" financeiro de Cr$ 1.731.685,90, coberto por meio de depósitos e arrecadações outras não pertinentes ao Estado. Essa irregularidade, contra a qual já tivemos oportunidade de nos referir em diversas ocasiões e com especialidade no Relatório de 1950, deverá ser sanada com a maior presteza, afim de ser mantido o crédito do Estado e os funcionários possam gozar das vantagens que lhes são concedidas pelas instituições de previdência e o erário não seja forçado, mais tarde, a suportar pesados onus pelos prejuizos causados aos servidores pela falta de recolhimento dos prêmios de seguro.

"Não seria possível ao mais experimentado técnico em finanças e ao govêrno melhor orientado cumprir uma lei orçamentária que se desdobrou em números tão contraditórios. As sugestões feitas no principio do ano ao tempo em que se iam iniciar as atividades de seu govêrno, mereceram acolhida e as anulações de verbas destinadas a impossibilitar a execução da lei de meios serviram de alento ao trabalho desenvolvido em pról da melhoria de arrecadação. Passado o primeiro semestre, na velha técnica, os créditos suplementares surgiram como um segundo orçamento que se processa nos projetos de leis enviados ao Legislativo, e, êste ilustrado Poder, de sua parte, ampliou outros favores ao

funcionalismo, a instituições, elevando se as novas fôrças da despeesa a índices absorvedores de esforço dispendido.

"Cumpre-nos, nesta conjuntura, reunir esforços, patriótica e desinteressadamente, para reforçar o crédito público, para oferecer maior confiança aos credores do Estado, certos de que as disponibilidades serão sempre aplicadas em benefício coletivo, em obras indispensáveis a que a administração realize os seus verdadeiros fins, ao mesmo tempo que assegurar ao servidor público uma situação de estabilidade econômica, por um **plano geral de revisão de vencimentos** e reajustamento dos quadros, que se esboça para breve tempo, substituindo êsse aglomerado de **leis** revisionistas, de aspecto unilateral, provocando ainda mais a formação de um clima de desconfiança e amadurecendo em certos espíritos, pelas contínuas preterições, o desamor ao serviço, Sente-se,, em certos setores, a completa despreocupação com o cumprimeito das leis orçamentárias, abusando-se da faculdade de contratar pessoal, ultrapassando os limites dos duodécimos, prática salutar instituida no regime financeiro nacional com o Código de Contabilidade e as Normas Financeiras aprovadas em 1941.

"O regime das adições é prejudicial não sómente à boa marcha da máquina administrativa, pelo deslocamento de funcionários de seus

setores de atividades, como também pela forma irregular de se lhe assegurarem os proventos constantes das próprias tabelas orçamentárias da repartição em que lotado. Na verdade, sómente se poderia autorizar quando no novo serviço houvesse disponibilidade, não causando prejuizos bem vultosos ao erário. A verba orçamentária destinada a ocorrer a substituições imperiosas de funcionários, fixada em Cr$ .. .. .. 2.100.000,00 foi suplementada em igual importância, tendo o Govêrno Estadual ainda necessidade de solicitar um crédito especial de mais Cr$ .. 2.000.000,00, elevando-se, portanto, os gastos com o quadro de funcionários eventuais ao grande total de Cr$ 6.200.000,00, aproximando-se essa despesa de quasi dez por cento da previsão orçamentária para o mesmo período.

"O tumultamento da legislação e a facilidade de sua interpretação foram outro motivo de grande dispêndio por parte do erário estadual. A concessão de ajudas de custo aos membros da magistratura e do ministério público obrigou a Fazenda Estadual a pagar centenas de milhares de cruzeiros, quando um melhor entendimento e compreensão nítida da situação financeira poderia ter evitado tão graves compromissos. Essa situação foi perfeitamente exposta pelo Exmo. S. Dr. Procurador Geral do Estado, em Parecer datado do ano passado, em que aquela autoridade procurou limitar o volume dessas

despesas, no setor a seu cargo, sendo igual o pensamento dos ilustres componentes do Egrégio Tribunal de Justiça, evitando que se repitam os pedidos de pagamento de ajudas de custo nas investiduras de suplentes de juiz de direito.

"Outro encargo oneroso para os cofres estaduais vem se corporificando na concessão de diárias aos delegados de polícia do interior, uma vez que foi assegurado êsse direito aos sargentos, sub-oficiais e oficiais da Policia Militar, por lei especial, quando sómente estas podem ser concedidas nos casos de deslocamento da respectiva séde em serviços ou diligências.

"Ainda há o caso das novas vantagens concedidas ao funcionário que adquiriu o direito à licença prêmio, a quem já assistia a contagem em dobro do tempo de licença não gozada. São mais trinta por cento sôbre os vencimentos, que se somam aos adicionais, ao salário família, criando diferenças de remuneração dentro dos mesmos quadros e tumultuando excessivamente os trabalhos das secções da Diretoria da Fazenda pela falta de uniformidade resultante.

"Seria mais consentâneo, repetimos, e resultaria mais justo ao funcionalismo, caso o erário pudesse suportar, a supressão de todos êsses favores temporários, uns, insuficientes, outros, para atender ao elevado padrão de vida, o reajustamento dos quadros e vencimentos dentro de carreiras e padrões que lhe assegurassem o di-

reito de viver sem as preocupações constantes com as dificuldades de existência, que se refletem na eficiência da produção dos serviços burocráticos e especializados.

"Para que se possa alcançar êsses objetivos, dos quais não nos devemos distanciar, tendo em vista a constante preocupação dos poderes centrais da Republica com a melhoria de seus servidores, o que vem estabelecendo ainda maior situação de desajustamentoe nos meios de subsistência do pessoal que emprega atividades na pública administração, nas suas três grandes divisões, a União, os Estado e Municípios há necessidade inadiável do govêrno aplicar medidas visando proibir que se preenchem cargos iniciais à proporção que se verifiquem as vagas, deixando de nomear novos titulares a cargos isolados, salvo os técnicos ou indispensáveis, cessar as edições, a que já nos reportamos, como medida de saneamento, vedar as substituições, como reza o próprio Estatuto dos Funcionários, e impedir que novos contratos sejam feitos, dispensando dos quadros aqueles que estejam ultrapassando os limites das dotações orçamentárias, para evitar também que se repitam as situações angustiosas de muitos no presente.

"O aproveitamento do pessoal em disponibilidade que onera bastante o orçamento estadual, e que é exigência constitucional e estatutá-

ria, se faz mister, uma vez que a sua situação é de espectativa de chamamento ao trabalho, como da melhor doutrina de direito administrativo.

"Em face de todos os encargos e das outras obrigações que se acumularam, como esclarecemos linhas acima, cumpre-nos dizer que a situação atual do Estado exige a compreensão e colaboração de todos para que possamos vencer os naturais óbices que dificultam a vida econômica da maior unidade da Federação e transpor os limites estreitos do quadro financeiro em que evolue o Estado.

"A atual lei de meios, embora o esfôrço dispendido para ajusta-la às reais condições de nossa terra, prevê uma receita de Cr$ .. .. .. 93.274.100,00, enquanto a despesa se eleva a... Cr$ 133.987.140,80. sem otimismos e exageros, dentro das possibilidades do antiquado processo arrecadador, poderemos atingir ao fim colimado, uma vez que todos os auxiliares da administração compreendam que a nossa situação é realmente deficitária e, portanto, em cada um setor, suportem a severidade de um regime de compressão, visionando o equilíbrio financeiro do Estado, evitando despesas supérfluas, fomentando o acréscimo de receita, e procurando incentivar os seus auxiliares a um maior rendimento de trabalho, sem as constantes gratificações por serviços extraordinários e outras não determinadas em lei.

"Alem do "deficit" orçamentário a descoberto, de Cr$ 40.713.040,80 suportaremos no exercício os créditos especiais votados no ano anterior e com dupla vigência, numa montante de . . . Cr$ 10.220.374,80 quantias essas bem significativas, e às quais ainda se irão juntar os compromissos que não puderam ser liquidados até o encerramento do exercício, à falta de disponibilidades, ou em virtude de serem resultantes de transações realizadas à margem das disponibilidades dos vários serviços públicos.

"A Lei n.º 216, de 1951, que concedeu aos funcionários, que não gozarem licença prêmio, o adicional de 30% sôbre os respectivos vencimentos, e que se pretende aplicar com efeito retroativo aos aposentados, onerará ainda mais o orçamento a que nos vimos referindo, em virtude da necessidade da abertura do respectivo crédito, cujo montante não se pode ainda prever.

"O respeito ao duodécimo das verbas Material de Consumo, Material Permanente e Despesas Diversas, com o seu emprêgo na forma especificada nas Normas Financeiras, e na conformidade do disposto na Lei n.ª 169, de 20 de novembro de 1951, que instrue a execução da lei orçamentária do corrente ano, serão outras providências capazes de levar o Amazonas a uma situação de equilíbrio, senão de reajustamento financeiro, dentro em pouco tempo.

"E' indispensável que se dê à Fazenda Pública a necessária independência de ação quanto à execução do orçamento e controle da despesa. A ela, por fôrça de lei, compete a fiscalização do emprêgo dos dinheiros públicos e portanto a orientação da vida econômica e financeira do Estado. O excesso de leis, criando novos impostos e taxas e elevando outros, alterando a forma de tributação, sem que sejam ouvidos os órgãos fazendários produz, ineludivelmente, um clima de que resultam sérios embaraços no presente e no futuro prejuizos crescentes ao serviço, principalmente, no interior do Estado, onde os exatores lutam contra as maiores dificuldades.

"Por outro lado, a reforma da organização fazendária é imperiosa e indispensável, tendo em vista que a atual não corresponde mais às necessidades do Estado, ao progresso da ciência administrativa e às condições da vida contemporânea. Desde as dimensões acanhadas do prédio em que funcionam todos os organismos fazendários, até a sua estrutura, tudo está exigindo sérias e radicais transformações, sendo de ressaltar o esfôrço de seu pessoal, lutando contra as contingências do momento para poder realizar o que vem produzindo diuturnamente.

"Embora aberto um crédito especial para reaparelhamento dos serviços fazendários, tal emprêsa não foi ainda iniciada porque reconhe-

cemos o estado de precariedade dos recursos estaduais. Visamos iniciar êsse plano com equipamento dos serviços do interior, sempre esquecidos e abandonados, dotando-os de elementos materiais, como sejam próprios nas zonas de evasão fiscal, embarcações rápidas, material adequado ao serviço, estudo acurado que resulta da observação "in loco", durante algumas viagens empreendidas juntamente com Vossa Excelência.

"Na capital, também, se faz necessário serviço de envergadura, uma vez que os impostos de vendas mercantis, pela forma adotada, e aprovada na reunião de técnicos de fazenda, como a mais adaptável às nossas especialíssimas condições, são aqui recolhidos. Fonte das de mais valia, na lei orçamentária do Amazonas, ainda assim a sua evasão é respeitável, sendo de notar a que resulta dos volumes desembaraçados por intermédio da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, por meio do serviço de reembolso postal.

"Por sugestão do Senhor Ministro de Estado da Fazenda e aprovação de Vossa Excelência, dentro em breve estará em execução um convênio para melhor aplicação das leis tributárias e fiscalização da incidência fiscal.

"Não menos aconselhável seria que o Govêrno do Estado provocasse junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas igual medida para po-

der a Fazenda Estadual tributar as mercadorias importadas através das malas postais, que vêm gozando, abusivameente, de isenção de imposto, quando podeira o Estado servir-se da mesma faculdade concedida às Alfândegas, quanto ao Coli-Postaux".

CONCLUSÃO

Expondo-vos com franqueza a vida do Estado no breve período do ano transacto, através dos órgãos que lhe acionam o mecanismo administrativo, nem carreguei nas tintas pessimistas dos que se comprazem em pregoar o Amazonas às portas da falência, nem me quedei extático nas perspectivas de exagerado otimismo.

Desde os primórdios da nossa autonomia, desde a hora em que logramos evadir-nos da condição subalterna de tutelados de estranhos, há nossa existência decorrido entre alternativas de animadoras prosperidades e cruéis desalentos econômicos, sujeitos os produtos de que vivemos às oscilações de preços nos mercados consumidores, a cujo arbítrio, às vêzes desumano, temos de submeter-nos por fôrça das circunstâncias.

Nada obstante, conjuramos sempre, mercê de Deus, as maiores e peores tormentas que nos hão açoitado, firmes na nossa fé no futuro da

gleba e confiantes nos milagres do trabalho de uma população que se inscreve, nos quadros demográficos do País, como a mais reduzida de quantas laboram no território brasileiro.

Reconheço, como também reconheceis, senhores Deputados, que a tarefa colossal que nos aguarda no porvir não poderá ser empreendida com as exíguas fôrças de que dispomos. Braços titânicos se requerem para erguer o gigante agrilhoado e fazê-lo ascender às alturas que o seu natural destino lhe assinala. Para fiador idôneo de tamanha emprêsa, aí está o potencial imenso dos seus recursos de tôda a ordem, no sub-solo, nas selvas e nos rios. Êsses braços hercúleos, porém, não podemos nem nos cabe improvisá-los. Continuemos, pois, esperançosos no futuro.

A fé que a todos nos anima quanto à grandeza do Amazonas de amanhã, é a mesma que incute ao nosso sentimento cívico e ao nosso amor pátrio a convicção de que o Brasil, despeado dos embaraços do presente, liberto das aflições e agruras atuais, encaminhar-se-á enfim na trilha abençoada da prosperidade e da ordem, da abundância e da paz, guiado pelo fanal protetor da Constelação do Cruzeiro.

Saúdo-vos, senhores Deputados.

Manaus, 15 de Março de 1 952.

Alvaro Botelho Maia

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM